CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA CEFET/RJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ETNICORRACIAIS

CIDADE DO RIO DE JANEIRO: INDICADORES CENSITÁRIOS – RAÇA E COR – NA CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

ELISANGELA CORTES BRAGA RODRIGUEZ

Rio de Janeiro
Dezembro de 2015

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA CEFET/RJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ETNICORRACIAIS

CIDADE DO RIO DE JANEIRO: INDICADORES CENSITÁRIOS – RAÇA E COR – NA CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

ELISANGELA CORTES BRAGA RODRIGUEZ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientadores:

Profa. Dra. Nara Maria Carlos de Santana

Profa. Dra. Mariana Araújo Lamego

Rio de Janeiro
Dezembro de 2015

RIO DE JANEIRO: INDICADORES CENSITÁRIOS – RAÇA E COR – NA CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

ELISANGELA CORTES BRAGA RODRIGUEZ

Orientadora: Profa. Dra. Nara Maria Carlos de Santana

Aprovada por:

_____

Profa. Dra. Nara Maria Carlos de Santana – PPRER / CEFET/RJ (Orientadora)

_____

Profa. Dra. Mariana Araújo Lamego – DGH/UERJ (Coorientadora)

_____

Prof. Dr. Álvaro Senra – PPRER / CEFET/RJ

_____

Prof. Dr. André Novaes – PPGEO/UERJ

Rio de Janeiro
Dezembro de 2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

R696 Rodriguez, Elisangela Cortes Braga
Cidade do Rio de Janeiro : indicadores censitários – raça e cor – na conformação do espaço urbano / Elisangela Cortes Braga Rodriguez.—2015.
xii, 90f. : il. p&b. , tabs. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2015.
Bibliografia : f. 88-90
Orientadores : Nara Maria Carlos de Santana
Mariana Araújo Lamego

1. Segregação urbana – Rio de Janeiro (RJ). 2. Discriminação racial – Rio de Janeiro (RJ). 3. Zoneamento – Rio de Janeiro (RJ). 4. Rio de janeiro (RJ) – Censo. 5. Planejamento urbano. I. Santana, Nara Maria Carlos de (Orient.). II. Lamego, Mariana Araújo (Orinet.). III. Título.

CDD 307.76098153

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, o Senhor da minha vida!
Só ele sabe a dor e as delícias que a Educação me trouxe:
Uma visão mais apurada da vida, das coisas e da realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que mesmo em suas simplicidades mostraram-me o valor da Educação. Ao meu esposo Fábio, com quem divido a vida, pelo apoio e incentivo. A minha irmã-amiga Eliane pelo carinho e ajuda demonstrados em todos os momentos. Ao meu irmão-amigo Marcelo pela torcida, mesmo que silenciosa. A minha amiga Carine, companheira de caminhada acadêmica.

Agradeço também a equipe do Instituto Histórico/ CMDC – Alda, Ângelo, Diego, Gabriel, João, Marcelo, Rose, Suely, Taís e Tania Amaro.

A minha querida professora, Mariana Lamego, pela atenção, compreensão, carinho, liberdade e, sobretudo, por ter acreditado na minha pesquisa. E também a professora Nara Santana por ter aceitado dar continuidade à orientação.

O território é um lugar de vivência humana. Precisamos torná-lo documento a ser investigado. É necessário analisar os diferentes usos que os homens fizeram dele. O território, portanto, guarda o feito dos homens, tornando-se lugar de memória, de referência, de significados. Ao conhecê-lo, explora-se novas vias de interpretação da realidade, constrói-se outros significados, visita-se as heranças, compreende-se melhor o presente e inventa-se a vontade da preservação do descoberto.

Milton Santos

RESUMO

CIDADE DO RIO DE JANEIRO: INDICADORES CENSITÁRIOS – RAÇA E COR – NA CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Elisangela Cortes Braga Rodriguez

Orientadores:

Profa. Dra. Nara Maria Carlos de Santana (Orientadora)

Profa. Dra. Mariana Araújo Lamego (Coorientadora)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Esta dissertação discorre sobre a segregação racial no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo da pesquisa procuramos através, dos indicadores censitários e da divisão em Áreas de Planejamento, investigar se existe uma correspondência entre a disposição espacial da cidade e as desigualdades raciais. Iniciamos caracterizando o processo de formação socioespacial do Rio, identificando seus agentes e estratégias espaciais na configuração da cidade. Em seguida, buscamos construir um panorama do pensamento social brasileiro acerca da categoria raça/cor e seus impactos nos levantamentos demográficos. No fim, traçamos um breve histórico do zoneamento carioca até a sua divisão em Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas e, depois a utilizamos como instrumento de análise para refinar a pesquisa e verificar se as condições habitacionais também são diferenciadas racialmente.

Palavras-chave:

Espaço; Raça; Censo

Rio de Janeiro
Dezembro de 2015

ABSTRACT

RIO DE JANEIRO CITY: CENSUS INDICATORS - RACE AND SKIN COLOUR - IN THE URBAN SPACE FORMING

Elisangela Cortes Braga Rodriguez

Advisors:

Profa. Dra. Nara Maria Carlos de Santana (Advisor)

Profa. Dra. Mariana Araújo Lamego (Coorientadora)

Abstract of dissertation submitted to Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET/RJ as partial fulfillment of the requirements for the degree of Master.

This paper discusses the racial segregation in the urban space of the city of Rio de Janeiro. During the research we seek, through the census indicators and division in Planning Areas, investigate whether there is a match between the spatial layout of the city and racial inequalities. We started characterizing the process of socio-spatial formation of Rio, identifying its agents and spatial strategies in city setting. Then, we seek to build an overview of the Brazilian social thought about the category race / color and its impact on demographic surveys. In the end, we trace a brief history of Rio zoning to its division into Planning and Administrative Regions and Areas, then use as an analytical tool to further refine search, and that the living conditions are also racially differentiated.

Keywords:

Space; Race; Census.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2015

Sumário

Introdução **1**

I Formação e Organização Socioespacial da cidade do Rio de Janeiro **5**

I. 1 O espaço urbano: agentes e estratégias 5

I. 2 Bondes e trens: vetores do processo de expansão e organização da Cidade 12

I. 3 A Reforma Passos e a questão habitacional 21

I. 4 As favelas e as informações quantificadas 31

II Uma Genealogia das Categorias Raça e cor **37**

II. 1 No Debate Intelectual 37

II. 2 Na Prática Censitária 53

III Zoneamento e Áreas de Planejamento como Instrumento de análise **61**

III. 1 Zoneamento: conceito, histórico e caso brasileiro 61

III. 2 As Áreas de Planejamento: origem e abrangências 67

III. 3 Caracterização das Áreas de Planejamento 70

III. 3. 1 Área de Planejamento 1.0 70

III. 3. 2 Área de Planejamento 2.0 71

III. 3. 3 Área de Planejamento 3.0 72

III. 3. 4 Área de Planejamento 4.0 74

III. 3. 5 Área de Planejamento 5.0 75

III. 4 Análise de Dados 77

III. 4. 1 Segregação racial espacial segundo as Áreas de Planejamento 77

III. 4. 2 Aglomerados Subnormais segundo as Áreas de Planejamento 81

Considerações Finais **86**

Referências Bibliográficas **88**

Lista de Figuras

FIG. I.1 Mapa Freguesias da Cidade do Rio de Janeiro..... 13
FIG. III.1 Zonas do Decreto Nº 1.185 de 1918..... 63
FIG. III.2 Zonas do Decreto Nº 2.087 de 1925..... 64
FIG. III.3 Zoneamento do Decreto Nº 6.000 de 1937..... 66
FIG. III.4 Zoneamento do Decreto Nº 322 de 1976..... 66
FIG. III.5 Mapa de divisão do território em áreas de planejamentos..... 68
FIG. III.6 Mapa de divisão das áreas de planejamentos..... 68

Lista de Tabelas

TAB. I.1 Distribuição absoluta e relativa da população residente em cortiços, segundo as freguesias urbanas do Rio de Janeiro (1868)..... 16

TAB. I.2 Comparação censo demográfico x censo das favelas..... 34

TAB. I.3 Habitantes das favelas do Rio de Janeiro em relação ao total da população..... 35

TAB. I.4 Categoria cor no censo..... 36

TAB. III.1 Áreas de Planejamento e respectivas Regiões Administrativas 69

TAB. III.2 Área de Planejamento 1, Regiões Administrativas e seus respectivos bairros 70

TAB. III.3 Área de Planejamento 2, Regiões Administrativas e seus respectivos bairros 71

TAB. III.4 Área de Planejamento 3, Regiões Administrativas e seus respectivos bairros 73

TAB. III.5 Área de Planejamento 4, Regiões Administrativas e seus respectivos bairros 74

TAB. III.6 Área de Planejamento 5, Regiões Administrativas e seus respectivos bairros 76

TAB. III.7 População residente por cor ou raça em valores absolutos e relativos segundo as Regiões Administrativas da AP1 – 2010 77

TAB. III.8 Índice de Desenvolvimento Social segundo as Regiões Administrativas da AP1 – 2010 77

TAB. III.9 População residente por cor ou raça em valores absolutos e relativos segundo as Regiões Administrativas da AP2 – 2010 78

TAB. III.10 Índice de Desenvolvimento Social segundo as Regiões Administrativas da AP2 – 2010 78

TAB. III.11 População residente por cor ou raça em valores absolutos e relativos segundo as Regiões Administrativas da AP3 – 2010 79

TAB. III.12 Índice de Desenvolvimento Social segundo as Regiões Administrativas da AP3 – 2010 79

TAB. III.13 População residente por cor ou raça em valores absolutos e relativos segundo as Regiões Administrativas da AP4 – 2010 80

TAB. III.14 Índice de Desenvolvimento Social segundo as Regiões Administrativas da AP4 – 2010 80

TAB. III.15 População residente por cor ou raça em valores absolutos e relativos segundo as Regiões Administrativas da AP5 – 2010 81

TAB. III.16 Índice de Desenvolvimento Social segundo as Regiões Administrativas da AP5 – 2010 81

TAB. III.17 Proporção da população das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas da AP1 – 2010 82

TAB. III.18 Proporção da população das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas da AP2 – 2010 82

TAB. III.19 Proporção da população das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas da AP3 – 2010 83

TAB. III.20 Proporção da população das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas da AP4 – 2010 84

TAB. III.21Proporção da população das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas da AP1 – 2010 84

INTRODUÇÃO

A escolha do tema – correspondência entre a disposição espacial na cidade do Rio de Janeiro e as desigualdades raciais – veio do fato de alguns autores explicarem a segregação espacial, unicamente, através de fatores socioeconômicos, independente do grupo racial ao qual pertença.

Donald Pierson[1] (*apud* GUIMARÃES, 2008, p. 147-150) defendeu e fortaleceu essa construção teórica ao afirmar que na sociedade brasileira, de modo geral, não existiam grupos raciais *stricto sensu,* pois brancos, pretos e mestiços eram encontrados, ainda que em proporções diferentes, em todos os grupos e classes sociais. Como não existia uma "linha de cor" que separasse os membros de uma classe e os grupos sociais entre si, o Brasil seria uma sociedade multirracial de classes. Pierson nega, dessa maneira, a existência de discriminação racial, a existência de raças e de grupos raciais no Brasil.

Marvin Harris[2] (*apud* GUIMARÃES, 2008, p. 150-151), por sua vez, defendeu que a discriminação de classe foi historicamente suficiente para manter os privilégios sociais e raciais dos grupos dominantes, sem ser preciso apelar diretamente para um mecanismo étnico-racial. Essa construção racial, continua ele, seria capaz de gerar preconceitos raciais, mas não de sustentar discriminações raciais sistemáticas, pois carecia de regras objetivas de descendência racial e pertinência grupal.

Harris sustenta assim o argumento de que a cor (aparência física) não é um elemento exclusivo, nem o mais relevante da estratificação das classes sociais, engrossando o coro daqueles que enxergam a discriminação como de classe e não de raça.

Já Thales de Azevedo[3] (*apud* GUIMARÃES, 2008, p. 152-155) estabeleceu uma relação entre ordem racial e as hierarquias sociais, inaugurando, nas ciências sociais, a tendência de teorizar as desigualdades sociais como sendo também de cor. No entanto, Guimarães considera seus argumentos falhos em dois aspectos principais: primeiro, a ordem estamental, de status, nascida historicamente do escravismo, não ficou circunscrita a essa formação social e econômica, mas ampliada até os dias de hoje; segundo, a ordem capitalista parece ter feito do "preconceito de cor" uma de suas principais estratégias de reprodução das desigualdades

[1] Sociólogo norte-americano obteve doutorado pela Universidade de Chicago, em 1939, com tese cuja pesquisa baseou-se nas relações raciais na Bahia (1935-1937). Depois disso, permaneceu como professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo até julho de 1955.
[2] Antropólogo norte-americano realizou diversos estudos sobre a temática étnico-racial, inclusive no Brasil.
[3] Formado em Medicina, foi encarregado da primeira cadeira de Antropologia e Etnografia do Brasil, na Faculdade de Filosofia, em Salvador.

sociais. Sendo, portanto, naquele agrupamento chamado de “pobreza” por Thales e hoje de “excluídos” que se encontram os negros.

A proposta da pesquisa, portanto, é demonstrar que a condição econômica não é o único vetor na conformação da estrutura socioespacial da cidade do Rio de Janeiro, mas que aspectos raciais também estão envolvidos.

De acordo com o geógrafo Andrelino de Oliveira Campos, na obra intitulada *Do Quilombo à Favela: A Produção do Espaço Criminalizado* (2005), a exclusão social e habitacional a qual os negros estão submetidos, tem suas raízes nos séculos passados, sobretudo no século XIX. A legislação fundiária no Brasil, a partir da Lei de Terras (1850), criou restrições legais à propriedade de terras pelos escravos, ex-escravos e imigrantes pobres. Este ato, patrocinado pelo Estado, é responsável por parte das desigualdades entre os afrodescendentes e os demais segmentos da sociedade.

Na passagem do Império para a República, continua Campos (2008) uma parte considerável dos quilombos transformou-se em favelas. Como prova, ele lembra que com a extinção definitiva do sistema escravista, os ex-escravos e seus descendentes passaram a residir em espaços populares.

Percebe-se, então, que o negro uma vez livre da escravidão não se viu livre dos problemas econômicos e sociais, os que ficaram na roça passaram a viver da lavoura de subsistência, enquanto os da cidade exerciam qualquer tipo de atividade para garantir a sobrevivência[4].

A cidade do Rio de Janeiro foi palco, sob o governo de Rodrigues Alves e administração do prefeito Pereira Passos, da implementação de um projeto urbano que implicou na higienização, remodelação e saneamento da cidade, assim como na abertura de novas avenidas e reformas no cais do porto.

Conforme Mônica Pimenta Velloso (1998), o objetivo maior era tornar o Rio de Janeiro uma “Europa possível”, e para tanto, era necessário esconder ou mesmo destruir tudo aquilo que era sinônimo de atraso. Vielas escuras e esburacadas, becos mal afamados, povo, cortiços, pobreza não combinavam com o almejado modelo civilizatório.

O governo, pressionado pelos interesses do capital internacional que exigia o controle das doenças tropicais, assume o saneamento como prioridade política: desapropria e põe abaixo grande parte dos prédios e casarões das ruas centrais da cidade. Uma vez desalojadas,

[4] Não devemos esquecer, no entanto, que os escravos exerciam diversos serviços, especialmente nas cidades, como por exemplo, alfaiates, barbeiros, marceneiros, sapateiros, bombeiros, padeiros e etc. permitindo-nos entender que nem todos sobreviviam da “viração”.

as camadas populares se viram obrigadas a deslocarem-se para os morros, que mais tarde transformaram-se em favelas (VELLOSO, 1998).

As reformas previstas pelo projeto modernizador ficaram a cargo do então prefeito da cidade, Pereira Passos. Inspirados nas reformas de Paris, a ideia era transformar o Rio na capital da República e símbolo do progresso e da civilização, principalmente para o exterior.

O Darwinismo Social – doutrina racial que dialogava neste contexto com o pensamento brasileiro – também não pode deixar de ser citado, pois, responsabilizava o mestiço pelo nosso suposto atraso cultural e econômico, além de ter marcado presença no debate sobre a formação do pensamento social brasileiro.

Considerando, assim, a proposta da pesquisa nossos objetivos são:

- Caracterizar o processo de formação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro, identificando seus agentes e suas estratégias espaciais na configuração da cidade;
- Construir um panorama do pensamento social brasileiro acerca da categoria raça e cor e seus impactos nos levantamentos demográficos;
- Identificar de que forma os dados estatísticos são utilizados para orientar as políticas públicas, em um determinado momento, ao mesmo tempo em que estas difundem determinados discursos político ideológicos;
- Utilizar o zoneamento da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a divisão em Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas como instrumento de análise para investigar se as condições habitacionais também são diferenciadas racialmente.

Para o desenvolvimento da pesquisa será utilizado o método serial quantitativo para analisar a distribuição percentual da população agrupada por cor ou raça segundo as Áreas de Planejamento e/ou Regiões Administrativas. Esses percentuais são do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A divisão por AP's e RA's foi escolhida, primeiro porque consegue delimitar o espaço-temporal do nosso objeto de estudo e tornar o trabalho viável, segundo, porque utiliza as categorias censitárias raça/cor para analisar a distribuição da população e dos serviços de consumo coletivo – esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo - no espaço urbano da cidade.

O método serial quantitativo, por sua vez, é assim denominado porque seu objeto de observação, em uma dada realidade, está, evidentemente, perpassado pela noção do número, da quantidade de valores a serem mensurados. As técnicas utilizadas por este método de análise – estatísticas, elaboração de tabelas e gráficos – são de grande importância porque permitem levantar as condições de vida de certos grupos sociais dentro de uma determinada

população. Cabe ressaltar, no entanto, que ao lançar mão de um método quantitativo deve-se ter o cuidado para não realizar um trabalho meramente descritivo de informações numéricas, caso isso ocorra, a pesquisa não passará de uma exposição de quantidades não problematizadas. Àqueles que advogam que os números são brutos, frios e por isso não permitem conhecer as especificidades de cada caso, Rémond (1996), no entanto, afirma que das aproximações se pode extrair algumas correlações entre os comportamentos políticos e todos os tipos de pertencimentos sociais, sendo, portanto, nesta perspectiva que os dados numéricos serão utilizados.

Por fim, os censos populacionais são importantes porque, ao mesmo tempo em que atendem a demanda do poder público por informações de uma dada realidade para formulação de políticas públicas, ajudam o Estado na conformação do seu próprio perfil.

Esta dissertação é composta de três capítulos. O primeiro deles irá investigar o processo de formação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro, já que este é o recorte espacial escolhido para a pesquisa. Nesse sentido, não podemos deixar de citar os bondes e trens, importantes vetores no processo de expansão da cidade e separação das classes no espaço urbano; o projeto de remodelação urbana do prefeito Pereira Passos que contribuiu para acirrar esse processo na medida em que demoliu as moradias populares e afastou os pobres para longe das áreas nobres da cidade; os morros e as favelas que, apresentaram-se, inicialmente, como alternativa de moradia para os desalojados, paulatinamente, passaram a ser o foco do discurso higienista, antes reservado aos cortiços. No entanto, antes de qualquer coisa, iniciamos o capítulo buscando apontar quais os agentes e estratégias atuam na conformação de um espaço urbano capitalista.

O segundo capítulo versa sobre a formação do pensamento social brasileiro acerca de raça e cor - revisitando importantes episódios da nossa história como a criação do IHGB, a crise das relações escravistas e o incentivo à entrada de imigrantes europeus, o Movimento Sanitarista, nos primeiros anos do regime republicano e a dissociação entre raça e cultura na década de 1930 do século XX - que se reflete, por sua vez, na construção dos instrumentos de levantamento demográfico, na prática censitária. Ao fazermos um histórico dos censos perceberemos que a inserção ou exclusão das categorias raça/cor nas pesquisas não acontece por acaso, mas está diretamente ligado aos referenciais ideológicos das práticas políticas adotadas em diferentes contextos.

O terceiro e último será dedicado à análise das fontes, isto é, através dos indicadores censitários raça/cor e da divisão em Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas, concluirmos se existe ou não correspondência entre a disposição espacial da cidade do Rio e a manutenção das desigualdades raciais.

I- Formação e organização socioespacial da cidade do Rio de Janeiro

Como o recorte espacial escolhido para o presente trabalho é a cidade do Rio de Janeiro, nada mais razoável começarmos investigando como se deu o seu processo de formação e organização socioespacial. Para tanto, não podemos deixar de citar os bondes e trens. Mais que simples meios de transportes eles foram importantes vetores no processo de expansão da cidade e separação das classes no espaço urbano. O projeto de remodelação urbana do prefeito Pereira Passos, do início do século XX, por sua vez, contribuiu e muito para acirrar esse processo na medida em que demoliu as moradias populares e afastou os pobres para longe das áreas nobres da cidade. Os morros e as favelas que, inicialmente, apresentaram-se como alternativa de moradia para os desalojados, gradativamente, passaram a ser o foco do discurso higienista, antes reservado aos cortiços. Desse modo, as atenções se voltam para esse conjunto de aglomerados pobres e para fins de conhecimento e controle, o poder público irá valer-se dos recenseamentos, com objetivo de gerar dados sobre o contingente populacional que ali reside. No entanto, antes de qualquer outra coisa, iniciamos o capítulo investigando quais os agentes e estratégias atuam na produção e reprodução de um espaço urbano capitalista.

I.1 O espaço urbano: agentes e estratégias

Antes de considerarmos o processo de formação e organização socioespacial da cidade do Rio de Janeiro propriamente dito, convém definirmos o que é espaço urbano, seus agentes produtores e as estratégias espaciais na conformação de um espaço urbano.

De acordo com Corrêa (1999) o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se através de quatro importantes elementos: (1) os diferentes usos que se faz da terra; (2) por sua articulação e fragmentação; (3) por ser condicionante social; e (4) reflexo da sociedade. Em primeiro lugar podemos citar os diferentes usos, justapostos, que se faz da terra. Tais usos são importantes uma vez que definem áreas – como o centro da cidade, áreas industriais, áreas residenciais e aquelas reservadas para futura expansão – e no processo de definição das áreas organizam espacialmente a cidade ou o espaço urbano.

O espaço urbano é, também, e ao mesmo tempo fragmentado e articulado, e aqui reside o segundo momento de sua constituição. A articulação, no capitalismo, é mais tímida e ocorre através das relações espaciais, que são de natureza social e têm como origem a própria sociedade de classes e seus processos. No que tange às inúmeras partes da cidade, podemos afirmar que elas mantêm relações espaciais com as demais, ainda que com intensidades

diferenciadas, unindo-se a um núcleo de articulação chamado, comumente, de centro da cidade.

O espaço urbano, num terceiro momento, seria ainda um reflexo da sociedade. Assim, ao considerarmos a cidade medieval percebemos que a sua organização espacial era fortemente influenciada pelas guildas e pelas corporações de ofício, enquanto a cidade capitalista é dividida em áreas residenciais segregadas, que reflete a sua complexa estrutura social em classes. Aliás, a característica do espaço urbano capitalista é profundamente desigual, por isso cabe afirmar que ele é "um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente" (CORRÊA, 1999, p. 8).

E, se, ele é reflexo das ações no presente, conclui-se que o espaço urbano é mutável, com ritmos e natureza diferenciados.

O quarto e último elemento a ser considerado no processo de constituição do espaço urbano é o condicionante social. Esse condicionamento ocorre através da função que as formas sociais assumem diante da reprodução das condições e relações de produção. O exemplo a seguir tornará esta assertiva um pouco mais clara:

> *"a existência de estabelecimentos industriais juntos uns dos outros, e realizando entre si vendas de matérias-primas industrialmente fabricadas, constitui-se pelas vantagens de estarem juntos, em fato que viabiliza a continuidade da produção"* (CORRÊA, 1999, p. 9).

Isto é o que chamamos de reprodução das condições de produção, cujas áreas residenciais, mais precisamente os bairros, são exemplos clássicos, pois servem como palco para a reprodução das diferentes classes sociais.

Somado a estes quatro elementos de constituição do espaço urbano, Corrêa (1999) ensina-nos que o espaço urbano assume, ainda, uma dimensão simbólica, que varia de acordo com os diferentes grupos sociais. Isto é,

> *"envolve o quotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados, nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. Mas o quotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais urbanos"* (CORRÊA, 1999, p. 9).

As palavras finais deste fragmento demonstram que o espaço urbano assume também a dimensão de palco das lutas sociais, uma vez que objetivam "o direito à cidade e à cidadania plena e igual para todos" (CORRÊA, 1999, p. 9). Esse palco de lutas Bourdieu (2005) chama

de “espaço social”, e deve ser entendido como o lugar de disputas no qual os atores sociais elaboram estratégias que permitam manter ou melhorar sua posição social.

Conforme já foi mencionado, o espaço urbano é constituído, dentre outras coisas, pelos diferentes usos da terra; usos esses que podem ser percebidos, cada qual, como uma forma espacial. Todavia, estas formas não são autônomas, mas produzidas por agentes sociais concretos e é isso que passamos a investigar a partir de agora.

Corrêa (1999) apresenta-nos cinco diferentes tipos de agentes sociais, mas alerta-nos que eles são muito mais de natureza analítica que absoluta. São eles: (1) os proprietários dos meios de produção; (2) os proprietários fundiários; (3) os promotores imobiliários; (4) o Estado e, por fim, (5) os grupos sociais excluídos.

Os proprietários dos meios de produção, como por exemplo, os grandes industriais e as grandes empresas comerciais são grandes consumidores de espaço, o que explica-se em função de suas atividades: “necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas – junto ao porto, às vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população e etc.” (CORRÊA, 1999, p. 13).

Entretanto, a relação dos proprietários dos meios de produção com a terra, vai além de simples consumidores do espaço, uma vez que a especulação fundiária, responsável pelo aumento do preço da terra, tem impacto direto sobre suas atividades: primeiro, porque encarece os custos para uma possível expansão, na medida em que esta exige terrenos baratos e amplos; segundo, porque o aumento do preço dos imóveis, consequência da elevação do preço da terra, atinge diretamente os trabalhadores, que passarão a fazer pressão por melhorias salariais, e estas, por sua vez, refletem-se na redução da margem de lucro das empresas.

A solução para o conflito de interesses entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários fundiários, ocorre através de pressões que os primeiros exercem sobre o Estado para realizar desapropriações de terras, instalação de infraestrutura, necessária para suas atividades, e construção de casas baratas para a força de trabalho.

Assim acontece porque no capitalismo são os proprietários dos meios de produção que comandam a vida política e econômica.

Mingione ([1977], *apud* CORRÊA, 1999, p. 14-15), todavia, lembra-nos que o conflito entre estes dois grupos não é algo absoluto e que alguns fatores precisam ser levados em conta, como por exemplo, aquisição de terras pela burguesia, que fez com que a propriedade fundiária passasse a ter um papel relevante no processo de acumulação; a ideologia da casa própria, que ao incluir a terra, ameniza as contradições entre trabalho e capital, e o controle da

terra pela classe dominante, que ao controlar o espaço através da segregação residencial, contribui para a organização do espaço.

Passando à análise dos proprietários fundiários, pode-se afirmar que seus interesses principais consistem em primeiro, tornar o uso de suas propriedades o mais rentável possível, sobretudo, o uso comercial e residencial de status; segundo, a transformação da terra rural em terra urbana, já que esta última é mais valorizada. Desse modo, demonstram mais interesse pelo valor de troca da terra que pelo seu valor de uso.

Todavia, a conversão da terra rural para a urbana não é algo tão simples, pois envolvem diferenciais de: demanda de terras e habitações, de direção e das formas que ela assume. Esses diferenciais agem de modo mais ou menos combinado.

A demanda de terras e habitações está diretamente ligada ao aparecimento de novas camadas sociais – provenientes, em parte, de fluxos migratórios – que possuindo certo nível de renda, tornam-se aptas a participar do mercado de terras e habitações; às possibilidades de retorno do capital investido em terras e operações imobiliárias e, está ligada também, à postura assumida pelo Estado diante da reprodução do capital e através da difusão da ideologia da casa própria.

Os diferenciais de direção dependem da estrutura agrária – que viabilizará ou não as transações fundiárias – dos eixos de circulação, das condições ecológicas e dos tipos de uso a que se reserva a terra urbana.

Os diferenciais das formas que a ocupação assume na periferia são: urbanização de status e urbanização popular.

A urbanização de status, evidentemente, é destinada para atender à população de status. Bairros seletivos são criados em áreas de amenidades físicas – mar, lagoa, verde -, mas como a palavra “periferia” carrega um sentido pejorativo, os bairros fisicamente periféricos deixam de ser percebidos como localizados na periferia da cidade, afinal os bairros de status não podem ser socialmente periféricos.

A urbanização popular, por sua vez, é realizada com a criação de loteamentos populares na periferia urbana. As habitações são construídas pelo sistema de autoconstrução ou pelo Estado, que providencia imensos conjuntos habitacionais. Esses locais não contam, com amenidades físicas e “por pressão popular conseguem alguns poucos serviços de infraestrutura por parte do Estado” (CORRÊA, 1999, p. 19).

As estratégias adotadas pelos proprietários fundiários variam de um caso para outro. No caso dos proprietários fundiários das terras bem localizadas, por exemplo, eles pressionam o

Estado para que providencie infraestrutura urbana ou ofereça créditos bancários para eles próprios instalarem infraestrutura. Esses investimentos valorizam o solo urbano, enquanto as campanhas publicitárias exaltam a qualidade da área.

Aos proprietários de terras localizadas em áreas sem amenidades, só restam-lhes o loteamento popular como meio de obter lucro já que a população que para aí se desloca tem baixo poder aquisitivo.

Os promotores imobiliários, por sua vez, são agentes sociais que administram capital imobiliário no processo de sua transformação em mercadoria-edificação. Almeida utilizando-se de Topalov ([1974], *apud* ALMEIDA, 1982, p. 178) considera que as seguintes operações estão envolvidas nesse processo:

- levantamento do capital monetário inicial

- gestão de capital na sua fase de transformação em mercadorias

- viabilidade técnica da obre

- processo de construção da obra e suas possíveis subcontratações

- transformação final do capital mercadoria em capital monetário

Segundo Corrêa (1999, p. 20), estas operações vão dar origem a inúmeros agentes. São eles:

> *"o proprietário construtor do terreno, um agente clássico e que ainda persiste produzindo poucos e pequenos imóveis, as firmas exclusivamente incorporadoras, aquelas que se especializam na construção ou em uma etapa do processo de produtivo, como a concretagem de cimento, outras que incorporam e constroem, outras mais especializadas na concretagem e aquelas que concentram em suas mãos todas as operações".*

Quanto às estratégias utilizadas pelos promotores imobiliários, continua Corrêa (1999) devemos lembrar que não interessa à sociedade capitalista produzir habitações para as camadas populares. Por isso, numa sociedade onde parte significativa da população não tem condições de pagar aluguel, muito menos a casa própria, só restam aos promotores duas estratégias: em primeiro lugar a produção de residências para atender aqueles com condições de pagar, para num segundo momento, conseguir ajuda do Estado a fim de produzir residenciais para aquela parcela de baixo poder aquisitivo.

Essas estratégias, utilizadas necessariamente nessa ordem pelos promotores, explica-se pelo interesse do capital imobiliário em obter ajuda do Estado para a construção de residências para as camadas populares: facilidades para a desapropriação de terras, créditos

para os promotores imobiliários e para os futuros moradores. Somado a isso temos a criação de órgãos como o Banco Nacional da Habitação (BNH) e das Cooperativas de Habitação (COHABs) e a criação de mecanismos jurídicos e financeiros como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que visam a acumulação capitalista por intermédio da produção de habitações.

A produção de habitação para a parcela da população com poder aquisitivo de compra – estratégia dominante – tem impacto direto sobre a organização e dinamização espacial, pois os promotores imobiliários agem de modo a valorizar, diferencialmente, determinadas áreas da cidade, os chamados bairros de status, que continuam a receber investimento do capital imobiliário, e para suprir o esgotamento dessas áreas, novos bairros nobres continuam a ser criados, o que faz com que a segregação residencial seja ratificada.

Falemos agora dos grupos sociais excluídos e de que forma atuam na composição do espaço urbano.

Dentre as possibilidades de moradia dos grupos socialmente excluídos estão os cortiços, situados próximos ao centro da cidade, as casa em loteamentos periféricos, fruto do sistema de autoconstrução, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e as favelas.

Todavia, as três primeiras formas de moradias não transformam, em princípio, essa parcela excluída da população em agente modelador do espaço, já que estão “submetidos à lógica dos proprietários fundiários da periferia, tornando-se, à custa de muito sobretrabalho, proprietários de um terreno e um imóvel, de mercadorias com valor de uso de troca” (CORRÊA, 1999, p. 30).

Apenas na produção das favelas, portanto, que os grupos socialmente excluídos tornam-se, verdadeiramente, agentes modeladores do espaço urbano, “na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes” (CORRÊA, 1999, p. 30).

A produção desse espaço acontece através da invasão de terrenos públicos ou privados, geralmente, impróprios para o uso dos outros agentes da produção espacial, como por exemplo, encostas íngremes e áreas alagadiças, correspondendo, neste sentido a uma estratégia de sobrevivência.

A favela apresenta-se, ainda, como solução de um duplo problema, o da habitação e de acesso ao local de trabalho, pois ao contrário do que geralmente pensamos, as favelas não estão distribuídas, aleatoriamente, mas atendem a uma lógica de relativa proximidade do mercado de trabalho.

Para finalizar cabe ressaltar que o problema da habitação é o sintoma mais expressivo de exclusão na sociedade de classes, e caminham lado a lado com a subnutrição, o desemprego ou subemprego e o baixo nível de escolaridade.

E, por fim, Corrêa (1999) considera a ação do Estado na produção do espaço urbano, que tem como objetivo último criar condições para que a sociedade capitalista continue a existir, através do processo de acumulação e reprodução das classes sociais.

Para atingir este propósito o Estado capitalista cria estratégias que levam à segregação residencial, que fica evidente nos valores diferenciados do imposto territorial e predial, que afeta, consequentemente, o preço da terra e dos imóveis e levam à segregação social, uma vez que os grupos com maior poder aquisitivo irão residir em lugares onde o preço da terra é mais elevado.

O Estado contribui ainda para a segregação residencial na medida em que os investimentos e serviços públicos[5] ocorrem de modo espacialmente desigual. Se tomamos como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, percebemos que a zona Sul é uma área melhor servida que as demais, porque ali encontra-se um grupo social com forte poder político e econômico.

Todavia, a segregação residencial também pode ser resultado de uma ação mais direta por parte do Estado, quando do planejamento e criação a partir do zero, de núcleos urbanos[6]. - A cidade de Brasília ilustra bem essa pratica, pois “ela é o exemplo acabado do planejamento do Estado capitalista criando condições distintas de vida e reprodução das diferentes classes sociais” (CORRÊA, 1999, p. 28) – Ou resultado de uma política de renovação urbana, através da abertura de vias de tráfego.

Agindo assim, o Estado atende, simultaneamente, vários interesses. De um lado, o capital imobiliário – que após expulsão dos moradores dos cortiços localizados próximos ao centro da cidade, - que aproveita a oportunidade para realizar negócios em áreas onde o preço da terra é elevado, devido à proximidade do centro (ou seja, o espaço urbano se renova). Por outro, permite a ampliação do capital de empreiteiras e cria condições para uma circulação mais eficiente, viabilizando a produção de novos meios de transportes, entre os quais, o de uso individual. O exemplo brasileiro mais emblemático, neste sentido, foi a abertura da Avenida Rio Branco e a demolição de cortiços nessa área, no início do século passado, que veremos mais adiante.

[5] Este modo de agir, segundo Corrêa, é uma tradição latino-americana que tem suas origens desde o século XVI.
[6] Água, esgoto, coleta de lixo, sistema viário iluminação e etc.

A última estratégia, a ser aqui citada, de segregação residencial pelo Estado é a produção de chão, que Corrêa (1999, p. 28) chama de “espaço tecnicamente passível de ocupação”, processada através de obras de drenagem, desmonte e aterros, com a finalidade de viabilizar a atividade econômica e a diferenciação social. A cidade do Rio de Janeiro é mais uma vez um bom exemplo neste sentido, pois aterramentos foram realizados para a instalação do porto do Rio de Janeiro, para a criação do Jockey Club e para loteamentos de status junto à lagoa Rodrigo de Freitas.

Ao analisarmos os tipos de ação do Estado capitalista enquanto agente produtor do espaço urbano foi possível perceber que ele não atua ao acaso, de forma improvisada ou acima dos interesses das classes sociais. A ação do Estado tende a priorizar os interesses dos grupos dominantes que se revezam no poder.

Nesta seção verificou-se que o espaço de uma cidade capitalista é caracterizado pelos usos que se faz da terra, por sua simultânea fragmentação e articulação, por ser reflexo da cidade, condicionante social e que ainda assume uma dimensão simbólica. Com relação à forma espacial, vimos que ela é produzida por diferentes tipos de agentes sociais, dentre os quais elencamos os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos socialmente excluídos e o Estado.

I.2 Bondes e trens: vetores do processo de expansão e organização da cidade

Nesta seção vamos revisitar a história urbana da cidade do Rio de Janeiro, dando destaque para os bondes e trens, principais vetores no processo de expansão e transformação da cidade e de segregação das classes no espaço urbano. No entanto, para alcançar este objetivo será necessário certo recuo no tempo.

Maurício de Abreu (2013) analisa a expansão e transformação urbana da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, através de dois períodos distintos, isto é, a fase anterior ao surgimento de bondes e trens (1838 – 1870) e o período imediatamente posterior (1870 – 1902). Vejamos:

Em 1821 o Rio de Janeiro limitava-se, basicamente, a cinco freguesias: Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana - conforme Figura I.1- que correspondem, grosso modo, às atuais regiões administrativas do Centro e Portuária. As demais freguesias eram, predominantemente, rurais.

Por abrigar o Paço Real (atual Praça XV) e as repartições mais importantes do Reino, as freguesias da Candelária e São José tornaram-se, pouco a pouco, local de residência

preferido dos grupos dirigentes. Outra alternativa era seguir os passos da rainha Carlota, que residia em Botafogo, e ocupar as terras ao sul da cidade (atual bairros da Glória e Catete).

Enquanto isso continua Abreu (1999), as demais classes engrossavam cada vez mais as outras freguesias urbanas, sobretudo as de Santa Rita e Santana[7] Isso ocorria, basicamente, por dois motivos: o baixíssimo ou nenhum poder aquisitivo desses grupos e à impossibilidade de ocupar os terrenos situados a oeste da cidade por causa das áreas de mangue do Saco de São Diogo (atual Cidade Nova).

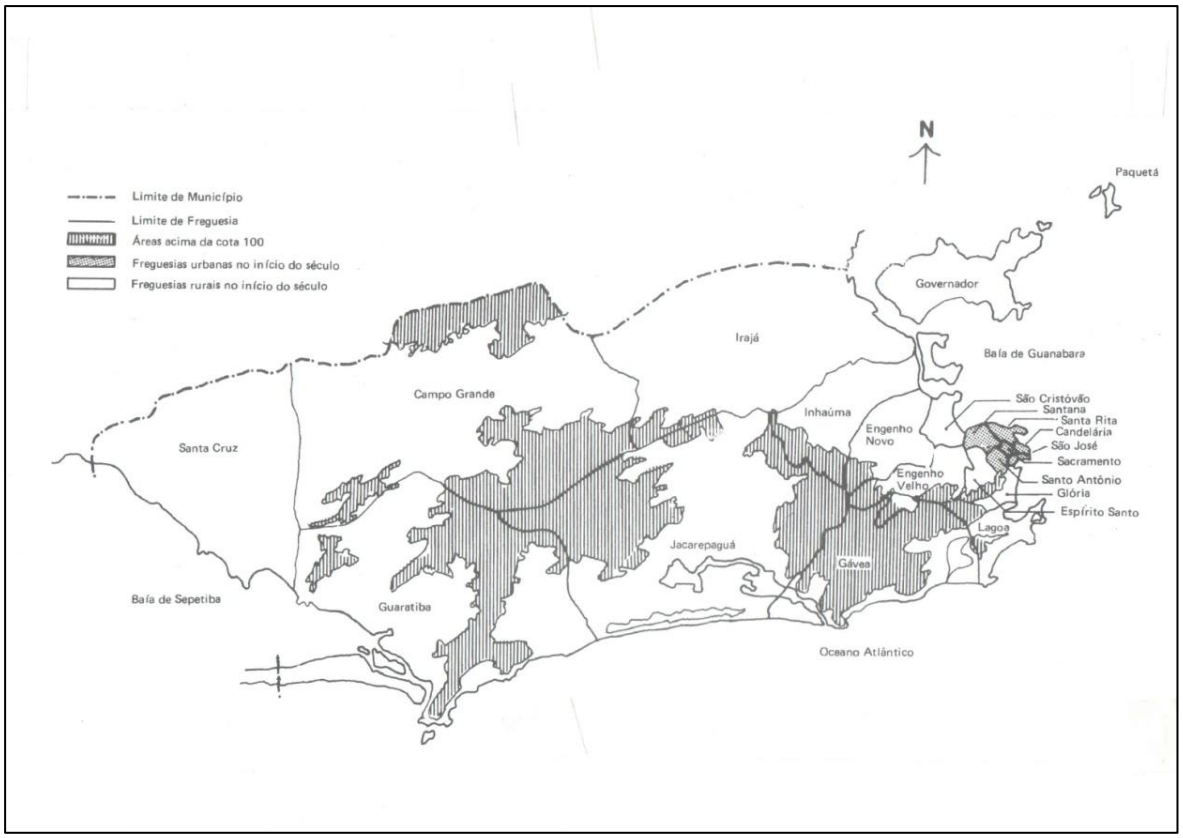


Figura I.1 – Mapa das Freguesias do Rio de Janeiro no século XIX
Fonte: (NORONHA SANTOS, F. A. [1965], *apud* ABREU, 2013, p.38).

Ao ser aterrado, a mando da Câmara Municipal, uma parte do Saco de São Diogo[8], que ligava o centro à Quinta da Boa Vista, permitiu que o arraial de São Cristóvão se tornasse mais uma opção para aqueles que tinham poder de mobilidade. Não podemos esquecer que o bairro de São Cristovão abrigava a residência imperial, o que ajuda a explicar que foi para lá que se dirigiram as primeiras diligências (carruagens interurbanas) que se tem notícia na cidade.

[7] Essas freguesias deram origem aos atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa.
[8] O Mangal de São Diogo ou da cidade nova dificultou durante muito tempo a expansão da cidade para oeste, tal fato pode ser explicado pelas diversas chácaras localizadas em suas margens (ABREU, 2003, p.40).

Percebe-se que a combinação da ação do poder público, que investia na abertura de novas estradas, e o poder aquisitivo das classes mais abastadas permitiram que estas cada vez mais deixassem o centro urbano em direção à Lapa, Catete e Glória (freguesia da Glória), Botafogo (freguesia da Lagoa) e São Cristóvão (freguesia do Engenho Velho), o que contribuiu fortemente para a mudança da forma urbana da cidade do Rio de Janeiro, já na primeira metade do século XIX.

Por outro lado, as freguesias de Santana e Santa Rita contou com aumento populacional, o que explica-se pelo fato de abrigarem trabalhadores livres, escravos de ganho, enfim, população sem poder aquisitivo que precisavam estar próximos do centro, onde as oportunidades de trabalho eram maiores.

A partir de 1850 o Rio de Janeiro passou por uma nova etapa de expansão que caracterizou-se primeiro, pela anexação de novas áreas à malha urbana, como por exemplo a intensificação do aterramento do Saco de São Diogo, que permitiu, por sua vez, a construção de um canal de escoamento, surgindo assim a Cidade Nova (que inclui bairros do Estácio, Catumbi, o que sobrou do Mangue, parte do Rio Comprido e a Cidade Nova). O trabalho de drenagem do Saco de São Diogo permitiu, por sua vez, a ocupação das freguesias periféricas, como é o caso das áreas situadas no antigo caminho de Mata Porcos (Estácio), e ainda a criação da freguesia de Santo Antônio[9], desmembrada das de São José, Santana e Sacramento. Esse processo de intensificação das freguesias periféricas corresponde à segunda característica desse novo período de expansão vivido pela cidade.

A ocupação da chamada “Cidade Nova” foi tão rápida e intensa que foi criada a freguesia do Espírito Santo (1865), fruto do desmembramento de terrenos que pertenciam às freguesias de Santo Antônio, Engenho Velho, Santana e São Cristóvão, passou a exercer jurisdição sobre os atuais bairros do Catumbi, Estácio, Rio Comprido e parte de Santa Teresa.

A respeito da ocupação dessa área, Abreu (2003, p. 41) ensina-nos:

> *“Os vestígios desse tipo de ocupação são visíveis até hoje nas áreas que conseguiram sobreviver às cirurgias urbanas. São prédios estreitos e muito profundos, em tudo revelando a preocupação de aproveitar intensamente o espaço próximo ao centro, numa época em que, devido à inexistência de transportes coletivos rápidos, a cidade praticamente andava a pé”.*

Se de um lado, o processo de urbanização expandia-se pela Cidade Nova, por outro as antigas fazendas e sítios da freguesia do Engenho Velho começavam a ser retalhados,

[9] Essa freguesia tinha jurisdição sobre parte da Lapa e sobre os atuais bairros de Catumbi, Estácio e Santa Teresa, que só a partir da conclusão das obras de drenagem puderam ser efetivamente ocupados, embora já fossem habitados desde o início do século (ABREU, 2003, p. 39).

enquanto a zona Sul (Botafogo, Glória, Catete) passava a apresentar características diferentes da expansão observada no período anterior a 1838, isto é, as antigas chácaras, procuradas pela aristocracia até então apenas para passar o fim de semana foram, particularmente, transformando-se em um local de residência permanente. Abreu citando Cláudio Bardy esclarece:

> *"O atual Palácio do Catete, construído em 1862 para servir de residência urbana aos Barões de Nova Friburgo, e de tantas outras construções urbanas da natureza que viriam a desaparecer no século seguinte, substituídas por prédios de apartamentos"* (BARDY, [1965], *apud* ABREU, 2013, p.41).

Entretanto, os bairros da zona Sul receberam também populações não aristocráticas, como é o caso dos imigrantes portugueses que atraídos para Botafogo instalaram-se nos terrenos menos valorizados e passaram a se dedicar ao comércio.

No que tange às freguesias centrais, em 1854 passam a contar com iluminação a gás, através da iniciativa do Barão de Mauá, e em 1862 com o serviço de esgoto sanitário, cuja concessionária era a empresa inglesa Rio de Janeiro *City Improvements Company Limited*.

As áreas centrais é que movimentavam a maior parte das atividades comerciais da cidade – importação/exportação, consulados, bancos, companhias de navegação e etc. – ficando fácil compreender porque foram as primeiras a serem contempladas pelas melhorias na malha urbana.

Todavia, o centro também abrigava as residências das populações mais miseráveis – os cortiços – uma vez que a procura por trabalho era diária e a área central é que possuía as maiores ofertas. A tabela I.1 mostra o quantitativo da população que moravam em cortiços.

O problema desse tipo de habitação coletiva e insalubre é que tornava-a alvo preferido das epidemias de febre amarela, bastante comuns em 1850.

Para finalizar este período de 1838 a 1870 falta apenas falar da outra margem da baía – Niterói – e das demais freguesias da cidade. O serviço de navegação a vapor entre Rio e Niterói, inaugurado pela Sociedade Navegação de Nictheroy, permitiu que esse último se tornasse não só uma instância balneária, mas também local de residência para aqueles que queriam fugir da agitação do centro urbano.

Quanto às demais freguesias da cidade, quase não alteraram sua forma e pouco cresceram em população no referido período. Apesar de manterem um caráter rural, muitos apresentavam intensa atividade econômica, como é o caso da freguesia de Inhaúma que contavam com instalação de olarias e curtumes.

Tabela I.1 – Distribuição absoluta e relativa da população residente em cortiços, segundo as freguesias urbanas do Rio de Janeiro (1868)

Freguesias Urbanas	População da freguesia (1870)	População que mora em cortiços (em 1868)	% da população que mora em cortiços	Participação da população de cortiços da freguesia na população total dos cortiços
Candelária	9.239	-	-	-
São José	20.220	2.022	10	9
Santa Rita	23.810	2.763	12	13
Sacramento	24.429	693	3	3
Glória	18.624	2.376	13	11
Santana	32.686	6.458	20	29
Santo Antônio	17.427	3.558	20	16
Espírito Santo	10.796	1.918	18	9
Engenho Velho	13.195	769	6	4
Lagoa	11.304	733	6	3
São Cristóvão	9.272	639	7	3
Total	191.002	21.929	11	100

Fonte: (LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. [1978], *apud* ABREU, 2013, p.43).

Passemos agora à análise do segundo período (1870 – 1902), conforme divisão de Abreu (2013) que estamos utilizando, no qual ocorreu o surgimento dos bondes e trens. Discutir acerca dos transportes urbanos é importante porque eles são vetores no processo de expansão física da cidade, embora cada um ao seu modo, conforme cita Abreu (2013, p. 43):

> *"Controlados em grande parte pelo capital estrangeiro, trens e bondes tiveram um papel indutor diferente no que toca à expansão física da cidade. Os primeiros passaram a servir áreas ainda fracamente integradas à cidade, que se abriram então àqueles que podiam se dar ao luxo de morar fora da área central mas não podiam arcar com os custos, já elevados, dos terrenos da Glória, Botafogo ou Tijuca; os bondes permitiram o êxodo cada vez maior dos que podiam arcar com esse ônus, mas mantinham-se no centro por falta de meio de transporte rápido e regular".*

Dada a ação diferenciada desses meios de transportes é que vamos analisá-los separadamente, contudo, é preciso deixar claro que eles só concretizaram a divisão núcleo-periferia que já vinha ganhando contornos desde antes de 1870.

De acordo com Abreu (2013) a primeira[10] permissão para oferta do serviço de bondes de burro foi concedida à empresa americana Botanical Garden Railroad Company, denominada, posteriormente, Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico. Sua primeira linha, inaugurada em outubro de 1968, foi de grande serventia à freguesia da Glória – local de moradia das classes abastadas – pois ligava a rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado.

Já em 1871 a companhia estendeu suas linhas até o Jardim Botânico, o que beneficiou o bairro de Botafogo, além de permitir a integração do desabitado Largo das Três Vendas (atual Praça Santos Dumont) com o centro da cidade.

O êxito da Companhia do Jardim Botânico, levou à criação de empresas similares, que conseguiram permissão para atuar em outras áreas da cidade, como é o caso da Rio de Janeiro Street Railway Company, posteriormente Companhia São Cristóvão, que atendia aos bairros de São Cristóvão, Andaraí Pequeno (Tijuca), Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Caju, Catumbi e Rio Comprido.

Em dezembro de 1872, a Companhia Jardim Botânico inaugurou mais um ramal, o da Gávea, que passou a ser freguesia a partir do ano seguinte. Ainda em 1872, o governo permitiu que João Baptista Vianna de Drumond (Barão de Drumond) estabelecesse uma linha de trilhos urbanos entre a cidade e os bairros do Andarahy Grande (Andaraí, Vila Isabel, Grajaú e Maracanã), São Francisco Xavier e Estado Novo.

A Companhia Carris Urbanos, por sua vez, criada em 1878, foi fruto da junção de várias empresas de pequeno porte que já serviam ao centro comercial e à zona portuária. Dentre elas podemos destacar a Companhia Locomotora, que tinha a finalidade de transportar o café da Estrada de Ferro Dom Pedro II para os trapiches e depósitos da Prainha (atual Praça Mauá).

Podemos concluir com Abreu (2013, p. 45) que:

> *"Enquanto a Companhia Jardim Botânico possibilitava a intensificação da ocupação da freguesia da Lagoa pelas classes abastadas, as demais integravam à área central da cidade, não só os bairros proletários das freguesias de Santana e Espírito Santo (Santo Cristo, Gamboa, Saúde, Catumbi), como também os ricos bairros de chácaras da zona norte (Tijuca, Andaraí) que agora também estavam fadadas a desaparecer".*

O bairro de São Cristóvão, que durante muito tempo abrigou as residências das classes mais abastadas da cidade – chegando inclusive a rivalizar com Botafogo neste quesito – começava, neste período, a mudar de conteúdo e aparência. Tal fato pode ser atribuído tanto à

[10] Em 1959 o Rio de Janeiro já contava com transporte sobre trilhos a tração animal, que ligava a atual Praça Tiradentes com o Alto da Tijuca, mas como desapareceu em 1866, por motivo de falência, faz com que o ano de 1868 seja considerado o início do serviço de carris na cidade (BARAT, [1975], *apud* ABREU, 2013, p. 44).

Proclamação da República, que fez São Cristóvão perder o status de abrigar a família imperial; quanto ao fato do bairro ter sido cada vez mais procurado para a instalação de indústrias que buscavam uma localização mais próxima ao centro da cidade, ao porto e aos eixos ferroviários. Todavia, o fator mais importante foi a difusão da ideologia que associava o estilo de vida "moderno" à localização residencial à beira mar. Os efeitos dessa ideologia se fez sentir não apenas em São Cristóvão, mas em toda a cidade do Rio de Janeiro.

As pretensões da Companhia Jardim Botânico, no entanto, não paravam. Ela almejava estender suas linhas até o arrebalde de Copacabana, e para tento, assinou um contrato com a Prefeitura. Assim, em 1892 inaugurou o atual Túnel Velho e, consequentemente, a primeira linha para Copacabana, cujo ponto terminal era na rua Barroso (atual Siqueira Campos). Em 1894, o contrato sofre um termo aditivo, permitindo a criação de dois ramais a partir desse ponto, um em direção ao Leme e outro à Igrejinha (atual Posto Seis).

Em 1900 foi assinado um novo contrato entre a Prefeitura e a Companhia Jardim Botânico. Esta se comprometia primeiro, a prolongar suas linhas até ao Largo dos Leões e à Escola Militar (Praia Vermelha) no prazo de três anos, e até aos pontos terminais das demais linhas no prazo de cinco anos; a abrir um novo túnel para Copacabana (atual Túnel Novo) no prazo de quatro anos. A Prefeitura, por sua vez, devia declarar de utilidade pública os terrenos necessários à abertura do túnel, além de autorizar a Companhia a ampliar sua linha da Igrejinha até Vila Ipanema, no prazo de um ano. Esta última atitude foi tomada pela Prefeitura com a intenção de atender os interesses do Barão de Ipanema, que através de sua empresa, Vila Ipanema, estava incorporando novos lotes de terrenos à área urbana. Essas obras foram concluídas em 1901.

E, finalmente, o Leblon foi incorporado à área urbana na segunda década do século XX.

Enquanto as áreas desabitadas da cidade transformaram-se rapidamente, fruto da combinação da iniciativa privada e do Estado, as freguesias centrais pouco se modificaram. Os motivos para tanto são os mesmos já apontados, ou seja, a necessidade da população, livre ou escrava, residir próximo aos locais de emprego, o que explica as pessoas de baixa renda se aglomerarem nos cortiços e a proliferação dos mesmos. Voltaremos a este assunto mais adiante, por ora, passemos à análise do outro vetor, que segundo Abreu (2013) foi responsável pela expansão da cidade do Rio de Janeiro no século XIX: os trens.

O primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II foi inaugurado em 1858 e ligava a freguesia de Santana a Queimados. Ainda neste ano foram abertas também as estações de Cascadura, Engenho Novo e de Maxambomba (atual Nova Iguaçu). As estações de São Cristóvão e Sapopemba (atual Deodoro) datam de 1859, enquanto a de São Francisco Xavier só foi inaugurada em 1861.

Nessa época, Sapopemba e Maxambomba não passavam de pequenos núcleos isolados que serviam a uma esparsa população rural, enquanto Cascadura e Engenho Novo, apesar de rurais, já mantinham relações comerciais com as freguesias centrais, que foram ainda mais desenvolvidas com o serviço regular de trens até Cascadura, a partir de 1861.

O fato de Cascadura ser servida por uma linha de subúrbio foi a razão para a imediata ocupação do espaço entre a estação e o centro. O trecho abaixo ilustra esta assertiva:

> *"Antigas olarias, curtumes, ou mesmo núcleos rurais, passaram então a se transformar em pequenos vilarejos, e a atrair pessoas em busca de uma moradia barata, resultando daí uma elevação considerável da demanda por transportes e consequente necessidade de aumentar o número de composições e de estações"* (ABREU, 2013, p.50).

O número de trens realmente aumentou, em 1870, o ramal de Cascadura passou a contar com mais dois trens por dia, o que contribuiu para a inauguração definitiva do sistema suburbano de transporte. Já o aumento do número de estações – Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Derby Club, Sampaio, Quintino, Méier, Mangueira e Encantado – ocorreu na década de 1880, resultado do processo de ocupação da faixa suburbana até Cascadura.

A inauguração de duas novas ferrovias em 1880 – Estrada de Ferro Rio D'Ouro e Rio de Janeiro *Northern Railway Company* – foram fundamentais para a expansão dos subúrbios. A Estrada de Ferro Rio D'Ouro, aberta, provisoriamente, ao tráfego em 1883 foi construída com a finalidade de transportar material para as obras de construção da nova rede de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro captada nos mananciais da Serra do Mar, em Tinguá e Xerém. Como acompanhava os encanamentos que traziam água do Rio D'Ouro até São Cristóvão, a ferrovia, foi utilizada, inicialmente, apenas para os trabalhos de conservação do sistema, só mais tarde é que assumiu um serviço regular de passageiros. Apesar de não ter sido um grande papel indutor, quando comparada à Ferrovia Dom Pedro II, pequenos núcleos desenvolveram-se ao longo de suas vias, como por exemplo, Inhaúma, Vicente de Carvalho, Irajá, Colégio, Areal (atual Coelho Neto) e Pavuna, já que era possível chegar ao Centro da Cidade através de baldeação para os trens da estação de Dom Pedro II na altura de São Francisco Xavier.

Já a ferrovia Rio de Janeiro *Northern Railway Company*, também chamada Estrada do Norte, inaugurou sua primeira linha em 1886, entre São Francisco Xavier e Merity (atual Duque de Caxias) interligou uma série de núcleos semiurbanos preexistentes, tais como, Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas e Vigário Geral que, desenvolveram-se de forma bastante acelerada.

Finalmente, em 1893 foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, construída pela Companhia do mesmo nome, e que em 1903 foi incorporada à Central do Brasil, com o nome de Linha Auxiliar. Esse trecho tinha o objetivo de ligar Mangueira a Sapopemba (atual Deodoro), que já era parte integrante da Central. Já as estações de Vieira Fazenda, Del Castilho, Magno e Barros Filho foram inauguradas em 1898.

O processo de ocupação propriamente dita dos subúrbios que compõem, hoje, a cidade do Rio de Janeiro ocorreu de modo linear, isto é, as casas foram ocupando o espaço ao longo da ferrovia, sobretudo, em torno das estações. Ruas secundárias, perpendiculares à via férrea, foram aparecendo aos poucos, abertas pelos proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras, o que contribuiu, consequentemente, para o crescimento radial.

Esses subúrbios, no entanto, não passavam de núcleos dormitórios, conforme descrevia Aureliano Portugal:

> *"(...) Esses subúrbios não têm existência própria, independente do Centro da cidade; pelo contrário, a sua vida é comum e as relações íntimas e frequentes; é a mesma população que moureja, no centro comercial da cidade, com a que reside neste, sendo naturalmente impossível separá-las"* (PORTUGAL, [1957b], *apud* ABREU, 2013, p. 53).

O movimento diário de ida e volta para o Centro da cidade pode ser ilustrado pelo número de passageiros nas estações da Central do Brasil, que atingiu no período de 1886-1896, um total de quase 30 milhões de pessoas, demonstrando que já havia uma demanda acima da capacidade de oferta.

Nesta seção verificou-se que no processo de ocupação dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, os trens foram os principais responsáveis pela rápida transformação de freguesias que ainda conservavam um caráter exclusivamente rural, ao contrário dos bondes, que penetraram em áreas que já vinham sendo urbanizadas e retalhadas desde o início do século passado. Desse modo, pode-se afirmar que os bondes e trens, ao mesmo tempo em que possibilitaram a expansão da cidade, concretizaram a dicotomia núcleo-periferia que já vinha ganhando contornos, no que tange à representação ideológica do espaço, desde 1870. De forma bastante esquemática, o bonde fez a zona sul, uma vez que os motivos para ocupação seletiva da área já eram uma realidade, enquanto o trem foi ao encontro das necessidades de localização de pessoas de baixa renda.

I.3 A Reforma Passos e a questão habitacional

Nesta seção vamos investigar a Reforma de Pereira Passos, as Campanhas Sanitárias de Oswaldo Cruz e as obras federais – do porto e da Avenida Central. Símbolos do progresso e do processo civilizatório, essas ações representam a intervenção direta do Estado no solo urbano que não via com bons olhos a presença dos pobres nas áreas mais valorizadas da cidade. Tais medidas, no entanto, acirram a crise habitacional e levam a população pobre a buscar novas alternativas de moradias: os morros/favelas.

No final do século XIX tivemos alguns acontecimentos importantes, como o aumento do número de fábricas no Rio de Janeiro, a dissolução do sistema escravista, o declínio da atividade cafeeira na Província e a entrada de um grande número de imigrantes estrangeiros. Esse processo de crescimento populacional acirrou o já existente problema habitacional, pois contribuiu para engrossar o número de cortiços, na área central do Rio de Janeiro, e agravar as epidemias que eram constantes na cidade. Segundo Benchimol (2002, p.129)

> *"Quase todos os anos irrompiam ali epidemias de febre amarela e varíola. As de cólera e peste foram menos frequentes. A tuberculose, as doenças intestinais, a malária crepitavam como flagelos crônicos. A febre amarela, em anos mais críticos, chegou a matar 3 a 4 mil pessoas numa população estimada em cerca de 270 mil habitantes em 1872".*

Com receio que esta situação atingisse a cidade como um todo e impactasse na reprodução da força de trabalho em particular, o Estado decidiu intervir através da promulgação de decretos. O de dezembro de 1902 concedia isenção de impostos aduaneiros, além de outros benefícios, às indústrias que construíssem "casas populares higiênicas, do com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração" (Lobo [1957b] *apud* ABREU, 2003, p. 57) para seus operários, o que realmente foi feito, por várias delas, na década seguinte, dentre as quais podemos citar Companhias Progresso Industrial do Brasil (Bangu), Brahma (Centro), Cruzeiro (Andaraí) e Corcovado (Jardim Botânico) (ABREU, 2013).

O decreto de fevereiro de 1988, por sua vez, concedia às firmas que se comprometessem a construir casas populares, isenção de impostos sobre importação de materiais de construção, além de terrenos e benefícios. Em 1889, inclusive, foi criada uma empresa com a finalidade de explorar a concessão do referido decreto – Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro – responsável pela inauguração de vilas operárias. São elas: Vila Rui Barbosa (na rua dos Inválidos), Vila Arthur Sauer (Jardim Botânico), Vila Isabel (vilas Maxuell e Senador Soares) e Vila Sampaio (Sampaio) (ABREU, 2013).

Todavia, a construção de vilas operárias não deram conta de eliminar os cortiços – considerados grandes irradiadores das epidemias – que continuavam sendo uma alternativa para "uma multidão heterogênea, flutuante, (que) morava e labutava na área central do Rio de Janeiro" (BENCHIMOL, 2002, p.129).

Somado a isto, o crescimento da economia do país e a sua integração no contexto capitalista internacional passaram a exigir uma nova organização da forma urbana. O porto, por exemplo, canal por onde a cidade se relacionava com o mundo, apresentava ainda características coloniais, o que dificultava o processo de importação/exportação de mercadorias (ABREU, 2013 & BENCHIMOL, 2002). Já a zona portuária, como um todo,

> *"inspirava reações sempre dúplices às elites. Repulsa aos perigos que emanavam dos setores populares ali concentrados, fascínio pelo exotismo e o pitoresco das comunidades estrangeiras que ali coexistiam: as casas de ópio dos chineses, as polacas e francesas dos prostíbulos, a chamada Pequena África com seus dialetos exclusivos e seus ritmos sedutores"* (BENCHIMOL, 2002, p. 134).

Finalmente, havia o desejo de transformar o Rio na capital da República e símbolo do progresso e da civilização, principalmente para o exterior. Essa nova capital devia ser expressão dos valores e "*modi vivendi*" cosmopolita das elites econômica e política nacionais.[11]

Para Velloso (1988), o objetivo maior era tornar o Rio de Janeiro uma "Europa possível", e para tanto era preciso esconder ou mesmo destruir tudo aquilo que era sinônimo de atraso ou motivo de vergonha aos olhos da elite. Epidemias, cortiços, povo, pobreza, não combinavam com os padrões civilizatórios então idealizados.[12]

Mas de que modo ocorreria a transformação do espaço urbano carioca, a cargo de quem ficariam as reformas?

Rodrigues Alves (1902-1906), então governador da cidade do Rio, indicou para o cargo de Prefeito e líder do Plano de Melhoramentos da Prefeitura o engenheiro Francisco Pereira Passos, que no intervalo de quatro anos, comandaria a maior transformação que o espaço urbano carioca iria assistir. Passos inspirava-se nas reformas de Paris, modelo de renovação urbana em todo o mundo, daí explica-se o codinome muitas vezes a ele atribuído de Haussman carioca. Benchimol (2002) conta-nos um pouco da sua trajetória:

Nascido em 29 de agosto de 1836, Francisco Pereira Passos cresceu em São João do Príncipe, província do Rio de Janeiro. Filho do Barão de Mangaratiba fez seus primeiros

[11] Neste contexto explica-se a aparição do automóvel, meio de transporte elitista, o bonde elétrico e o rápido crescimento da cidade em direção à zona Sul (ABREU, 2013).

[12] Era uma constante na Imprensa Carioca no final do século XIX e início do XX a comparação do Rio de Janeiro com Buenos Aires. Eram muitas as críticas ao estado sanitário da cidade e à ausência de melhoramentos urbanos. (Fonte: Don Quixote, n. 69, 8/8/1896. (BN) *apud* ABREU, 2013, p.61).

estudos em casa, e ao completar 14 anos foi matriculado no Colégio Dom Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro, onde completou seus estudos. Aos vinte anos obteve o grau de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, pela Escola Militar, o que lhe dava direito de obter o diploma de engenheiro civil.

Completou seus estudos de engenharia em Paris (1857-1860), na École de Ponts Et Chausseés, onde frequentou como ouvinte os cursos de economia política, direito administrativo, estradas de ferro, portos de mar, canais e melhoramentos de rios navegáveis e arquitetura, evidentemente. Como engenheiro colocou em prática seus conhecimentos nas obras do porto de Marselha, na construção da ferrovia entre Paris e Lyon e na abertura do túnel no monte Cannis, além de ter assistido a reforma comandada por Georges Eugène Haussmann, prefeito do Departamento de Seine, nomeado por Napoleão III.

Ao voltar para o Brasil, Pereira Passos atuou em significativas construções ferroviárias que ocorriam em todas as províncias. Entre elas destacam-se a ferrovia do Barão de Mauá, da Raiz da Serra a Petrópolis e na estrada do Corcovado, criada na Corte, com finalidade turística. Como engenheiro do Ministério do Império, foi responsável por projetar prédios públicos, além de integrar a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, que nunca chegou a ser implementado.

Em sua nova passagem pela Europa visitou fábricas, siderúrgicas, empresas de transportes e obras públicas na Bélgica e Holanda. Em 1881 foi contratado como engenheiro consultor pela *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, organizada por Gustave Delahante e Aimé Durieux. Ambos tinham licença para a construção de uma ferrovia no Brasil, mais precisamente no Paraná. Esta ferrovia devia ligar o porto de Paranaguá à Curitiba, capital da província.

Finalmente, ao regressar para o Brasil, Passos foi para o Paraná e lá chegando assumiu todos os assuntos técnicos referentes à sua ferrovia, que entrou em operação em 1882. Finda esta empreitada, assumiu a presidência da Companhia de Carris de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Após torná-la lucrativa, propôs a seus acionistas a aquisição do projeto de uma grande avenida elaborado por Giusepe Fogliani. O projeto era na verdade a antecipação da futura Avenida Central, que seria executado, vinte anos depois, em sua gestão como prefeito.

No que tange ao seu programa de reformas propriamente dito para o Rio de Janeiro, Benchimol (2002) ensina-nos que as avenidas representavam o meio principal da remodelação da cidade, além de atender a dois objetivos distintos, porém, complementares. O primeiro dizia respeito à circulação urbana e o segundo a modificação das formas sociais de ocupação dos espaços cruzados pelas novas artérias.

Um primeiro eixo de circulação buscou desafogar o tráfego entre os bairros da zona sul e oeste. Começando no largo da Lagoa, a Avenida Mem de Sá cruzou a esplanada do Morro do Senado, demolido para o aterro do porto, terminando na movimentada Rua Frei Caneca. Daí partiu a Avenida Salvador de Sá, que desembocava na Rua Estácio de Sá, que foi ampliada até o largo do Estácio.

À abertura dessas novas vias seguiu-se uma série de obras que tinham como objetivo a abertura de artérias no centro e nas imediações. Assim, foram alargadas para 17 metros as ruas Assembleia, Carioca, Estácio de Sá, Frei Caneca, Uruguaiana e Visconde do Rio Branco; e para 24 metros, as Ruas Estreita de São Joaquim – que com a Rua Larga de São Joaquim se transformou na atual Avenida Marechal Floriano – e Visconde de Inhaúma. Esta, uma vez alargada, formou um corredor ligando o Cais dos Mineiros, junto à Alfândega, ao largo de Santa Rita e à Estação Ferroviária Central do Brasil, na Praça da República.

A Avenida Beira Mar foi um segundo eixo de circulação que buscou melhorar o acesso entre os bairros já urbanizados da zona sul – Catete, Flamengo e Botafogo – e o Centro. Associada a outras obras públicas, contribuiu para a ocupação da orla marítima até Copacabana, Ipanema e Leblon, onde começavam a surgir as mais novas residências burguesas. A Avenida Beira Mar foi construída às custas dos terrenos conquistados ao mar, passando a ser um dos boulevards mais lindos do mundo (ABREU, 2013 & BENCHIMOL, 2002).

Continuando, o Programa de Melhoramentos da Prefeitura preocupou-se também com a comunicação do Centro com a Zona Portuária, separada da cidade pela união dos morros do São Bento, Conceição, Providência e São Diogo. A Rua do Acre absorveu grande parte da Rua da Prainha; a Rua Uruguaiana foi alargada assim como a Camerino. Esta última uniu-se à Avenida do Cais sobre o aterro que sepultou o antigo Cais da Imperatriz, usado para desembarque de escravos. Sua outra extremidade terminava no largo de São Domingos, que desapareceu quando foi alargada e prolongada a Rua do Sacramento, até à Marechal Floriano, primeira obra inaugurada por Pereira Passos, em julho de 1903, por isso o nome de Avenida Passos (BENCHIMOL, 2002).

Simultaneamente à abertura de novas artérias, a Prefeitura determinou o uso de novos calçamentos asfálticos, substituindo, assim, o lajeado de cantaria e os pés de moleque. As ruas do Centro, Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo adquiriram notoriedade por serem as primeiras a receberem esse tipo de calçamento no Brasil, enquanto pouco ou nada foi feito nas áreas suburbanas (ABREU, 2013 & BENCHIMOL, 2002).

Pereira Passos também preocupou-se com as obras de embelezamento propriamente ditas da cidade, conforme pode ser observado no excerto abaixo:

> *"A Praça XV, o largo da Glória, o Largo do Machado, a Praça São Salvador, a Praça Onze de Junho, o Passeio Público e a Praça Tiradentes foram agraciados com estátuas imponentes e/ou tiveram seus jardins melhorados; as ruas do Centro, Botafogo e Laranjeiras passaram por um surto de urbanização e as estradas do Alto da Boa Vista sofreram várias modificações. Além disso, foram construídos pavilhões arquitetônicos em determinados pontos da cidade (Pavilhões de Regatas e Mourisco, em Botafogo, Vista Chinesa, Pavilhão do Campo de São Cristóvão) (...). Deu-se início, ainda à construção do Teatro Municipal, em terreno adquirido pela Prefeitura por 551:875$000" (ABREU, 2013, p. 61 e 63).*

As ações remodeladoras de Passos, todavia, não se limitavam apenas à parte física ou estética da cidade, elas tocaram também nas formas de trabalho, lazer e costumes dos sujeitos sociais, considerados incompatíveis com o ideal de civilização, como podemos observar num trecho do pronunciamento do próprio Prefeito:

> *"Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros cercados pelo voo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli igualmente a prática de se ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que ninguém certamente achará dignas de uma cidade civilizada.*
>
> *Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães que vagavam pela cidade, dando-lhe aspecto repugnante de certas cidades do Oriente (...). Tenho procurado pôr termo à praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que, por toda a parte, perseguiam a população, incomodando-a com infernal grita e dando à cidade o aspecto de uma tavolagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicidade pública (...) punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros à contingência de exporem pelas ruas sua infelicidade..."* (Fonte: Boletim da Intendência Municipal da Capital Federal, julho/setembro 1903, p.32-3 *apud* BENCHIMOL, 2002, p.143).

Naquela época os cães faziam parte das casas de família, além de auxiliares indispensáveis dos lavradores que transportavam gêneros para a cidade. Exigências para que portassem coleiras, fossem matriculados e se submetessem à inspeção de saúde representavam medidas um tanto quanto longe da realidade cotidiana daquelas pessoas.

Para impedir que práticas rurais continuassem a existir na malha urbana, foi decretada a expulsão de estábulos, hortas e capinzais, além da criação de aves e suínos. Passos também declarou guerra aos quiosques que vendiam artigos alimentícios, assim, como vetou a exposição de artigos nos umbrais e vãos de porta que davam para via pública, permitidos, a partir daí, só em vitrines.

Os mendigos e desocupados também foram perseguidos pelos ideais civilizatórios do prefeito. A ociosidade, enquanto perdurou o trabalho escravo, era inevitável para os homens livres não proprietários; com o advento do trabalho assalariado, a vadiagem ganhou um novo caráter, já que foi responsável por criar uma reserva de mão de obra além das necessidades do setor industrial e de serviços. Sendo assim, os indivíduos válidos, sem trabalho, e os

menores que perambulavam pelas ruas, eram entregues às autoridades policiais e enquadradas no Código Penal.

> *"... meninos vendendo jornais, negro fabricando cestas na calçada, vendedor de carvão puxando burros carregados, o português que toca os perus com a vara comprida (Olha ôôô prúuuu da roda vôôô ôôa!)!, o vendedor de abacaxi, o italiano do peixe, o turco dos fósforos, o vassoureiro, o comprador de metais, o garrafeiro, o burro sem rabo, a negra da canjica... cada qual contribuía com seus sons para a polifonia das ruas: o funileiro badalava um prato de cobre, o mascate de panos vibrava sua matraca, os doceiros tocavam gaita de boca; o caldo de cana era espremido em carrocinhas com realejos" (*LUÍZ EDMUNDO, [1969], *apud* BENCHIMOL, 2002, p. 144).

O excerto acima nos dá a conhecer um pouco da paisagem urbana do Rio no início do século passado.

Por fim, um decreto proibiu urinar e cuspir nas ruas. Para evitar incêndios foram proibidas fogueiras, fogos de artifícios e balões durante as festas de São João. As crianças proibidas de soltar pipas para não embaraçar os cabos de energia elétrica que se espalhavam pelas ruas. A repressão policial a festas profanas e sagradas – o carnaval, a serenata, a boêmia, o candomblé, o bumba meu boi – também figuraram neste contexto. Muitos cortiços, por sua vez, foram demolidos, pois uma lei municipal de 10/02/1903 proibiu que eles sofressem reparos (BENCHIMOL, 2002).

As reformas implementadas por Pereira Passos representam apenas um viés do processo civilizatório. O outro viés foi aquele encarnado por Oswaldo Cruz e suas campanhas sanitárias, que passamos a analisar a partir de agora.

Ao assumir a chefia da Diretoria Geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, bacteriologista treinado no Instituto Pasteur de Paris, comprometeu-se a combater à febre amarela, a peste bubônica e a varíola através de estratégias diferentes daquelas empregadas até então.

Assim, em abril de 1903, ele apresentou ao Ministro da Justiça um plano de combate a estas doenças. A febre amarela devia ser combatida através do extermínio do seu vetor, ou seja, o mosquito *Stegomyia fasciata,* denominado, mais tarde, de *Aedes aegypti*. Essa campanha inspirou-se naquela empreendida por Emílio Ribas, em São Paulo, e por Gorgias, em Havana. O fim da peste bubônica viria do extermínio dos ratos, além da fabricação de soro e vacina para uso hospitalar. A varíola, por sua vez, seria detida através da imunização de toda a população (BENCHIMOL, 2002 & VELLOSO, 1998).

O sucesso dessas campanhas, no entanto, ensina-nos Benchimol (2002), dependia de regulamentações jurídicas que tinham a função de ampliar o poder das autoridades sanitárias, principalmente no que diz respeito à notificação dos casos de doenças infecciosas. No entanto,

o projeto lei que organizou a saúde pública foi aprovado, com restrições, apenas em janeiro de 1904.

Oswaldo Cruz estruturou a campanha a partir de bases militares. A cidade do Rio de Janeiro foi dividida em dez distritos sanitários, com delegacias de saúde cuja função era receber notificações, aplicar soros e vacinas, multar e intimar proprietários de imóveis e detectar focos epidêmicos.

As brigadas de mata-mosquitos, que tornaram-se inclusive, emprego público, deviam percorrer as casas e ruas da cidade para remover os criadouros do vetor da febre amarela. O setor responsável pelo isolamento e expurgo desinfetava com piretro e enxofre as casas situadas entre os focos, além de providenciar o isolamento domiciliar dos doentes mais abastados ou a remoção dos pobres, com seus pertences para o Desinfetório Central e, por último, para os hospitais de isolamento.

No caso da peste, a notificação obrigatória também era importante para que os doentes fossem isolados e tratados com o soro fabricado no Instituto de Manguinhos – que transformou-se num instituto de pesquisa e fabricação de produtos biológicos, similar ao Instituto Pasteur de Paris.

Para erradicar os focos de ratos, vetores da peste, e o lixo, onde os ratos se multiplicavam, foram emitidas intimações a proprietários de imóveis para que removessem entulhos e executassem reformas. A Diretoria Geral de Saúde Pública lançou um crédito especial para a compra de ratos, que gerou, inclusive, um comércio clandestino dessa mercadoria.

> *"Pagavam-se 300 réis por rato apanhado pela população e houve mais de um carioca fazendo criações clandestinas de ratos para matá-los e vendê-los aos funcionários que percorriam o centro, os bairros e os subúrbios prontos para entregar os 300 reis por rato morto"* (VELLOSO, 1988, p.16).

Finalmente, a varíola devia ser combatida através da vacina, cuja obrigatoriedade já havia sido declarada desde o século XIX, mas nunca cumpridas, não só por falta de condições políticas e técnicas, como pelo medo que a população tinha em se deixar inocular com o vírus da doença. Em 31 de outubro de 1904 foi aprovado o Regulamento que tornava a vacinação contra a varíola obrigatória em todo o território da República. As cláusulas eram severas e previam multas aos refratários, a exigência de atestado para matrículas em escolas, viagens, casamentos e empregos públicos e etc.

Tudo isso aguçou a ira dos populares, pois além do “bota abaixo”, ou seja, a demolição dos cortiços ter elevado os preços das moradias, expulsando-os do centro da cidade, ainda tinham que lidar com a obrigatoriedade de tomar vacina.

Em paralelo aos trabalhos de Pereira Passos, outras obras foram realizadas na cidade neste período. São elas: Obras do Porto e Avenida Central (atual Rio Branco), supervisionadas e financiadas pelo governo federal.

A estrutura portuária da cidade do Rio de Janeiro apresentava características ainda do século XIX. A lentidão na sua dinâmica acarretava perdas materiais. “Quantas equipagens foram dizimadas aí, durante os longos dias de estadia que transcorriam com uma lentidão desesperadora!” (BENCHIMOL, 2002) e declínio nos serviços como pode ser observado nos trechos abaixo:

> *“Os carregamentos volumosos pagavam direitos de Alfândega em água e eram transportados para os trapiches em pequenas embarcações que evoluíam ao redor dos veleiros e vapores ancorados a certa distância do litoral. As mercadorias depositadas na Alfândega e nos trapiches eram retiradas por carroções ou bondes puxados a bois ou burros que atravessavam com dificuldade as ruas congestionadas do centro da cidade. Os produtos destinados a outros estados permaneciam nos trapiches, em regime de entreposto. Esse serviço vinha declinando, pois as linhas europeias começavam a fazer escala em outros portos brasileiros”* (BENCHIMOL, 2002, p. 135).

> *“No fim do século, o Rio de Janeiro perdera sua supremacia como exportador de café, em proveito de Santos, afirmando-se, em contrapartida, como o grande porto de importação (inclusive de imigrantes), conectado a uma vasta hinterlândia. Figurava entre os 15 principais portos do mundo e vinha em terceiro lugar no continente depois, depois de Nova Yorque e Buenos Aires. Em 1906, a tonelagem média dos navios que ingressaram no porto foi de 1.443 t. A estrutura portuária era, no entanto, a mesma de 1850 ou 1875, quando as tonelagens médias não passavam de 97 t. e 697 t.”.* (Idem).

Assim, sua modernização, iniciada, em 1904, consistiu nas seguintes modificações: demolição dos quarteirões marítimos e o aterro das enseadas, com o entulho do morro do Senado; a faixa de terra, obtida a partir daí passou a ser percorrida por trilhos, além de ser ocupada por um cais onde os navios podiam atracar para que os guindastes – agora elétricos – fizessem a carga/descarga; havia também armazéns e construções mercantes e industriais que ladeavam a Avenida do Cais, atual Rodrigues Alves (BENCHIMOL, 2002).

Com relação às obras da Avenida Central, também de responsabilidade da União, continua Benchimol, Paulo de Frontin foi nomeado o engenheiro-chefe da Comissão, o que dava-lhe poderes para organizar o projeto da avenida, para comprar e vender materiais de construção/demolição, para fixar salários, dirigir as obras realizadas por administração direta

ou fiscalizá-las quando empreitada de terceiros, além de negociar desapropriações, vendas e permutas de terrenos. As demolições começaram em 26 de fevereiro de 1904.

A Comissão construtora atacou, rapidamente, o centro e os extremos da avenida, mobilizando um grande número de operários. O outro lado desta moeda foi um saldo de milhares de pessoas desabrigadas e seus cotidianos completamente alterados.

A Comissão Construtora da Avenida Central chegou, inclusive, a organizar um concurso internacional de fachadas, priorizando aquelas que tinham no mínimo três pavimentos e vinte ou trinta metros de largura. O júri foi composto, entre outros, pelo prefeito, o chefe da Comissão, o ministro da Viação e Obras Públicas, o diretor geral de Saúde Pública, os diretores das escolas Politécnica e Belas Artes e o representante do Clube de Engenharia. Na ocasião de inauguração do eixo da avenida (Sete de Setembro), a imprensa divulgou os vencedores do concurso.

Em torno de 1910 a Avenida Central já contava com prédios imponentes e exuberantes

> *"de lojas, clubes, hotéis, jornais, empresas e do próprio Estado, como a Escola Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Supremo Tribunal, o Palácio Monroe e o Teatro Municipal, majestoso, decalque do Téâtre de l'Opera, de Paris, projetado pelo filho do prefeito, engenheiro Francisco de Oliveira Passos. O aspecto arquitetônico da Avenida Central (Rio Branco a partir de 1912), que ainda é a artéria mais importante do centro, manteve-se intacto só até a difusão do concreto armado e a proliferação dos arranha-céus, a partir dos anos 1930-1940"* (BENCHIMOL, 2002, p. 137).

Antes de finalizarmos a análise do período Passos – incluindo as obras realizadas pelo governo federal – é preciso tecer algumas importantes considerações sobre o papel do Estado, no contexto das reformas urbanas, e a crise habitacional, delas advindas.

A ação do Estado no sentido de remodelar o solo urbano envolveu, segundo Benchimol (2002), um conjunto de personagens: firmas de arquitetura, construção, loteamento, fabricantes e importadores de materiais e equipamentos, além do capital financeiro internacional e seus intermediários que lucraram com o financiamento de obras públicas. Na zona sul, por exemplo, as obras municipais beneficiaram empresas de serviços públicos, como a *Light and Power* – que monopolizava o fornecimento de energia elétrica – além de atender, consequentemente, os interesses das classes mais abastadas que lá residiam.

De acordo com Abreu (2013) o Estado interviu sobre o urbano para reorganizá-lo segundo as novas bases econômicas e ideológicas que não aprovavam a presença dos pobres na área mais valorizada da cidade. E, para afastá-los, a abertura de novas artérias e o alargamento das ruas cortaram, sobretudo, as velhas freguesias artesanais e industriais,

destruindo, assim, os quarteirões de cortiços, habitados pelos proletários e os armazéns e trapiches dos bairros marítimos.

Essa postura, adotada pelo Estado, contribuiu para acirrar a crise habitacional que era uma constante na vida urbana da cidade do Rio de Janeiro desde meados do século XIX, conforme ensina-nos Benchimol (2002). A saída encontrada por grande parte da população foi morar com outras famílias ou pagar aluguéis caros (consequência da escassez da oferta de habitações), pois o número de moradias populares construídas pelo Estado para substituir as que foram demolidas foi muito pequeno, conforme atesta o trecho abaixo:

> *"Devido ao fato de que as desapropriações e demolições afetavam os locais de moradia da classe operária, Passos enviou à Câmara Municipal mensagem solicitando autorização para a construção de casas para operários. Obteve o Decreto 1042, de 18/7/1905. Por esse decreto, podia aproveitar as sobras dos terrenos desapropriados para a abertura da Avenida Salvador de Sá e de outras constantes do plano para construir casas para operários, que pagariam aluguel mensal de, no máximo, 12% do custo das mesmas. Na sua administração foram construídas 120 casas, totalizando 12.743 metros quadrados nas ruas Mendes Campos, Salvador de Sá e Leopoldo" (*REIS, [1969], *apud* ABREU, 2013, p. 66).

Os subúrbios também apresentavam-se como uma opção de moradia, mas somente para aqueles indivíduos que possuíam uma remuneração estável como militares, funcionários públicos, empregados do comércio ou trabalhadores especializados, já que teriam que arcar com os custos provenientes da compra de terreno, aluguel ou construção de casa, além das despesas diárias com transporte. Para a grande maioria que não tinha um emprego estável, como é o caso dos operários, que recebiam diárias, e daqueles que viviam da viração, os subúrbios representavam uma alternativa muito distante de suas realidades (BENCHIMOL, 2002).

Por isso, os morros localizados no Centro da Cidade (Providencia, São Carlos, Santo Antônio) passaram a ser ocupados, dando origem a uma nova modalidade de habitação popular que marcou profundamente a paisagem do Rio, a favela.[13]

> *"A destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela, a única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego. E essa população, paradoxalmente, não cessava de crescer, atraída que era à cidade pelo desenvolvimento industrial e pelos empregos na construção civil"* (ABREU, 2013, p. 66).

Veremos um pouco mais sobre essa modalidade de moradia na seção a seguir, por ora, cabe apenas acrescentar que o período Passos representou a superação da cidade colonial - escravista, ao mesmo tempo em que atendeu à pressão por progresso e civilização exigidos

[13] O Morro da Providência já era conhecido como Morro da Favela desde 1897 (ABREU, 2013, p.66).

pelo modo de produção capitalista. Todavia, as soluções encontradas na tentativa de solucionar os problemas do espaço do urbano, muitas vezes, geram novas contradições para o novo momento de organização que surge como veremos adiante.

I.4 As favelas e as informações quantificadas

Nesta seção vamos ver um pouco sobre a história da favela, a sua transformação em "problema" por parte do discurso higienista, que continuava o processo de depuração das áreas nobres da cidade, o Plano do urbanista francês Alfred Agache e o seu olhar peculiar sobre a favela, o Código de Obras de 1937 e, por último, o levantamento de informações sobre o contingente populacional que ali reside, através dos recenseamentos realizados pelo poder público.

De acordo com Valladares (2000), os estudiosos apontam os cortiços como a "semente da favela" no Rio de Janeiro. As razões para isso estariam primeiro, no fato do Cabeça de Porco já contar com a presença de casebres e barracões e segundo, porque, como é sabido, o "bota abaixo" do centro da cidade tem relação direta com a ocupação ilegal dos morros no início do século XX

O morro da Providência em 1897 já era conhecido como Morro da Favela, passando a

> *"emprestar seu nome aos aglomerados de casebres sem traçados, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro"* (Valladares, 2000, p.7).

A palavra favela passou a ser utilizada de forma substantiva – e não mais para fazer referência ao morro da Favela - na segunda década do século XX (ABREU, [1994], *apud* VALLADARES, 2000), fazendo surgir uma nova categoria para designar as aglomerações pobres.

Guardadas as devidas proporções, a transformação do morro da Providência e do morro Santo Antônio em favelas ocorreu quando começaram a ser habitados por ex-combatentes, retornados da guerra de Canudos (ABREU, 2013 & VALLADARES, 2000).

Desse modo, os cortiços vão, paulatinamente, deixando de ser alvo do discurso higienista, e a favela, que surgiu como uma alternativa para aqueles que ficaram sem opção de moradia, vai, aos poucos, juntamente com seus moradores, tornando-se os grandes responsáveis pelos males da cidade. Sendo, portanto, no interior do debate sobre a pobreza e

habitação popular que é possível encontrar as origens de um pensamento específico sobre a favela carioca (VALLADARES, 2000).

A transformação da favela em "problema" ocorreu já no início do século XX, mais precisamente na década de vinte, a partir da seguinte questão: o que fazer com essa nova forma de moradia? (VALLADARES, 2000). Ao reconstruir o caminho seguido por aqueles que tentaram responder essa indagação não podemos deixar de citar o Plano do urbanista francês Alfred Agache, que tinha o objetivo de remodelar e embelezar o Rio de Janeiro e o Código de Obras de 1937, que proibia a criação de novas favelas[14].

Alfred Agache chegou ao Rio de Janeiro em 1927, a convite do então prefeito, Antonio Prado Junior. Seu discurso baseava-se em pilares higienistas e estéticos, ou seja, a higiene e o embelezamento eram o fim último do seu projeto de urbanismo. Todavia, ao deparar-se com o fenômeno das favelas, Agache procurou compreender quais os fatores, além da pobreza, contribuíra para sua formação. Dentre eles apontou: os trâmites burocráticos relacionados à construção e a atitude (ou a falta de) dos poderes públicos e da administração municipal. No dizer de Valladares (2000) ele foi um dos primeiros que buscou entender as causas desse fenômeno, afastando-se de explicações que enxergavam a favela simplesmente como um mal que contagia, conforme atesta o trecho a seguir:

> *"Pode-se dizer que são resultado de certas disposições nos regulamentos de construção e da indifferença manifestada até hoje pelos poderes públicos, relativamente as habitações da população pobre. Perante as difficuldades accumuladas para obter-se uma auctorisação de edificar – requerimentos e formalidades só alcançam o seu destino depois de muito tempo e taxas onerosas – o operário pobre fica descoraçado e reúne-se aos sem tecto para levantar uma choupana com latas de kerosene e caixas de emballagem nas vertentes dos morros próximos a cidade e inoccupados, onde não se lhes reclamam impostos nem auctorisações"* (AGACHE, 1930, p. 189).

Com relação ao quadro social da favela, o urbanista francês fez a seguinte descrição:

> *"Pouco a pouco surgem casinhas pertencentes a uma população pobre e heterogenea, nasce um princípio de organização social, assiste-se ao começo do sentimento da propriedade territorial. Familias inteiras vivem ao lado uma da outra, criam-se laços de vizinhança, estabelecem-se costumes, desenvolvem-se pequenos comércios: armazéns, botequins, alfaiates, etc"* (AGACHE, 1930, p.189).

O mercado habitacional, comum na favela, não escapa aos olhos de Agache e também é descrito:

[14] Antecipando-nos a qualquer questionamento, sabemos que o Período Carlos Sampaio precedeu Agache no processo de depuração da área nobre da cidade das populações indesejadas. No entanto, optamos, com Valladares, ir direto para o Período Agache devido ao papel pioneiro de suas ideias.

> *"Alguns deles que fizeram bons negócios, melhoram a sua habitação, alugam-na até, e estabelecem-se noutra parte, e eis pequenos proprietários capitalistas que se installaram repentinamente em terrenos que não lhes pertenciam, os quaes ficariam surprehendidos se se lhes demonstrasse que não podem, em caso nenhum, reivindicar direitos de possessão"* (AGACHE, 1930, p. 189).

Para extinguir de vez com esse tipo de moradia tão insegura e antihigiênica – conforme mentalidade da época – e impedir que outras surgissem, Agache recomendou no seu Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento que fossem construídas "villas-jardins operarias" e também habitações simples, práticas e econômicas para que os moradores da favela para lá se transferissem, pois "se fossem simplesmente expulsos, se instalariam alhures nas mesmas condições" (AGACHE, 1930, p.190).

Ainda no contexto das providências a tomar com relação à favela, o Código de Obras, reconhece a sua existência ao introduzir no capítulo XV uma seção intitulada "Favellas". Publicado em 1937, o Código disponibilizava-se a administrar e controlar o seu crescimento. O Artigo 349 (p.47) e alguns de seus parágrafos, deixa claro suas intenções:

> *"Art. 349 – A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.*
>
> *§1 Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.*
>
> *§2 A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumàriamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas. (...)*
>
> *§7 Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dobro (...)*
>
> *§8 A construção ou armação de casebres destinados a habitação, nos terrenos, pátios ou quintais dos prédios, fica sujeita às disposições deste artigo.*
>
> *§9 A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do Capítulo XIV deste decreto a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo (...)".*

Para Valladares (2000, p.19), "a favela uma vez oficialmente reconhecida, passa gradativamente a ser vista como um problema a ser administrado". O próprio Código, que acabamos de citar, pode ser lido como a primeira política formal de governo relativa à favela.

A verdade é que para bem administrá-la era preciso conhecê-la, não só a ela, como a seus moradores, e as informações quantificadas, ou seja, as estatísticas, auxiliaram bastante neste sentido, além de marcar uma nova forma de investigação sobre a favela, surgida no final dos anos 40, do século XX.

Estimativas, considerações genéricas e impressionistas deveriam, cada vez mais, ceder lugar a um conhecimento exato sobre os indivíduos e suas respectivas famílias e moradias, que viria, por sua vez, da coleta sistematizada de dados.

De acordo com Valladares (2000), apesar de o país vir realizando recenseamentos gerais desde o final do século XIX e o Rio de Janeiro, capital federal, contar com um Departamento de Geografia e Estatística, não existiam dados precisos sobre as favelas. O caráter de espaço provisório a elas atribuído explica o fato de não terem sido contempladas nos censos oficiais de 1920 e 1940. A decisão de realizar um recenseamento sobre esse tipo de habitação, só ocorreu após 50 anos do nascimento da primeira favela, quando os poderes públicos compreenderam a necessidade e a importância de dados sobre esses aglomerados para a administração pública.

O primeiro Censo das Favelas foi realizado na gestão do prefeito general Angelo Mendes de Moraes, pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal. Ele foi iniciado nas últimas semanas de 1947, terminado em 1948 e publicado em 1949. Com relação aos dados, foram identificados, inicialmente, 119 núcleos, com uma população estimada em 280 mil habitantes. Conforme os trabalhos foram prosseguindo o número de favelas caiu para 105 e a população para 138.837 habitantes. O levantamento predial, realizado em paralelo, encontrou 34.567 habitações para 138.837 moradores. O documento oficial fornecia ainda dados sobre as habitações – pagamento ou não de aluguel; número de cômodos; despejo (esgoto sanitário); disponibilidade de água; cobertura – e a população – sexo, idade, naturalidade, cor, instrução, estado civil, atividade declarada, zona de moradia e zona do exercício da profissão e salário.

Tabela I.2 – Comparação censo demográfico x censo da favela

Censos	N. favelas	População
1948	119 / 105 núcleos	280 / 138.837 mil habitantes
1950	58 núcleos	169.305 mil habitantes

Fonte: IBGE

A produção de dados sobre as favelas teve continuidade imediata no Censo Demográfico de 1950, no qual os dados referentes à população das favelas do Distrito Federal foram publicados, pela primeira vez, separados, da população geral. Todavia, os dados deste

Censo não coincidiram com os do Censo da Favela, conforme pode ser observado na Tabela I.2:

Como não houve supressão ou remoção de favelas nesse período, a grande diferença entre os dados seria explicada pela diversidade dos critérios de definição então utilizados. Desse modo, o IBGE incluiu para a identificação das favelas os seguintes critérios:

> *"Proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;*
>
> *Tipo de habitação: predominância, no agrupamento de casebres ou barracões de aspecto rústico, típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;*
>
> *Condição jurídica da ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;*
>
> *Melhoramentos públicos: ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;*
>
> *Urbanização: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento"* (GUIMARÃES, 1953, p.259).

Em 1987, após reunião com especialistas e órgãos de governo, foi definido o conceito de aglomerado subnormal que deve ser entendido como

> *"um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até.*
> *período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa"* (IBGE, 2011).

E identificado a partir dos seguintes critérios:

> *"a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos);*
> *b) Possuir pelo menos uma das seguintes características:*
> *• urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos;*
> *• precariedade de serviços públicos essenciais"* (IBGE, 2011).

Tabela I.3 – Habitantes das favelas do Rio de Janeiro em relação ao total da população

Censos	Favelas	Total	Percentual em favelas	Crescimento favelas
1950	169 305	2 337 451	7,24%	
1960	337 412	3 307 163	10,20%	99,3%
1970	563 970	4 251 918	13,26%	67,1%
1980	628 170	5 093 232	12,33%	11,4%
1991	882 483	5 480 778	16,10%	40,5%
2000	1 092 958	5 857 879	18,66%	23,9%
2010	1 400 000	6 320 446	22,15%	28,0%

Fonte: IBGE

A investigação sobre as aglomerações pobres, bem como a geração de dados continuaram nos Censos Demográficos Nacionais que se seguiram. Conforme já foi apontado, no Censo de 1950, os resultados referentes às favelas e seus moradores foram, pela primeira vez, publicados separados da população geral. O Censo de 1991 passou a utilizar o conceito de aglomerado subnormal, em vez de favela. No recenseamento de 2010, o conceito foi mantido, mas inovações tecnológicas e de método de trabalho permitem, cada vez mais, um aprimoramento no levantamento de dados sobre esse tipo de habitação, que não parou de crescer, conforme Tabela I.3.

Alguns dos censos das favelas também investigaram a categoria cor nos seus levantamentos, como pode ser observado na Tabela I.4.

Tabela I.4 – Categoria cor no censo das favelas

Censos	Raça / Cor
1950	Branco, preto, amarelo, pardo e sem declaração de cor.
1960	Idem; tendo sido incluída no grupo dos pardos as declarações que diziam respeito aos índios.
1970	-
1980	-
1991	-
2000	-
2010	-

Fonte: IBGE

Esses dados foram cruzados com os grupos de idade e por sexo.

O censo de 1970, não trouxe nenhuma informação sobre raça/cor, provavelmente porque seguiu o recenseamento nacional, que não investigou essa categoria. Os demais parecem não ter utilizado esses critérios em suas pesquisas.

Ao fim desta seção podemos perceber a importância das favelas também serem contempladas pelos recenseamentos. O objetivo deve ir além da simples quantificação de barracos e habitantes, mas fazer um reconhecimento do próprio território - uma vez que as favelas passaram a fazer parte da paisagem urbana da cidade - a fim de que o Estado intervenha através de políticas públicas não só de ordem arquitetônica, mas também de ordem educacional, de saúde e de lazer. Ao se comportar dessa maneira o Estado está tornando as realidades, até então estranhas e distantes, reconhecíveis e passíveis de serem administradas e governadas.

No próximo capítulo vamos apresentar um breve panorama do pensamento social brasileiro acerca da categoria raça/cor, para melhor compreender os seus impactos nos levantamentos demográficos.

II - Genealogia da categoria Raça e Cor

Este capítulo tem o propósito de investigar a formação do pensamento social brasileiro acerca de raça e cor – revisitando episódios importantes da nossa história como a criação do IHGB, a crise das relações escravistas e o incentivo à entrada de imigrantes europeus, o Movimento Sanitarista, nos primeiros anos da República, e a dissociação entre raça e cultura, na década de 1930 do século XX – que se reflete, por sua vez, na construção dos instrumentos de levantamento demográfico, na prática censitária. O mapeamento da trajetória e mudanças da categoria cor/raça na classificação censitária oficial e extraoficial demonstra que seus usos políticos não são arbitrários, mas tecido nas e pelas relações de poder.

II.1 No Debate Intelectual

Em função do escopo da presente pesquisa, esta seção visa a construção de um panorama geral sobre a questão raça/cor no pensamento social brasileiro e não um resgate profundo da temática.

A discussão sobre raça e cultura tem raízes no século XIX e remete, inevitavelmente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a nomes como Karl Von Martius e Francisco Adolfo Varnhagen. Estes, por sua vez, estão intimamente ligados à discussão acerca da identidade nacional.

Com a realização da Independência, em 1822, começou a haver uma preocupação, por parte dos intelectuais, em delinear uma identidade verdadeiramente nacional, e isso não acontece por acaso:

> *"(...) essas discussões transcorriam em tempos de unificação dos Estados nacionais europeus, numa época em que a homogeneidade cultural, linguística, comunitária apresentava-se como um trunfo indispensável para viabilizar as nações modernas"* (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, p. 295).

De acordo com Guimarães (1988), o IHGB foi criado em 1838, justamente com a responsabilidade de direcionar a concretização deste projeto, pois como qualificar de maneira homogênea, sujeitos e grupos distintos, espalhados em um território. Dito de outro modo, como delinear um perfil nacional diante das diferenças regionais e da disparidade racial, uma vez que "a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolvia dificuldades específicas" (GUIMARÃES, 1988, p.6).

A intervenção do IHGB no sentido de levar a cabo esta empreitada ocorrerá primeiro através do incentivo à produção de trabalhos no âmbito da História, da Geografia e da Etnologia e também da incorporação, por parte do Instituto, dos estudos de natureza etnográfica, arqueológica e linguística.

Esses saberes são eleitos como os instrumentais capazes, não só de tornar conhecida a "cultura estranha" dos indígenas, presentes em todo o território, como de fornecer os argumentos científicos que comprovariam a inferioridade desses povos em relação à civilização branca, ao mesmo tempo em que colocariam esta última como condutora do processo civilizatório (GUIMARÃES, 1988).

Em segundo lugar temos a premiação para trabalhos de caráter científico. O IHGB, na figura de Januário da Cunha Barbosa, organizou nos anos 1840 um concurso intitulado: "Como se deve escrever a história do Brasil?". O texto premiado foi do naturalista germânico Karl Von Martius, um dos mais significativos nomes sobre a discussão da nacionalidade no século XIX. No artigo, Von Martius define não só as coordenadas capazes de garantir uma identidade para a Nação que se está construindo, como aponta também para a mistura das três raças como uma missão reservada particularmente ao Brasil (GUIMARÃES, 1988).

Para Martius a história da humanidade respondia a um plano divino, ou seja, a vontade de Deus se realizaria através da mescla de todos os grupos/etnias em uma única raça humana, daí o Brasil ocupar um lugar de destaque nesse processo, já que a mistura de povos era uma característica comum entre os brasileiros. Entretanto, a contribuição de cada raça para a formação da sociedade brasileira era diferente e desigual:

> *"Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil essa mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças índia e etiópica"* (MARTIUS, 1845, p.3).

Em suma, para Martius o branco português era a raça mais importante, o "poderoso rio" que formaria o país com as contribuições menores dos povos indígenas e africanos.

A contribuição indígena (raça cor de cobre) restringia-se à possibilidade de integrar seus conhecimentos à história nacional, como por exemplo, a produção de mitos da nacionalidade. (Guimarães, 1988). Com relação à contribuição africana (raça preta ou etiópica), Martius afirma o seguinte:

> *"Não há dúvida de que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou para o pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influências, que tivera os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população"* (MARTIUS, 1845, p.15).

Martius dispensa pouca atenção ao negro africano porque ele seria o “fator de impedimento ao processo de civilização”. Guimarães (1988, p.17). Esse ponto de vista, no entanto, não ficará aí restrito, mas fincará raízes e influenciará a produção da história nacional.

A terceira via utilizada pelo IHGB – no esforço maior de definir os contornos da nação – será a organização e o apoio a expedições científicas, cuja finalidade residia na coleta de material, que oferecesse os respaldos para um projeto de escrita da história brasileira.

Essas viagens visavam, especialmente, à coleta de material relacionado à temática indígena, mas caso esse objetivo não fosse alcançado, ainda assim ele seria vantajoso ao Estado, pois ampliaria as fronteiras físicas do Império através da incorporação de novas terras além de eventuais descobertas de riquezas minerais (GUIMARÃES, 1988).

A Revista do Instituto, publicada trimestralmente desde a sua fundação em 1838, tem grande relevância em todo esse processo, pois terá o papel de: registrar as atividades desenvolvidas pela instituição, divulgar suas cerimônias e atos comemorativos e a publicação de fontes primárias, artigos, biografias e resenhas de obras (GUIMARÃES, 1988).

O conteúdo textual que ocupa o maior espaço da Revista se refere à temática indígena e discorre sobre os diferentes grupos, seus costumes, sua língua e a sua força de trabalho.

Para Guimarães (1988), a predileção excessiva por esse tema deve ser compreendida no bojo do processo de construção da nação, uma vez que esta exigia pensar o lugar das populações indígenas nesse projeto, bem como a integração física do território.

O texto de Januário da Cunha Barbosa, publicado no segundo número da Revista, é emblemático neste sentido, pois aponta para um possível projeto de política indigenista para o Estado, ao argumentar que a catequese e seus pressupostos seriam a melhor maneira de conduzir o processo de colonização dos índios:

> *“(...) em primeiro lugar na criação, entre as populações indígenas, de necessidades cuja satisfação exigiria um contato permanente com os brancos; em segundo lugar, na educação dos filhos dessas populações segundo os princípios da educação branca; e, finalmente, no incentivo à miscigenação como forma de branqueamento desses grupos indígenas”* (GUIMARÃES, 1988, p.21).

A partir da década de 40 do século XIX, aspectos econômicos relacionados ao problema da mão de obra reforçaram, também, o debate em torno da questão indígena, articulado, porém, ao debate da escravidão negra frente ao processo de construção da nação, então em curso.

Januário da Cunha Barbosa se pronunciará mais uma vez através de artigo publicado no primeiro número da Revista, no qual responsabiliza a escravidão negra pelo atraso do país, ao mesmo tempo em que aponta o indígena como uma possível solução para o problema da mão de obra (GUIMARÃES, 1988).

> *"Lembramos este fato para provarmos que eles não são tão avessos ao trabalho, como os pretendem pintar os patronos da escravidão africana, e para que se veja que se forem removidas certas causas de seu horror e desconfiança [...] se forem chamados [...] a uma comunicação civilizadora, teremos [...] ao menos em seus filhos e em seus netos, uma classe trabalhadora, que nos dispense a dos africanos"* (BARBOSA, [1839], *apud* GUIMARÃES, 1988, p. 22).

As viagens de caráter exploratório para reconhecimento do território brasileiro e a história regional, são temas que ocupam, respectivamente, o segundo e terceiro lugar na Revista (GUIMARÃES, 1988).

A história regional devia ser tratada "na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional" (Guimarães, 1988, p.24). Uma vez que considerá-la a partir de suas particularidades geraria a polêmica do regionalismo.

As viagens, por sua vez, são importantes porque o processo de construção da nação também exige demarcação das fronteiras e dos limites físico-geográficos. A saída encontrada para essa questão será a definição de uma política externa, liderada por Dom Pedro II e assessorada por Francisco Adolfo Varnhagen (GUIMARÃES, 1988).

Mais conhecido como Visconde de Porto Seguro, Varnhagen é outro nome ligado à história do IHGB. Nascido em Sorocaba, interior de São Paulo, em 1816, viveu muito tempo fora do Brasil, sobretudo em Portugal, Espanha e Áustria-Hungria, tendo a sua nacionalidade brasileira reconhecida na década de 1840 por meio de um decreto imperial (FILHO, 2009).

Como já desenvolvia pesquisas históricas, foi convidado a fazer parte do IHGB onde deu início a uma série de trabalhos, dentre eles destaca-se a realização de um levantamento nos arquivos europeus a respeito do Brasil Colonial, com o objetivo de produzir uma história nacional e publicar, evidentemente, na Revista do Instituto (FILHO, 2009).

São essas pesquisas, inclusive, que ajudarão Varnhagen a escrever, anos mais tarde, a sua mais importante obra, intitulada "História Geral do Brasil" e publicada em dois tomos (1854-1857).

Sua narrativa apresenta a formação do povo brasileiro a partir da integração entre negros, índios e brancos, no entanto, valoriza a herança portuguesa defendendo que esta devia se sobrepor às demais.

Esse posicionamento de Varnhagen já pode ser observado na carta dirigida ao Imperador Dom Pedro II, em julho de 1852, no qual coloca-se contra o projeto de transformar o indígena em representante da nacionalidade brasileira, e, por isso, aconselhava:

> *"não deixar para mais tarde a solução de uma questão importante acerca da qual convém muito ao país e ao trono que a opinião não extravie, com idéias que acabem por ser subversivas"* (GUIMARÃES, 1988, p.12).

Varnhagen está fazendo referência à literatura, mais especificamente, ao indianismo de Gonçalves Dias que propagava a imagem do indígena como portador da brasilidade.

Com relação ao negro, Varnhagen dedica a seção XIV do tomo I do seu livro, intitulada "Escravidão d'africanos, perigos ameaçadores", na qual discorre sobre a colonização africana, argumentando que a entrada desse povo no Brasil foi tão grande, a ponto de considerá-lo como um dos três elementos da população, mas faz a seguinte ressalva: "fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos de origem africana" (VARNHAGEN, 1855, p.220).

Mais adiante Varnhagen faz outra afirmação etnocêntrica:

> *"E o certo é que passando á América, ainda em captiveiro, não só melhoravam de sorte, como se melhoravam socialmente, em contacto com gente mais polida, e com a civilisação do christianismo. Assim a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos e até notáveis, do que no continente donde é oriunda"* (VARNHAGEN, 1855, p.221).

Analisando os dois trechos acima é possível perceber uma tendência àquilo que mais tarde convencionou-se chamar de Branqueamento (que será explicado mais adiante). E aqui ele aparece tanto em termos fenotípicos como em termos culturais, respectivamente.

Em suma, o projeto para delinear um perfil para a nação brasileira, passará tanto em Martius como em Varnhagen, pela defesa da unidade homogênea da nação. Não é a toa que Guimarães afirma: "o programa de Von Martius para a história do Brasil será em linhas gerais, aquele que se corporificará com a publicação da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen" (GUIMARÃES, 1988, p.18).

Em meio a crise das relações escravistas e as novas modalidades das relações de trabalho, a questão da identidade brasileira bem como a inferiorização dos negros e mestiços também se fizeram presentes.

Com o fim do tráfico negreiro, em 1850, o tráfico interprovincial não deu conta de suprir a demanda por mão-de-obra e a saída encontrada foi dar continuidade à política de

imigração/colonização europeia, cujas primeiras tentativas ocorreram antes mesmo da Independência.

Todavia, existe uma questão mais profunda embutida nessa política: a colonização com imigrantes era uma opção não apenas para substituir o tráfico e consequentemente o escravismo – considerados com empecilhos à civilização do país. A associação do trabalho livre ao imigrante europeu significava afirmar que os negros e mestiços eram desqualificados para o trabalho independente e incapazes de agir por iniciativa própria (SEYFERTH, 1996).

De acordo com Seyferth (1996), no entanto, é apenas nas primeiras décadas da República que a discussão sobre a política imigratória passará a abordar a questão racial de forma mais explícita, através dos temas da assimilação e miscigenação, com o intuito de formar uma raça ou tipo nacional.

Embora o Brasil já possuísse uma ciência das raças desde 1860, o primeiro curso de Antropologia Física no Museu Nacional foi instituído em 1877, tornando os estudos sobre raças mais sistematizados, tanto nos museus como na Medicina Legal. Essa ciência que estava à época se formando tinha forte influência de Paul Broca - anatomista e antropólogo francês que sistematizou a Antropometria – e defendia a desigualdade das raças, a superioridade da raça branca, a inferioridade das raças de cor, bem como os prejuízos da "mestiçagem embaralhada". Somado a isso têm-se as doutrinas darwinistas sociais[15] - em voga no Brasil até a Primeira Guerra Mundial - nas quais a mestiçagem aparece como elemento negativo. Os principais representantes desta corrente são: Arthur de Gobineau, Chamberlain e Lapouge (SEYFERTH, 1996).

Na tentativa de contornar essa visão negativa para a mistura das raças, os cientistas brasileiros compuseram a tese do branqueamento, que, inspirada no darwinismo social, consiste no "processo seletivo de miscigenação que, dentro de certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco" (SEYFERTH, 1996, p.49). Desse modo, o Brasil teria um "povo", e esse seria o elemento que faltava para definir o perfil da nação, e é aos imigrantes, evidentemente, que essa responsabilidade é depositada.

Entre os pensadores que acreditavam na possibilidade do branqueamento podemos destacar João Batista de Lacerda e Sílvio Romero. João Batista de Lacerda (1846-1915) formou-se em medicina na Faculdade do Rio de Janeiro. Autor de pesquisas na área de fisiologia e microbiologia exerceu atividades de destaque como Ministro da Agricultura e no Museu Nacional, lecionou o primeiro curso de Antropologia Física, foi chefe do Laboratório Experimental, subdiretor das seções de zoologia, antropologia e paleontologia e mais tarde

[15] O darwinismo social afirmava que o progresso humano é resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos), no caso os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo á seleção natural e social (SEYFERTH, 1996).

tornou-se diretor dessa mesma instituição, além de presidente da Academia Nacional de Medicina (SCHWARCZ, 2011).

Lacerda conhecia de perto as teorias do Darwinismo Social, que condenavam o cruzamento e a mestiçagem, e da Antropologia Física, que seguiam os ensinamentos da frenologia e da craniometria, do italiano Césare Lombroso e do francês Paul Broca.

Num contexto em que os discursos raciais estavam vinculados a projetos nacionalistas, Lacerda previa uma homogeneidade racial para a nação brasileira, que começaria com uma população mestiça e chegaria à branca com o passar do tempo.

Cientista eleito para representar o Brasil no Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, entre 26 e 29 de julho de 1911, Lacerda inicia sua apresentação afirmando que o Brasil era marcado por um número muito elevado de mestiços, descendentes do cruzamento do negro e do branco, e que teriam uma representação social e política significativa. Critica o sistema escravocrata, bem como o tráfico de escravos, mas fala em boa escravidão. Ademais chama a atenção para a boa mestiçagem que ocorria no país.

Para Lacerda, os mestiços com sua inteligência dariam músicos, poetas, pintores, oradores, literatos, afinal apesar de carregarem atributos poucos apreciados eram superiores aos negros, seus antecessores. Argumentava Lacerda ainda que “uma força obscura, desconhecida, faz florir [...] uma inteligência capaz de atingir um desenvolvimento que não foi apanágio de nenhum de seus ascendentes” (SCHWARCZ, 2011, p.4).

E, por fim, o pensador defende que o sistema escravocrata colocado em prática aqui no Brasil, diferia em muito do modelo adotado pelo EUA. Enquanto que nos EUA o processo foi violento, aqui se deu de forma tranquila, sem grandes conflitos, enquanto lá grassava exclusão e preconceitos, aqui, segundo acreditava Lacerda, eles eram inexistentes.

Para Schwarcz (2011), é importante ressaltar ainda o contexto histórico político em que o trabalho de Lacerda foi escrito. Era o momento do Pan-Americanismo de Bolívar, combinado com a Doutrina Monroe, que pregava um modelo único, interventor para toda a América, que evidentemente era o norte-americano, embora não estivesse explícito.

Em suma, Lacerda transformou o problema da mestiçagem em solução, e esta alcançaria êxito através de políticas públicas, voltadas para a imigração, e da ciência, que apostava na seleção dos mais fortes, ou seja, brancos. Assim, em um século a população brasileira seria branca. Os dados estatísticos levantados por Edgard Roquete-Pinto (1884-1954), que apontavam o decréscimo da população negra e indígena, assim como seu branqueamento, é que ajudam o cientista a chegar a essa conclusão. Apesar do tom otimista, o

estudo, de Lacerda foi considerado pessimista, pois um século era muito tempo para esperar (SCHWARCZ, 2011).

Sílvio Romero (1851-1914), por sua vez, compartilha com as ideias de Lacerda no que tange ao branqueamento da população. Descendente de uma elite rural empobrecida, Romero busca ascensão social em um meio que sempre desprezou: o ambiente cultural carioca. Chega ao Rio de Janeiro em 1879 trazendo consigo a influência da Escola de Recife e do mestre Tobias Barreto, e um tom polêmico, usado mesmo em ocasiões impróprias. Foi membro do IHGB e correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de outras associações literárias (SOUZA, 2004).

Sua atividade enquanto intelectual visava à construção e compreensão da nacionalidade, que passavam, por sua vez, pelos seguintes princípios básicos: meio, raça e cultura. Criticava o Positivismo, mas nunca conseguiu romper inteiramente com ele; buscou transformar o sistema comteano a partir das ideias de Darwin e da filosofia evolucionista de Herbert Spencer. Aliás, as teorias raciais defendidas por Romero passam pela perspectiva evolucionista, de um lado, e por outro, pela defesa da ideia de desigualdade racial herdada de Gobineau, um dos mais importantes teóricos do racismo no século XIX (SOUZA, 2004).

Na visão de Sílvio Romero, para que a nação brasileira se tornasse uma civilização latina e branca era necessário que os imigrantes assimilassem, ou seja, submergissem à formação lusitana do país. Receoso de que se tornassem uma ameaça à nacionalidade, Romero propõe que os imigrantes fossem distribuídos por todo o território nacional de forma mais equilibrada, particularmente na região chamada de “Brasil intermediário”, localizada do Maranhão ao Espírito Santo[16] (SEYFERTH, 1996).

Romero volta à temática do desequilíbrio regional no texto intitulado: “O Alemanismo no Sul do Brasil. Seus Perigos e Meios de os Conjurar”, publicado em 1906, chamando a atenção para o perigo da desnacionalização do Brasil meridional, principalmente no que tange às colônias alemãs:

> *“Destarte, o erro gravíssimo, o erro inexplicável dos governos brasileiros, o erro que nos há de trazer a perda das belíssimas regiões do Sul, foi se haver consentido na formação lenta por 80 dilatados anos, de fortes grupos da população que ficou irremediavelmente germânica, sem a menos fusão com as populações brasileiras”* (ROMERO, [1906], *apud* SEYFERTH, 1996, p. 50).

Ou seja, o desequilíbrio na distribuição dos imigrantes dificultaria ou não permitiria a mestiçagem seletiva.

[16] Romero dividiu o país em quatro zonas etnográficas: o Vale do Amazonas, o Centro-Oeste, as províncias do Sul e o Brasil intermediário. Se dedica mais às duas últimas, em particular à terceira (Sul) por considerá-la muito distante, em termos culturais e raciais, da sociedade brasileira (ROMERO, [1902], *apud* SEYFERTH, 1996, p. 50).

Romero na sua obra mais conhecida: “História da Literatura Brasileira” afirma o seguinte:

> *“Manda a verdade, porém afirmar que uma almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto; pois será mister que se deem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a natural diminuição destes, e se deem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos da raça branca... E, mais ainda, manda a verdade afirmar ser o mestiçamento uma das causas certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade de formação de um ideal nacional comum”* (ROMERO, [1949], *apud* SEYFERTH, 1996, p.51).

Tanto Romero como Lacerda acreditavam que uma nação moderna precisava ter raça e civilização próprias. Por isso, a mestiçagem não deve ser compreendida como um fim em si mesmo, mas como o canal pelo qual se realizaria o branqueamento gradativo da população – com o auxílio da imigração branca – uma vez que índios, negros e o próprio mestiço iam extinguindo-se, dando lugar a uma raça e civilização definitivas.

Assim, chegamos a Nina Rodrigues (1862-1906), contemporâneo de Lacerda e Romero, mas cético frente às possibilidades do Branqueamento. Para ele o mestiço superior é definido pela “predominância da raça civilizada na sua organização hereditária ou por uma combinação mental feliz” (RODRIGUES, [1938], *apud* SEYFERTH, 1996, p.52).

Professor e pesquisador da Faculdade de Medicina da Bahia, Raymundo Nina Rodrigues desenvolveu seus estudos no campo da fisiologia e das doenças tropicais, mas foi no âmbito da Medicina Legal – cujo suporte científico era a Antropologia física da época – que demarcou seu espaço de atuação específica.

Nina Rodrigues identificara-se com os postulados da Antropologia criminal do final do século XIX e com alguns postulados de Francis Galton, criador de uma teoria social conhecida mais tarde como eugenia e do darwinismo. Teorias, estas, em voga na Europa e cujos reflexos fizeram-se sentir aqui na América.

Sua obra mais conhecida “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, publicada em 1894, deixa transparecer a gradativa influência da medicina no âmbito do direito. O ponto de intersecção entre médicos e juristas reside na questão penal, isto é, no discurso biológico sobre o criminoso. No entanto, havia uma divergência entre o direito clássico e o direito positivo: o primeiro defendia que a fronteira entre o criminoso e o não criminoso seria tênue, enquanto o direito positivo acreditava que o indivíduo era reflexo de um meio genético e social (MAIO, 1995).

Neste sentido, Nina Rodrigues defendia que negros e brancos não podiam ser igualmente tratados, já que os primeiros seriam biologicamente inferiores e, incapazes, portanto, de se autoconduzirem como cidadãos.

As marcas dessas desigualdades estariam, por sua vez, nos corpos dos sujeitos, por isso o saber médico-legal dotado de um instrumental de aferição e classificação, através da antropometria, craniometria e frenologia, ofereceu a medição técnica e empírica que outras áreas médicas não possuíam ao final do século XIX (SCHWARCZ, 1993 & MAIO, 1995).

No Brasil, a Medicina Legal surgiu em 1832 – no momento em que as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia foram transformadas em Faculdades de Medicina – e seus pressupostos integraram o debate acerca do futuro da nação pós-abolicionista e republicana no que tange à incorporação de grupos étnicos.

As pesquisas e reflexões de Nina Rodrigues não ficaram restritas aos trabalhos médico-legais, mas também se deram através dos estudos etnográficos e das revistas científicas, consideradas um marco institucional de grande legitimidade na época.

Nos anos de 1930 a Escola Nina Rodriguez foi inventada por Afrânio Peixoto e Arthur Ramos com o objetivo de dar maior credibilidade às suas ações no âmbito da Medicina-Legal e Nina Rodrigues ficou conhecido como o maior intelectual racista brasileiro.

Nos primeiros anos da República as discussões em torno das questões raciais bem como do processo de construção da nacionalidade brasileira continuaram, contudo, ocorrerá pela primeira vez um deslocamento conceitual. Os intelectuais brasileiros questionavam: Será possível criar um povo civilizado nos trópicos? O Brasil formado por populações racialmente “inferiores” teria futuro enquanto nação?

A solução para este impasse foi apontada pelo Movimento Sanitarista (1914-1920), ao transferir da “raça” para “doença”, a chave interpretativa para pensar o Brasil e os brasileiros. Esse deslocamento ocorre no contexto da Primeira Guerra Mundial e do imediato pós-guerra, marcados por uma forte atuação de movimentos de caráter nacionalista, tanto no Brasil como no exterior. Tais movimentos objetivavam descobrir e afirmar os princípios da nacionalidade através do Estado Nacional (JOLL, [1982]; HOBSBAWM, [1991], *apud* HOCHMAN & LIMA, 1996, p.24).

As guerras, mais especificamente problemas decorrentes de derrotas e recrutamentos, geraram discussões acerca da melhoria racial, e consequentemente, as condições de saúde contribuiriam nesse processo (PORTER, [1991], *apud* HOCHMAN & LIMA, 1996, p.24).

No caso do Brasil inaugura-se uma tendência de identificar as doenças como o grande obstáculo para a consolidação da nacionalidade brasileira. A frase do professor e médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Pereira, segundo a qual, “O Brasil é um grande hospital”, é ao mesmo tempo uma crítica à ordem social e política da Primeira República – pois se o sertão encontrava-se abandonado era pela ausência de políticas públicas efetivas – e um marco inicial para a Campanha do saneamento rural.

A constatação da necessidade de integrar o homem do interior ao país surgiu dos dados gerados pelas expedições científicas pelo interior do Brasil, organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, na qual os médicos Belisário Penna e Arthur Neiva tiveram participação ativa.

O relatório da viagem científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Pará e Norte a Sul de Goiás, solicitada pela Inspetoria de Obras contra as secas, oferecem informações sobre a fauna, a flora, o clima, além das doenças que afetavam os homens e a atividade pecuária.

A malária estava entre as mais disseminadas, nas proximidades do São Francisco e outros rios, enquanto o maior número da doença de chagas encontrava-se no estado de Goiás.

Grande parte dos moradores dos povoados do interior do país chegava, inclusive, a desconhecer o moinho de café, o fósforo e a máquina de costura; praticamente não utilizavam moeda nas trocas econômicas.

Diante desse quadro fica fácil entender a ausência de qualquer sentimento de identidade nacional, evidente no trecho seguinte: “raro o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra. Pernambuco outra (...) A única bandeira que conhecem é a bandeira do divino” (PENNA e NEIVA, [1916], *apud* HOCHMAN & LIMA, 1996, p.30).

Desse modo, a presença do governo federal só se fazia sentir através dos meios coercitivos:

> *“Vivem eles abandonados de toda e qualquer assistência, sem estrada, sem polícia, sem escolas, sem cuidados médicos nem higiênicos (...) sem proteção de espécie alguma, sabendo de governos porque se lhes cobram impostos de bezerros, de bois, de cavalos e burros”* (PENNA & NEIVA, [1916], *apud* HOCHMAN e LIMA, 1996, p.30).

A ideia de do Saneamento concretizou-se através das chamadas “Liga Pró-Saneamento do Brasil” (1918) que contou com a participação de representantes das elites intelectual e política do país. A Liga fez repercutir sua campanha através de conferências, palestras em: escolas, em entidades associativas de proprietários rurais e nas Forças Armadas; distribuição de folhetos de educação sanitária e etc.

Assim, os intelectuais da campanha pelo saneamento rural aproximaram-se da tendência em voga na época de crítica ao determinismo racial, contribuindo com dois novos elementos para o debate: a doença como a principal característica do povo e o isolamento do sertanejo.

Euclides da Cunha (1866-1909) denunciou o abandono da população do interior pelos governos. Na obra "Os Sertões" (1902) – que se tornou referência para os intelectuais da campanha do saneamento – apresenta o sertanejo como forte, mas também rude e carente de civilização. Ao fazer isso Euclides rompe com o discurso médico em voga na segunda metade do século XIX, no qual o campo e os sertões eram sinônimos de vida saudável, enquanto a cidade identificava-se com o vício, com as doenças e o perigo.

As ideias da campanha pelo saneamento também influenciaram escritores como Monteiro Lobato. Este que, num primeiro momento, identifica o caboclo como a principal praga nacional, descrevendo-o como: "funesto parasita da terra (...) homem baldio, inadaptável à civilização" (LOBATO, [1957ª], *apud* HOCHMAN e LIMA, 1996, p.28) altera essa imagem negativa do caboclo ao entrar em contato com os líderes da campanha, passando a entender que a sua condição de indolente era causada pelas doenças, mas que estas eram passíveis de tratamento.

Essa mudança de postura fica evidente na revisão que Lobato fez da sua famosa personagem Jeca Tatu, condenada antes pela preguiça:

> *"Ao passar a acreditar na ciência médica e a seguir suas prescrições, o Jeca transforma-se. Livre da opilação e, como consequência, do estado permanente de desânimo, torna-se produtivo e, em pouco tempo, um próspero fazendeiro. Monteiro Lobato relata a ressurreição de Jeca Tatu na forma de uma parábola dirigida às crianças. O antigo caipira passou a competir com seu vizinho italiano e rapidamente o ultrapassou. Mais do que isso: o Jeca modernizou sua propriedade, introduziu novas lavouras e tecnologia e aprendeu a falar inglês. Ao fim da história, um ensinamento moral: Jeca Tatu transformara-se não apenas num homem rico, mas num incansável educador sanitário que transmitia a seus empregados todos os conhecimentos que aprendera. Morreu muito idoso, sem glórias, mas consciente de que havia cumprido sua missão"* (LOBATO, [1957b], *apud* HOCHMAN & LIMA, 1996, p. 32).

Para reverter esse quadro de isolamento e abandono do sertão, além de toda campanha de divulgação realizada, conforme já foi mencionado, postos de profilaxia rural foram instalados, com o objetivo de sanear e higienizar essas áreas. Esta postura significou intervenção do Estado e ampliação do poder público.

Neste sentido, o Movimento sanitarista aproxima-se do Movimento Eugenista. Segundo Schwarcz (1993), o termo eu = boa, genia = geração foi criado em 1833 pelo cientista Francis Galton, que buscava provar que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da

educação. Contudo, conforme Stepan (2005), o termo só surgiu no Brasil em 1933, e tanto nos EUA como aqui no Brasil, a Eugenia foi de cunho lamarkiano, isto é, acreditava na herança dos caracteres adquiridos.[17] Assim, ao preocupar-se com as condições do meio, isto é, com as condições do sertão do Brasil, o Movimento Sanitarista entendia que estava contribuindo para liquidar, paulatinamente, com os caracteres negativos, que por ventura viessem a ser transmitidos, ao mesmo tempo em que contribuía para obtenção de procriações sadias. Com a integração do país e a população livre da degeneração, alcançaríamos, enfim, a civlidade e o desenvolvimento.

Ainda em tempo, vejamos como os autores Manoel Bomfim e Alberto Torres contribuíram para deslocar as teses de determinismo racial e climático, na medida em que ressaltam as "dimensões culturais do passado nacional e da organização da sociedade" (HOCHMAN & LIMA, 1996, p.27).

Médico por formação, o intelectual sergipano Manoel Bomfim (1868 -1932), defendia um amplo projeto educacional como requisito fundamental para o progresso do país.

De acordo com Gontijo (2003), as transformações sociopolíticas e econômicas, a partir de 1870 e durante as primeiras décadas da República, levam a profundas discussões sobre a instrução popular, uma vez que deveria inserir os homens livre (ex-escravos e imigrantes) num mercado de trabalho em expansão para solucionar um problema social.

Segundo a ótica de Bomfim, a educação seria a condição para o progresso humano, que levaria, por sua vez, ao progresso da sociedade e viabilidade do Brasil. Ao adotar esta postura ele está rompendo com as teses deterministas da época que creditavam o atraso econômico, social e político do país ao meio e à raça (GONTIJO, 2003 & UEMORI, 2008).

Manoel Bomfim rechaça ainda a existência de raças superiores e inferiores, o branqueamento da população brasileira e a tese de que as nossas mazelas devem-se à colonização portuguesa, que foi altamente parasitária, e ao seu legado, que impediu a transformação do país. Por fim, enfatiza a necessidade de enxergar as nações a partir de suas peculiaridades reais e não de uma suposta perspectiva universal (UEMORI, 2008).

Político, jornalista e bacharel em direito, Alberto Torres (1865-1917), por sua vez, acreditava que as soluções para os problemas da sociedade brasileira só ocorreriam após o entendimento da realidade social enquanto unidade nacional, tendo um Estado forte a sua frente para conduzir as mudanças necessárias.

[17] Enquanto os mendelianos não acreditam na transmissão dos caracteres, pois eles são determinados pelos genes, os lamarkianos acreditam que anomalias como alcoolismo, criminalidade e etc. são passadas para as gerações futuras, e por isso, precisam ser curadas.

Na obra intitulada “O Problema Nacional Brasileiro” (1912) argumenta que o Brasil padecia da falta de um ordenamento adequado, na tentativa de solucionar seus verdadeiros problemas. Nesse sentido, propõe na obra “Organização Nacional” uma revisão constitucional, para que dentre outras coisas, a ampliação das prerrogativas da União nas decisões políticoadministrativas impedissem a fragilização do governo federal, pelo excessivo poder conferido aos municípios e estados (BARIANI, 2007).

No que diz respeito às raças, defende que a pretensa “superioridade racial” seria invenção da ciência imperialista, por isso, rebate qualquer possibilidade de hierarquização biológica entre os seres humanos. Para ele a noção de raça não está associada às características naturais, assim como a inclinação e adaptação dos organismos em certos locais e momentos estariam ligados aos costumes, lutas sociais e etc (BARIANI, 2007).

Os novos contornos assumidos pela Antropologia e Sociologia, na primeira metade do século XX, na tentativa de compreender os grupos culturalmente diferenciados, foram fundamentais para a mudança no discurso racial. As especificidades culturais passaram a ser mais valorizadas do que as premissas biologizantes, até então enfatizadas pelos cientistas raciais, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

> *“Com a entrada do século XX, o discurso do racismo científico sofre um deslocamento e, por influência da antropologia cultural boasiana, começa a ser gestada na escrita e nas artes da América Latina a dissociação entre raça e cultura. Com ela emerge uma série de paradigmas que tem como meta a regeneração e reivindicação da identidade mestiça do homem latino-americano no contexto ocidental. Nos discursos (...) emergentes nos anos 20 já não se fala, em geral, de raças ou culturas “inferiores”, pelo contrário, enfatiza-se uma inevitável e “natural” síntese de culturas baseada no contexto e na cooperação entre as diversas civilizações”* (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 109).

Dentre os representantes dessa mudança paradigmática podemos citar o sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), que produzirá seus escritos segundo a lógica dos antigos Institutos Históricos e Geográficos e, portanto, mais distante do âmbito das universidades. Para Ortiz (2012), isso demonstra que Freyre não rompe com os intelectuais do final do século XIX, mas que apenas reinterpreta a problemática por eles proposta.

De acordo com Ortiz (2012), Freyre utilizará a temática racial como chave interpretativa para compreender o Brasil. No entanto, ele não tratará através de termos raciais, conforme Euclides da Cunha ou Nina Rodrigues, mas se aproximará do Culturalismo defendido por Franz Boas.

Ortiz (2012) nos ensina que o deslocamento do conceito de raça para o de cultura permitiu uma análise mais detalhada da sociedade, primeiro porque eliminou os obstáculos

acerca da herança atávica do mestiço, segundo porque possibilitou um distanciamento entre o social e o biológico. Gilberto Freyre, no entanto, vai, além disso. Na obra *Casa-Grande e Senzala* (1933) ele conseguiu transformar a qualificação negativa do mestiço em positividade, completando de forma definitiva os contornos de uma identidade que vinha sendo delineada há tempos.

De acordo com Martínez-Echazábal (1996), a referida obra recompõe a história de uma sociedade heterogênea e supostamente harmônica, negando a "verdade" reiterada diversas vezes por Oliveira Vianna, preocupado com a evolução do povo brasileiro, bem como com o seu futuro em termos homogêneos. Desse modo, podemos entender a obra de Freyre como "uma tentativa neorromântica de harmonizar, de encontrar um equilíbrio entre opostos, convertendo-os em elementos constitutivos de uma totalidade cujas partes mantêm uma relação dialética" (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996 p. 115).

O discurso de Gilberto Freyre, no entanto, não é marcado apenas por rupturas, mas também por continuidades. Se por um lado, ele consegue distinguir raça de cultura, rompendo com os pensamentos sociais, que, ainda em sua época, promoviam conceitos racistas e deterministas acerca da relação entre ambas. Por outro, encontra-se em Freyre e na maioria dos pensadores latino-americanos das décadas de 20 a 50, a permanência do pensamento tradicional, ou seja, uma lógica racial, expressamente culturalizada, mas que implicitamente mantém alguns vínculos com o passado (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996 & ORTIZ, 2012).

Para Martínez-Echazábal (1996), todavia, essa lógica racial não é original de *Casa-Grande e Senzala*, mas já aparece no livro *Manifesto Regionalista* (1926), mais precisamente no elogio que Freyre tece à cultura crioula – berço de uma pretensa democracia racial – e ao Nordeste, atribuindo-lhe um papel de destaque, ao menos simbolicamente, no que diz respeito à formação da brasilidade e da cultura nacional, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

> *"A verdade é que não há região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de carácter. Vários de seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores... Como se explicaria, então, que nós filhos de região tão criadora, é que fôssemos agora abandonar as fontes ou as raízes de valores e tradições de que o Brasil inteiro se orgulha ou de que se vem beneficiando como de valores basicamente nacionais?*" (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 115).

Gilberto Freyre vai retomar e melhor desenvolver a questão da cultura crioula, bem como da mestiçagem em *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Casa-Grande e Senzala* (1933), caracterizando-a como:

> *"Uma cultura de "antagonismos em equilíbrio", autárquica, de natureza híbrida e muito plástica, na qual existe uma "zona de confraternização" onde brancos, negros, mestiços, mulatos, amos e escravos conviviam num clima de intimidade e mútua cooperação. Uma cultura caracterizada pelo excesso que, desdobrando-se a partir da natureza tropical e do sistema escravista, adentrava-se nos costumes e, sobretudo, na conduta sexual"* (FREYRE, [1957], *apud* MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 116).

Ao afirmar que as relações entre escravos e seus senhores brancos, aqui no Brasil, eram estáveis e sem grandes atritos, Gilberto Freyre parece minimizar os efeitos da violência contra os negros, além de difundir a ideia de uma Democracia Racial, isto é, como se brancos, negros e índios convivessem harmoniosamente sem preconceitos. Todavia, o aspecto mais original da obra de Freyre reside na reinvenção dos conceitos de raça e cultura, conforme pode ser observado na seguinte passagem: "Todo o brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...) a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena ou do negro (...)" (FREYRE, [1957], *apud* MARTINEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 117).

Este excerto ressignifica a "cor" tanto em seu âmbito cultural quanto espiritual, uma vez que a esvazia do seu sentido biológico. Tal ressignificação, por sua vez, concretizou-se segundo Freyre, na sociedade escravocrata brasileira, permitindo que se criasse a ilusão de uma mobilidade entre as camadas sociais, e, consequentemente, de igualdade de oportunidades para todos os homens, independente de raça e cor (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 118).

Desse modo, ao ser reelaborada fora das teorias racistas, a ideologia da mestiçagem difundiu-se e incorporou-se ao imaginário social brasileiro. No entanto, quando isso acontece, ou seja, quando a sociedade se apropria e integra as manifestações de cor ao discurso nacional, elas perdem sua especificidade, tornando quase imperceptível as fronteiras de cor. Neste sentido, o Mito das Três Raças é emblemático, pois não só esconde os conflitos raciais como permite a todos se reconhecerem como nacionais (ORTIZ, 2012).

Guimarães (2008) corrobora os argumentos de Ortiz ao salientar que foi o Mito da Democracia Racial que possibilitou ao brasileiro não cogitar a ação dos fatores raciais na conformação da estrutura social do país, além de naturalizar e solidificar a apropriação da riqueza nacional e das benesses do Estado pela população branca, sem o perigo de conflitos raciais explícitos.

Seguindo a linha de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982) e Darcy Ribeiro (1922 – 1997) também discutirão as formas históricas e culturais da formação do Brasil e dos brasileiros.

Em *Raízes do Brasil* (1936) Holanda analisou as peculiaridades do tecido social brasileiro, compreendendo os mecanismos e a dinâmica que resultaram na convivência das três culturas formadoras. Ele entende a miscigenação como um desdobramento histórico do projeto colonial e que teria sido perpassada pela lógica da plasticidade, ou seja, pela ausência completa do orgulho de raça, uma vez que, em defesa da aclimatabilidade ou adaptação os portugueses já estavam habituados a miscigenar-se em suas experiências históricas (HOLANDA, 1995).

Já o antropólogo Darcy Ribeiro considera a miscigenação como a principal característica da sociedade brasileira e a que diferencia de todas as outras. Ao revisitar a obra freyreana, Ribeiro afirmou: “nós, brasileiros, (...) somos um povo (...) mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado” (RIBEIRO, [1995], *apud* MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 116).

O inconveniente desta afirmação, segundo Martínez-Echazábal (1996, p. 117), reside primeiro, no fato de Ribeiro referir-se à mestiçagem como uma prática santificada pela sociedade brasileira, parecendo ignorar a violência, que por vezes os “senhores” submetiam as mulheres das raças ditas “inferiores”; segundo, porque este era um momento em que já procurava-se desvincular os discursos coloniais da mestiçagem das relações confraternizantes entre servos e escravos.

Foi possível perceber que o tratamento dado ao negro no decorrer da história do Brasil e da formação do povo brasileiro não deu conta da verdadeira realidade vivida por ele. Mesmo quando Gilberto Freyre ressalta os aspectos positivos da miscigenação não consegue lhe fazer justiça, pois ao falar da convivência harmoniosa das raças, parece ignorar a situação de marginalidade que os negros e mestiços estavam relegados, e que continuaram, mesmo após a extinção definitiva da escravidão, pois, uma vez livres, não foram devidamente integrados à sociedade. Por outro lado, a ideia do encontro das “três raças”, diversas vezes reiterada, aplica um raciocínio uniformizador aos indígenas e africanos, impedindo que enxerguemos suas diversidades étnicas e culturais.

II.2 Na Prática Censitária

Analisar a trajetória das categorias cor/raça no sistema classificatório dos censos brasileiros implica, antes, conhecer a história dos levantamentos de informação social, bem como o papel do Estado nesse processo além de um breve histórico dos censos demográficos brasileiros.

De acordo com Burke (2012), o censo é o tipo mais conhecido dentre os levantamentos sociais, no entanto, foi apenas em nossa época que sua realização periódica, conduzida pelos governos, se estabeleceu como prática. A Suécia saiu na frente (1749), seguida pela Espanha (1768), pelos EUA (1790), pela França e Inglaterra (ambas 1801).

Aos censos seguiram-se os levantamentos mais especializados. Na França, por exemplo, a investigação acerca das condições econômicas da nação começou em 1806, já os levantamentos das condições operárias datam de 1830; Na Grã-Bretanha, um dos levantamentos mais famosos foi o exame sobre a saúde pública; Na Alemanha, por sua vez, logo após a unificação do país, temos os levantamentos de fábricas e trabalhadores rurais, que datam de 1870 e 1890.

Todavia, o país mais fortemente ligado à prática do levantamento social são os EUA, que realizou, inclusive, um estudo sobre a situação social e econômica dos negros na cidade da Filadélfia: “The Philadelphia Negro” (1889), dirigido por W. E. B. du Bois.

Uma vez levantadas as informações é o processo de análise que irá convertê-las em conhecimento propriamente dito. O termo “análise” remonta à Idade Moderna, passando a ser utilizado em várias disciplinas, depois de 1750 (Burke, 2012).

Mas quem é responsável pela sistematização das informações, fruto dos levantamentos sociais? Para quê e a quem alas interessam?

As pesquisas censitárias populacionais são de responsabilidade exclusiva do Estado e o governo as utiliza para o desenvolvimento de políticas públicas, uma vez que elas oferecem indicadores de ordem diversa: quantificação, composição, estrutura e distribuição da população. Nelson Senra, inclusive, assinala que

> *“Os Estados Nacionais desde (quase) sempre quiseram enumerar, mensurar, quantificar suas populações, suas riquezas, seus recursos; quiseram as estatísticas. De início, com vistas às guerras, tributar e recrutar; depois, para além disso, com vistas a legislar e administrar inúmeros aspectos das esferas públicas e privada. Para tanto, deviam dispor de um aparato regular e eficiente de natureza administrativa com uma hierarquia de funcionários especializados, fazendo registros e mais registros, de todos e tudo; e, na medida em que se registrava os estados, com “e” minúsculo, das pessoas e das coisas, fazia-se emergir o Estado, com “E” maiúsculo”* (SENRA, 2005, p. 410).

Percebe-se que, ao mesmo tempo em que o Estado funciona como um agente estruturador administrando, legislando, quantificando, ele também vai sendo conformado.

No caso brasileiro, o primeiro censo demográfico foi realizado em agosto de 1872. Ele ocorreu em quase todo o território nacional, com exceção das províncias de Minas Gerais, São

Paulo e Mato Grosso. Apesar da falta de experiência, do reduzido pessoal e dos meios disponíveis, o objetivo era o recenseamento de todos os habitantes do Império, que se realizou segundo a cor, o sexo, o estado de livre ou escravos, o estado civil, a nacionalidade e a religião (IBGE, 2008).

Vale ressaltar que este censo foi realizado para cumprir a Lei 1.829, sancionada em 1870, que determinava a organização dos sistemas de casamentos, nascimentos, óbitos, além da criação de uma Diretoria Geral de Estatística e do intervalo de dez anos entre um censo e outro (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005, p. 291).

O recenseamento de 1880 foi transferido para o ano de 1887, mas não foi concretizado, pois os problemas advindos da mudança de orientação do governo imperial acabaram levando ao desaparecimento da Diretoria Geral de Estatística.

Os censos de 1910 e 1930 também não foram realizados: a supressão do primeiro credita-se, em grande parte, às perturbações de ordem política que agitavam o país, levando a Diretoria Geral de Estatística ter sua autonomia cerceada. Já o segundo, apesar de previsto pelo decreto lei nº 50730 de 1929, não ocorreu também por motivos políticos.

Em 1890 foi realizado o primeiro censo da República. A pesquisa foi conduzida pela Diretoria Geral de Estatística - reativada neste momento – e auxiliada por comissões censitárias paroquiais e agentes recenseadores.

O censo do ano de 1900 foi bastante problemático. A insuficiência dos dados divulgados no ano seguinte ocasionou críticas e protestos. Uma comissão foi nomeada para tentar solucionar o problema, mas os resultados referentes ao Distrito Federal foram cancelados e um novo inquérito se fez necessário. A apuração dos resultados das outras unidades da federação prosseguiu normalmente pela Diretoria Geral de Estatística.

Já o censo demográfico de 1920, trouxe à baila algumas novidades. Ele investigou não só a população, especificamente, como também a situação econômica das localidades. Quanto aos instrumentos de coleta, foram adotados: a Lista de Família em vez do Boletim Individual, um modelo especial de questionário para os domicílios particulares e outros para as habitações coletivas, além da Caderneta Demográfica.

Depois de um hiato de vinte anos, temos o censo de 1940, dirigido e realizado pela Comissão Censitária Nacional, juntamente com o Conselho Nacional de Estatística (CNE) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG) – órgãos autônomos do IBGE, que, aliás, foi criado em 26 de janeiro de 1938 pelo Decreto-Lei nº 218.

O censo de 1950 inaugurou uma nova etapa da história das estatísticas populacionais, pois ele integrou o programa de Censos Simultâneos das Américas – patrocinado pelo Instituto Interamericano de Estatística (IASI) – atendendo uma solicitação da ONU. O IASI tinha como finalidade o desenvolvimento e comparabilidade das estatísticas oficiais no âmbito das Américas.

Em 1960 foi utilizada pela primeira vez a técnica de Amostragem em um censo brasileiro. Um questionário amplo foi aplicado para uma fração correspondente a 25% dos domicílios, juntamente com um questionário mais básico. De acordo com Oliveira e Simões (2005) essa modificação realizada pelo IBGE se deu por causa do aumento dos custos, advindos do extraordinário aumento da população brasileira.

O censo de 1970 seguiu as diretrizes recomendadas pelos organismos internacionais para o Censo das Américas e inaugurou o processo de informatização dos dados. Não é em vão que é considerado um marco na história dos censos demográficos brasileiros, pois além da organização, apresentou riqueza de detalhes e números confiáveis.

Já o de 1980 seguiu as recomendações da ONU, bem como o de 1991. Ambos apresentaram inovações no processo de realização e divulgação dos resultados: no primeiro, a coleta foi acompanhada por um sistema informatizado e os resultados divulgados no mesmo ano da realização do inquérito (publicação preliminar); o de 1991, na etapa de divulgação das informações utilizou: fitas magnéticas, disquetes e sistema informatizados de consultas.

Com relação à coleta de dados o censo de 1991 mais uma vez inovou, contou com Comissões Censitárias Municipais – composta por diferentes representantes da sociedade: governo, associações comunitárias, instituições públicas e privadas – que auxiliaram na instalação de postos de coleta, na análise de mapas municipais e na coleta de dados propriamente dita.

Entretanto, isso não é fruto do acaso. A crescente participação da sociedade, a contribuição dos governos municipais e estaduais, bem como de empresas de serviço público na preparação da malha cartográfica, são reflexos de uma postura mais amistosa por parte do IBGE, que propiciou discussão com a sociedade civil e com os formuladores de políticas públicas (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005).

O censo do ano 2000 integrou o Projeto Censo Comum do MERCOSUL. Este tinha como objetivo uniformizar o uso de conceitos e classificação para criar uma base de dados comuns entre os países membros – Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai Bolívia e Chile – e fortalecer os sistemas estatísticos nacionais.

A inovação tecnológica foi bastante expressiva. A coleta de dados foi acompanhada por um sistema operado através da internet, houve também a digitalização dos questionários, o reconhecimento óptico dos caracteres, a automação dos processos de codificação crítica e a tabulação dos dados.

No censo de 2010 não foi diferente. A facilidade operacional de aplicação e controle foi permitida pelo uso de computadores de mão na operação de coleta de dados. Tal fato agilizou também a apuração dos resultados, que foram publicados no mesmo ano da sua realização.

Com relação à cidade do Rio de Janeiro, recorte espacial desta pesquisa, contou um censo realizado exclusivamente para ela, que até então só havia participado de censos nacionais.

Um decreto do prefeito Pereira Passos, datado de 13 de junho de 1906, anunciou a realização de um censo demográfico. Desse modo, os moradores da capital seriam obrigados a prestar as informações solicitadas, caso contrário, seriam penalizados.

Recém-recuperados do susto da obrigatoriedade da vacina contra varíola e vivendo o momento das obras grandiosas, que provocou grandes desapropriações, os habitantes ficaram assustados e desconfiados sobre como as informações pessoais seriam utilizadas. “Houve quem apostasse em aumento de tributação, convocação para serviço militar, contestações sobre títulos de propriedade” (ANTUNES, 2013).

O método de coleta dos dados ocorreu do seguinte modo: os moradores receberam as fichas em casa para que preenchessem os dados solicitados, mas a ajuda dos recenseadores não foi dispensada, já que a maioria da população era analfabeta. Dentre os dados revelados podemos citar: 37% dos habitantes acima de 15 anos eram analfabetos, hoje não chega a 3%; a população era jovem, média de idade era de 40 anos, hoje é de 73; se os homens eram maioria, 57%, hoje as mulheres já somam 53%; falando em densidade populacional o Rio de Janeiro de 1906 era a maior cidade do país, hoje é São Paulo.

Este censo de 1906 foi relançado em abril de 2014 e

> *“longe de ser um amontoado de números e tabelas (...) é um relato aprofundado sobre o RJ, com fotografias, mapas, informações históricas desde a fundação da cidade e análise sobre os dados coletados. E traz curiosidades, principalmente para um censo, no qual o sigilo das informações deveria ser prioridade”* (ANTUNES, 2013)

Traçado esse breve panorama sobre a história dos levantamentos sociais e do censo em nosso país e nossa cidade passemos agora à análise da trajetória das categorias cor/raça no sistema classificatório dos censos brasileiros.

Ao examinarmos a trajetória do sistema classificatório dos censos no Brasil é possível perceber que determinadas categorias ora são inseridas, ora são excluídas. Tal fato, no entanto, não é fruto do acaso, ele está diretamente ligado aos referenciais ideológicos das práticas políticas adotadas em diferentes contextos.

No primeiro censo demográfico realizado no Brasil (1872) a classificação por raça foi baseada nas seguintes categorias: branco, preto, pardo e caboclo. No censo de 1890 já é possível perceber uma mudança: o termo “mestiço” substituiu o termo “pardo”.

Segundo Alessandra Nascimento, os dados estatísticos, resultados dos censos, tanto de 1872 quanto de 1890 foram utilizados para orientar as políticas públicas daquele momento: o incentivo à imigração e a devolução da população negra ao seu lugar de origem, e continua:

> *“Existiam duas opções, uma proposta pelos emancipacionistas e outra pelos imigrantistas: a primeira sugeria o aproveitamento da mão-de-obra nacional (negros, indígenas e mestiço em geral), ao passo que a segunda vinculava a defesa contundente da Abolição à necessidade do imigrante branco”* (NASCIMENTO, 2006, p. 139).

A proposta que saiu vencedora foi a dos imigrantistas, ficando fácil entender o porquê da formulação da política de branqueamento da população e da substituição do termo pardo por mestiço, nos censos.

Adentrando o século XX, nos anos de 1900 e 1920, os censos realizados geraram dados sobre a cor ou raça. E em 1910 e 1930 não foram realizados recenseamentos no país, conforme já foi apontado.

O censo demográfico de 1940 trouxe duas novidades: o critério cor - utilizado no lugar do critério raça - e a categoria amarela - acrescida à branca e preta – para fazer referência aos imigrantes japoneses que entraram no país entre 1908 e 1930. A categoria parda, neste censo, foi considerada residual, pois serviu para classificar o indígena – para quem não havia termo de identificação – e aqueles que utilizaram termos diferentes dos citados acima (IBGE, 2008).

Os levantamentos realizados nas décadas de 1950 e 1960 resgataram a categoria “parda” e foram os primeiros a fazer referência ao princípio da autodeclaração, isto é, quando a resposta do sujeito recenseado é mantida.

A verdade é que a introdução do critério cor no sistema classificatório dos censos brasileiros suscitou controvérsias desde a sua inclusão em 1940. Para Nascimento (2006) os resultados dos censos de 1940 e 1950 parecem, inclusive, ter sido os responsáveis não só pela publicação parcial dos dados de 1960, quanto pela retirada do critério cor em 1970.

Já a postura adotada pela Subcomissão do Censo Demográfico fica evidente no trecho a seguir:

> *"A Subcomissão (do Censo Demográfico) depois de apreciar os antecedentes da pesquisa e considerado a sua remota validade, quer pelas restrições técnicas, quer pela inexpressão dos resultados em relação às classificações atuais de tipos étnicos, opina pela exclusão do quesito relativo à cor" (*IBGE, 1969: 7 *apud* NASCIMENTO, 2006, p. 141).

Esse debate deixa claro que a classificação de alguém segundo a cor "não é algo objetivo, independente dos sujeitos e das relações que estão envolvidos" (GUIMARÃES, 2008, p. 42).

A categoria "parda" voltou a ser pesquisada na década de 1980, e em 1990 a "indígena" passou a compor o sistema classificatório juntamente com as categorias branca, preta, parda e amarela, podendo ser aplicada tanto para os que viviam dentro como os de fora dos aldeamentos.

É preciso salientar que essa conquista foi fruto da luta política e ideológica travada pelo movimento indigenista para incorporar a categoria no quadro classificatório do IBGE (NASCIMENTO, 2006).

No recenseamento do ano 2000 a pergunta passou a ser denominada como de cor ou raça. No censo de 2010, a novidade residiu no fato dos indivíduos identificados como indígenas serem interrogados sobre sua etnia e língua falada.

As informações de cor ou raça são coletadas por meio da autoatribuição de pertença, ou seja, o próprio sujeito da classificação escolhe o grupo do qual se considera pertencente (OSORIO, 2003).[18]

Contudo, há quem argumente que os dados gerados a partir da autodeclaração não são completamente confiáveis, uma vez que existe uma tendência no Brasil dos indivíduos se autodeclararem mais claros do que realmente são em termos raciais.

Ora, se a classificação da cor está imediatamente ligada à posição social é muito razoável que a tendência de embranquecimento seja maior na autoclassificação do que na classificação fenotípica por terceiros, pois provavelmente se identificam como negros aqueles que estão na pobreza e como brancos aqueles que fazem questão de pertencer à elite (SILVA, 1994).

[18] O censo utiliza também o método de heteroatribuição de pertença, no qual outra pessoa define o grupo do sujeito.

A título de encerramento, cabe dizer que o Estado ao mesmo tempo em que funcionou como um agente estruturador legislando, administrando, quantificando, ele também foi sendo conformado. Com os referenciais ideológicos não é diferente. Eles influenciam na produção das práticas políticas e, estas, por sua vez, são embebidas e propagadoras de determinados discursos políticoideológicos – como no caso da política de branqueamento da população que incentivou à entrada do imigrante europeu e a devolução da população negra - permitindo-nos depreender que tanto os discursos como as práticas políticas são elementos constituídos nas e pelas relações de poder.

Assim, uma vez compreendido os impactos das categorias raça e cor nos levantamentos demográficos vamos apresentar, no próximo capítulo, o zoneamento carioca e a sua divisão em Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas, que conjugadas com os já referidos indicadores censitários – raça e cor – servirão de instrumento para levar a cabo o objetivo último da pesquisa: investigar se existe uma correspondência entre a disposição espacial da cidade e as desigualdades raciais.

III- Zoneamento e Áreas de Planejamento como instrumento de análise

A finalidade deste capítulo é traçar um breve panorama sobre o zoneamento do Rio de Janeiro, passando pelos decretos, leis e planos propostos para a cidade, até chegarmos a sua formação final em áreas de planejamento. Feito isso, vamos conhecer cada uma das cinco AP's, bem como suas subáreas, regiões administrativas e seus respectivos bairros.

Esta ação é importante porque são as AP's que conseguirão delimitar o espaço-temporal da pesquisa e porque utiliza os dados do censo para analisar a distribuição percentual da população agrupada por cor ou raça segundo a divisão por áreas, que nos permitirá, por sua vez, investigar se as condições habitacionais também são diferenciadas racialmente.

III.1 Zoneamento: conceito, histórico e o caso carioca

O objetivo desta seção é buscar compreender de que modo e em que momento o Rio de Janeiro, passou a fazer uso do zoneamento como forma de planejamento urbano examinando, de forma breve, alguns dos decretos propostos para a cidade. Contudo, antes, faz-se necessário conhecer um conceito de zoneamento, onde ele surgiu, alguns de seus objetivos, usos e formas de funcionamento.

Zoneamento, de acordo com Ferrari

> *"Consiste na divisão das zonas urbanas e de expansão urbana de um município em zonas menores, claramente definidas e delimitadas, para as quais são prescritos: os tipos de uso do solo permitidos (residencial, comercial, industrial e institucional), as taxas, coeficientes ou índices de ocupação e aproveitamento dos lotes pelas construções; os recuos mínimos com relação às divisas do lote, gabaritos de altura das construções, áreas e medidas mínimas dos lotes, densidades demográficas e algumas outras normas urbanísticas"* (FERRARI, [2004], *apud* BORGES, 2007, p. 29).

Surgido na Alemanha no final do século XIX, o zoneamento expandiu-se, primeiramente, para os Estados Unidos, Inglaterra, para a antiga União Soviética, atingindo, enfim, a maior parte dos países (MANCUSO, [1980], *apud* BORGES, 2007, p. 29). Quanto às suas principais finalidades podemos elencar:

- controle do crescimento urbano;

- proteção de áreas inadequadas à ocupação urbana;

- minimização dos conflitos entre usos e atividades;

- controle do tráfego;

- manutenção dos valores das propriedades e do *status quo.*

Este último objetivo, apesar de não estar explícito, parece ter sido o motivo principal para adoção e utilização do zoneamento, já que evitava que certos tipos de usos do solo fossem instalados em determinadas áreas da cidade. Coincidentemente, esses usos estavam relacionados às classes menos abastadas, como por exemplo, cortiços, vilas, habitação popular e comércios de pequeno porte (SOUZA, 2013).

Na tentativa de atingir essas finalidades, o zoneamento se vale de duas estratégias: o uso e o tamanho dos lotes e edificações. Entretanto, as ações individuais devem estar em sintonia com os objetivos do município, que incluem, por sua vez, proporcionalidade entre a ocupação e a infraestrutura, necessidade de proteção de áreas frágeis ou de interesse cultural e etc.

A combinação de usos é considerada positiva para a cidade, porém existem atividades que podem incomodar, e por isso precisam ter sua localização controlada. Para tanto, o plano diretor pode utilizar mecanismos diferenciados, que passamos a analisar com Souza (1995) a partir de agora.

O primeiro deles, as limitações por zonas, é o mecanismo mais comum. Aqui os usos e atividades são divididos em categorias (residencial, comercial, industrial, agrícola e suas subcategorias) e cada zona possui as diretrizes quanto à possibilidade ou não de abrigar cada uma delas. Desse modo, o zoneamento pode determinar que uma parte da cidade pode abrigar usos residenciais e comerciais de pequeno porte (padarias, mercearias...), por exemplo, mas não pode abrigar usos comerciais de grande porte ou usos residenciais.

A regulação paramétrica, por sua vez, consiste na permissão ou proibição para que uma atividade se instale em um determinado local, utilizando como base o parâmetro de incomodidade. Um bom exemplo a ser citado é o nível máximo de ruído em decibéis, embora sua aplicação não seja algo tão simples, pois nem todos dispõem do instrumento adequado para tanto.

Por fim, as limitações pelo sistema viário também classificam os usos e atividades em categorias, e definem, para estas, níveis de incomodidade, feito isso aplica-se a seguinte lógica: vias mais arteriais são mais tolerantes à incomodidade, ao passo que as vias mais locais são mais intolerantes à mesma.

Desse modo, estimula-se o uso misto em todas as zonas, ao mesmo tempo em que é possível evitar que a instalação de usos incompatíveis ocorram contiguamente.

Traçado esse panorama geral sobre o zoneamento como instrumento de controle urbano, vejamos agora de que modo ele foi inserido no Brasil, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, que é o recorte espacial escolhido para esta pesquisa.

De acordo com Borges (2007), o Projeto de Postura de autoria de José Pereira Rego, o Barão do Lavradio, apresentado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1866, marca o início do zoneamento no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro.

O referido projeto, de cunho sanitário, propunha um rigoroso controle sobre as novas construções e reconstruções visando impedir a proliferação de cortiços no perímetro da Cidade Velha e adjacências, além de pretender uniformizar a arquitetura da cidade, estabelecendo gabarito uniforme de dois ou três pavimentos para as ruas e praças principais e modelos de fachada previamente designados pela Câmara Municipal, para corrigir as irregularidades das edificações. O projeto, no entanto, foi arquivado (BENCHIMOL, [1992] *apud* BORGES, 2007, p. 64).

Adentrando o século XX, vejamos com Borges (2007) & Santos (2012) os decretos que, dentro de um contexto urbano mais desenvolvido, contribuíram para estabelecer as regras de expansão e delimitação da cidade.

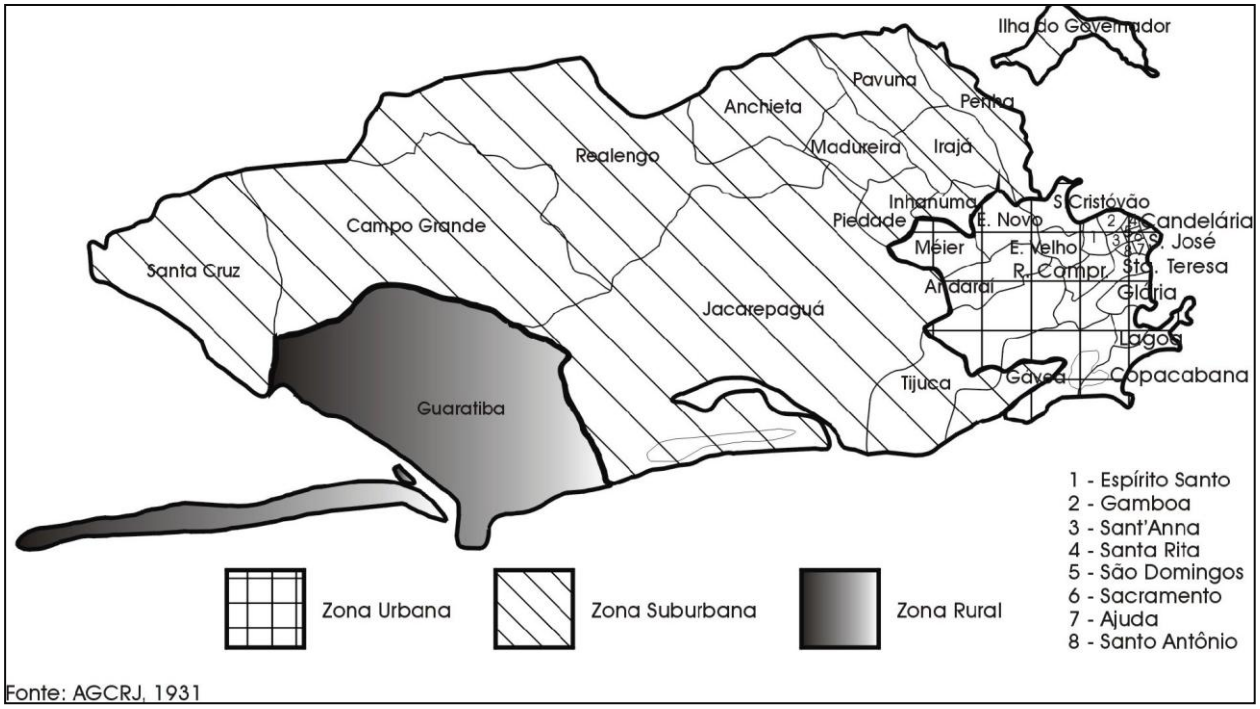


Figura III.1 – Zonas do Decreto Nº 1.185, de 1918
Fonte: AGCRJ (1931)

O Decreto 1.594 de 1914 ampliou de duas para três as zonas municipais: urbana, suburbana e rural. Este zoneamento, no entanto, só se estabelecerá definitivamente com a promulgação do Decreto 1.185, de 5 de janeiro de 1918:

> *"Considerando que a divisão territorial do Distrito Federal em três zonas distintas e determinadas, uma urbana, outra suburbana e outra rural, é de utilidade intuitiva para os fins gerais e especiais da Administração Municipal"* (BORGES, 2007). Vide Figura III.1.

Analisando a Figura III.1, pode-se concluir que a zona urbana do Rio de Janeiro já não se limitava apenas ao centro da cidade, parte mais comumente ocupada nos municípios.

Em 1925, assiste-se a um novo zoneamento. O Decreto 2.087 dividiu a cidade do Rio de Janeiro, até então Distrito Federal, em quatro zonas principais: central, urbana, suburbana e rural com o objetivo de melhorar o uso do solo urbano.

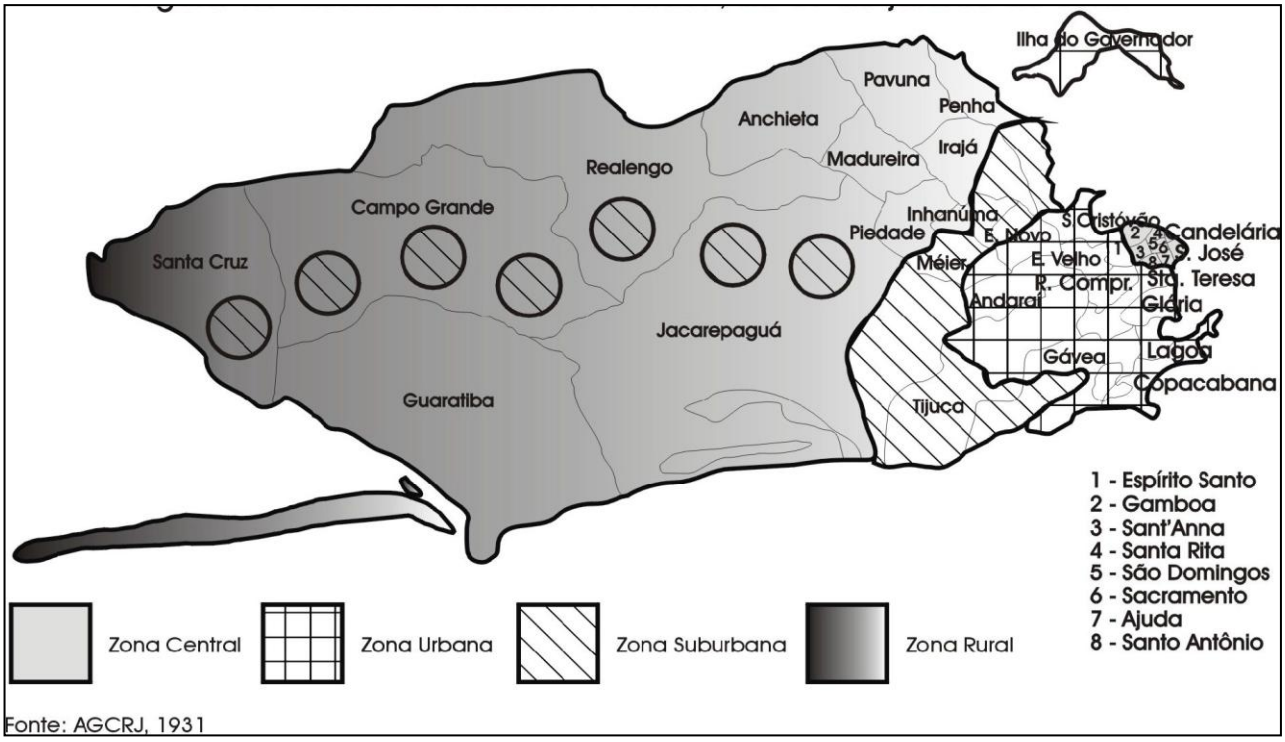


Figura III.2 – Zonas do Decreto n. 2.087, de 1925
Fonte: AGCRJ (1931)

Esse decreto trouxe: o surgimento de uma nova zona central, que corresponde ao centro da cidade de hoje; a redução da área urbana - quando comparada ao decreto anterior, que passou a ser definida pelas áreas mais tradicionais da cidade, como Centro, região da Tijuca e Zona Sul até o Leblon; e a antiga área rural, limitada, antes, ao bairro de Guaratiba e

Restinga da Marambaia, passou a englobar toda a Zona Oeste e parte da Zona Norte (Penha, Madureira, Pavuna, Inhaúma, Anchieta e Piedade), conforme podemos observar na Figura III.2.

Percebe-se que a zona rural contava com alguns núcleos mais desenvolvidos, porém sem perder as características de subúrbio. Já a área suburbana, entre a zona urbana e rural, ficou menor e passou a incluir parte do Grande Méier, antes considerada zona urbana.

O Decreto 5.595 de 1935[19], por sua vez, foi homologado na tentativa de suprir as necessidades da cidade que continuava a se expandir e a se desenvolver e, portanto, exigia adequação do tecido urbano à nova realidade.

O projeto foi desenvolvido por técnicos da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas e apresentou um zoneamento que levava em conta a especialização por ramos de atividade.

De acordo com Borges (2007) esse decreto trouxe as seguintes alterações, no que diz respeito ao zoneamento:

1- A substituição da nomenclatura de Zona Central para Zona Comercial (ZC), subdividida, por sua vez, em Zona Comercial 1 (ZC1) – parte principal – e Zona Comercial 2 (ZC2) – área remanescente da antiga Zona Central.
2- A criação da primeira Zona Especial (ZE) – formada por uma subzona da Zona Comercial (ZC) – área resultada do desmonte do Morro do Castelo, passando a ser a Esplanada do Castelo.
3- A delimitação da área reservada ao uso predominantemente industrial: a Zona Industrial (ZI) localizada no bairro de São Cristóvão, já que o decreto de 1925 não delimitou de forma efetiva o uso industrial e fabril.
4- A subdivisão da Zona Residencial (ZR) em três ZR1, ZR2 e ZR3, definidas de acordo com o tipo de ocupação autorizada.
5- A criação da Zona Portuária (ZP).
6- A manutenção da Zona Agrícola e Rural, a Oeste da cidade, caracterizada por uma baixa densidade populacional, voltada para o uso agrícola e pastoril.

Esse decreto inaugurou um tipo de zoneamento que não utilizava mais os termos zona urbana, suburbana e rural e no lugar da classificação hierárquica foram determinadas zonas residenciais, comerciais, portuária, industrial, agrícola, de proteção e especial, conforme pode ser observado na Figura III.3:

[19] Este Decreto tinha um caráter provisório, até que a legislação de edificações fosse consolidada pelo Decreto n. 6.000, de 1937, que aprovou o primeiro Código de Obras da cidade do Rio de Janeiro, desvinculado do Código de Posturas. Ele foi promulgado pelo prefeito Cônego Olímpio de Melo que registrou a codificação da legislação urbanística do Rio de Janeiro, que manteve, por sua vez, o mesmo zoneamento adotado anteriormente, porém com o aumento do número de categorias de algumas zonas, além de suprimir a ideia de hierarquia e introduzir a defesa dos aspectos paisagísticos e históricos da cidade (BORGES, 2007, p. 98).

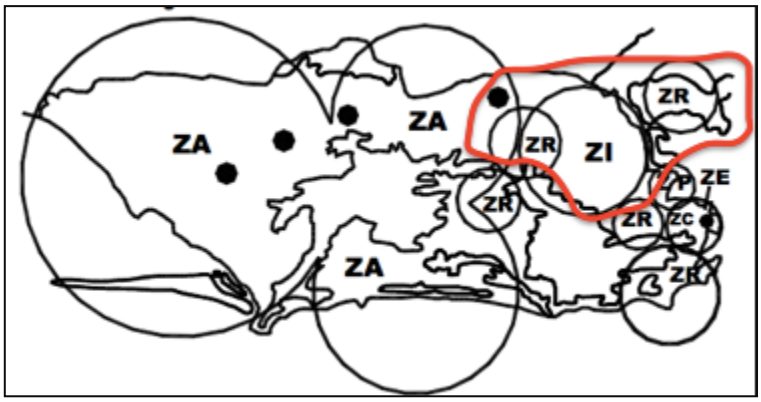


Figura III.3 – Zoneamento do Decreto Nº 6.000, de 1937
Fonte: Instituto de Engenharia Legal (IEL), 1987.

O que hoje chamamos de Zona Sul e a região da Tijuca foram identificadas como áreas residenciais, além de terem determinadas o gabarito e a taxa de ocupação de suas construções. A Ilha do Governador, parte de Jacarepaguá e região de Madureira também foram estabelecidas como áreas residenciais.

Grande parte dos bairros – Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha – ao longo da linha férrea foi denominada área industrial. Já as áreas agrícolas correspondiam ao que hoje chamamos Zona Oeste, incluindo Barra da Tijuca.

Podemos afirmar que o foco do Decreto 5.595 foi a preservação e o desenvolvimento das áreas mais densamente ocupadas e as de interesse paisagístico como a região central, a de São Cristovão e adjacências e da faixa litorânea até o Leblon.

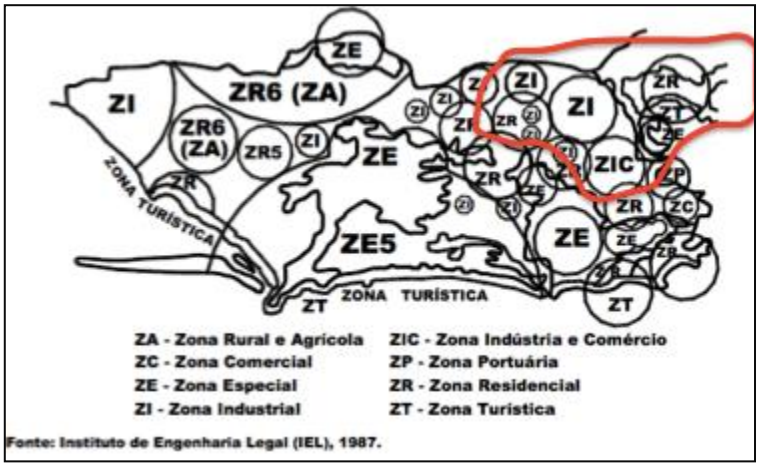


Figura III.4 – Zoneamento do Decreto Nº 322, de 1976
Fonte: Instituto de Engenharia Legal (IEL), 1987.

Por fim, analisemos o Decreto 322 de 1976**.** Sua formulação se fez necessário porque a cidade continuou crescendo, provocando uma nova dinâmica e configuração do território, daí a necessidade de se estabelecer um novo zoneamento para o município tornou-se inevitável.

Esse decreto também não utilizou como critério a hierarquia de zonas (urbana, suburbana e rural), mas a função que cada região deveria suportar, conforme Figura III.4.

Percebe-se, primeiro, que a antiga área agrícola (Zona Oeste) recebeu novos usos: industrial, residencial, e especial; segundo que ao lado das zonas já existentes, outras surgiram: zona comercial, turística, de indústria e comércio, mais residenciais e mais zonas especiais (zona de reserva florestal, Ilha de Paquetá, Santa Teresa, Guaratiba, Barra da Tijuca, Grumari), áreas de administração e governo, Cidade Nova e de recuperação urbana de áreas já consolidadas, constituídas por aglomerações de habitações subnormais, consideradas de interesse social.

Nesta seção tivemos a oportunidade de conhecer um conceito de zoneamento, onde ele surgiu, suas finalidades principais e, no caso do Rio de Janeiro, os decretos - 1.594/1914, 2.087/1925, 5.595/1935, 322/1976 - que contribuíram para estabelecer as regras de expansão da cidade.

III.2 As Áreas de Planejamento: origem e abrangências

O intuito principal desta seção é compreender como o processo urbanístico da cidade do Rio – que começamos a analisar com os decretos na seção anterior - chegou a sua formação final em Áreas de Planejamento.

De acordo com Santos (2012), em 1977 o poder público desenvolveu o Plano Urbanístico Básico (PUB-RIO) que tinha como finalidade dividir o território do município em seis grandes áreas de planejamento urbano, que instituía, por sua vez, os Projetos de Estruturação Urbana (PEU) para o planejamento local dos bairros, além de criar políticas setoriais para o desenvolvimento econômico e social.

Em 1992 tivemos a criação do primeiro plano diretor da cidade. Este instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana destina-se aos municípios com mais de 20 mil habitantes, conforme atesta a Constituição Federal de 1988:

> *"Art. 182 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*
>
> *§1- O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de experiência urbana"* (CF 1988, Cap.II – Da Política Urbana).



Figura III.5 – Mapa de divisão do território em Áreas de Planejamento
Fonte: Portal Georio

Esse primeiro plano diretor da cidade foi criado através da Lei Complementar n. 16 de 1992, chamado de “Plano Diretor Decenal”, pois deveria ser executado em até 10 anos e passar por uma revisão após esse período.

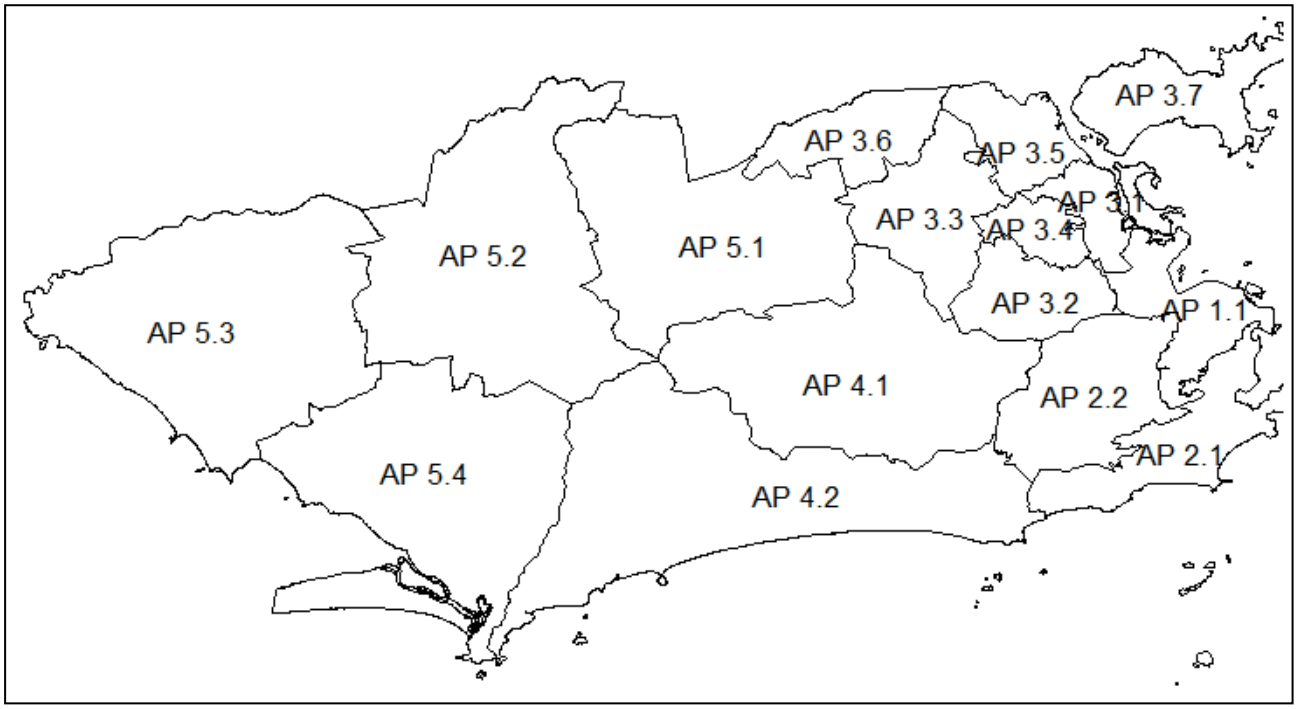


Figura III.6 – Mapa de divisão das APs em subáreas
Fonte: Portal Georio

Segundo esse documento, o município não mais estaria dividido em simples zonas (urbana, suburbana e rural ou em residenciais, industriais, comerciais e turísticas) e sim em cinco grandes áreas chamadas: “Áreas de Planejamento”, tal como conhecemos hoje.

Para cada uma dessas áreas, foram traçadas metas de crescimento e desenvolvimento urbano, umas incentivadas a ocupar seu território cada vez mais e outras com metas de crescimento e desenvolvimento urbano (Figura III.5).

Além das áreas de planejamento foram estabelecidas, dentro de cada AP, pequenas subáreas, num total de 16, divididas por 33 Regiões Administrativas. Os bairros pertencentes a cada uma delas possuem características similares, seja pelo perfil de ocupação e/ou posição geográfica (Figura III.6 e Tabela III.1).

Tabela III.1 – Áreas de Planejamento e respectivas Regiões Administrativas

Área de Planejamento	Sub-área	Regiões Administrativas
1	1.1	I – Portuária, II – Centro, III – Rio Comprido, VII – São Cristóvão, XXI – Paquetá e XXIII – Santa Tereza
2	2.1	IV – Botafogo, V – Copacabana, VI – Lagoa e XXVII – Rocinha
	2.2	VIII – Tijuca e IX – Vila Isabel
3	3.1	X – Ramos e XXX – Complexo da Maré
	3.2	XIII – Méier e XXVIII – Jacarezinho
	3.3	XIV – Irajá e XV – Madureira
	3.4	XII – Inhaúma e XXIX – Complexo do Alemão
	3.5	XI – Penha e XXXI – Vigário Geral
	3.6	XXII – Anchieta e XXV – Pavuna
	3.7	XX – Ilha do Governador
4	4.1	XVI – Jacarepaguá (parte) – excluída a área do Decreto N° 3.046, de 27 de abril de 1981 e XXXIV – Cidade de Deus
	4.2	XXIV – Barra da Tijuca
5	5.1	XVI – Bangu e XXXIII – Realengo
	5.2	XVIII – Campo Grande
	5.3	XIX – Santa Cruz
	5.4	XXVI – Guaratiba

Fonte: Portal GeoRio

Em 2011, foi promulgada a Lei Complementar n. 111 com o objetivo de revisar o Decreto de 1992. Essa lei manteve a divisão do território municipal em Áreas e Subáreas de

Planejamento e definiu diretrizes urbanas mais rigorosas para a próxima década, criando, paralelamente às AP's, quatro macrozonas – assistida, condicionada, incentivada e controlada - cada uma com características diferenciadas de crescimento. Mas não adentraremos nesta questão, pois o que nos interessa, por ora, é a caracterização das Áreas de Planejamento, que passamos a ver a partir de agora.

III.3 Caracterização Geral das Áreas de Planejamento

Nesta seção conheceremos cada uma das cinco AP's que compõe a cidade do Rio, bem como suas Subáreas e Regiões Administrativas. Ao caracterizá-las, perceberemos que seus respectivos bairros são agrupados por suas similaridades e posição geográfica.

III.3.1 A Área de Planejamento 1.0

A Área de Planejamento 1 é formada por quinze bairros, distribuídos por seis Regiões Administrativas, conforme pode ser observado na Tabela III.2.

Tabela III.2 – Área de Planejamento 1, Regiões Administrativas e seus respectivos bairros

Área de Planejamento	Sub-área	Regiões Administrativas	Bairros
1	1.1	I – Portuária, II – Centro, III – Rio Comprido, VII – São Cristóvão, XXI – Paquetá e XXIII – Santa Teresa	Centro, São Cristóvão, Rio Comprido, Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Caju, Catumbi, Cidade Nova, Estácio, Mangueira, Benfica, Vasco da Gama, Paquetá e Santa Teresa.

Fonte: PortalGeoRio

Segundo dados do "Rio Como Vamos" - 2013, a AP1 é composta por 303.137 habitantes e ocupa 2,8% do território (34,39 km2).

Comparando as populações residentes em cada Região Administrativa nos anos 2000 e 2010, datas dos Censos do IBGE, conclui-se que a área que teve maior acréscimo populacional foi a Portuária, com um indicador de 21,74% ou 8.691 em valor absoluto. Em contrapartida, Santa Teresa teve um decréscimo populacional de – 0,53 ou – 219 em número absoluto.

Com relação à renda média, se considerarmos o percentual de pessoas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo verificaremos que o Centro ocupa a melhor posição, com um percentual de 7,37 enquanto a região portuária apresenta um percentual de 33,34.

Quanto à alfabetização dos moradores, a taxa é de 91%, abaixo da média do município que é de 93%, no entanto, alcança níveis ainda menores no Caju (79%) e na Mangueira (83%). A população que possui escolaridade superior é de apenas 11%, inferior a média do município (18%). Os percentuais mais altos estão no Rio Comprido (23%) e Centro (18%), enquanto os bairros como Gamboa e Santo Cristo apresentam percentuais mais baixos: Santo Cristo (8%), Caju e Mangueira (3%).

III.3.2 A Área de Planejamento 2.0

Formada por vinte e cinco bairros, duas Subáreas e seis Regiões Administrativas conforme Tabela III.3, a AP2 ocupa 8,2% do território (100,43 km2) com um total de 1.026.649 habitantes, segundo o "Rio Como Vamos" – 2013.

Tabela III.3 – Área de Planejamento 2, Regiões Administrativas e seus respectivos bairros

Área de Planejamento	Sub-área	Regiões Administrativas	Bairros
2	2.1	IV- Botafogo, V- Copacabana, VI- Lagoa, XXVII- Rocinha.	Botafogo, Flamengo, Glória, Laranjeiras, Catete, Cosme Velho, Humaitá, Urca, Copacabana, Leme, Lagoa, Ipanema, Leblon, Jardim Botânico, Gávea, Vidigal, São Conrado e Rocinha.
	2.2	VIII- Tijuca e IX- Vila Isabel	Tijuca, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú, Praça da Bandeira, Alto da Boa Vista e Maracanã.

Fonte: PortalGeoRio

Esta área corresponde, historicamente, à área de expansão da cidade, onde ocorreu a implantação do sistema de bondes, na segunda metade do século XIX. Aí convivem as edificações de luxo e as moradias irregulares ocupadas pela população de baixa renda.

A AP2, de acordo com o IBGE, é considerada de alto desenvolvimento humano. Das seis Regiões Administrativas que compõem a área, cinco estão entre as seis primeiras do

município no que tange o IDH: Copacabana (0,956), seguida pela Lagoa (0,951), Botafogo (0,947), Tijuca (0,923) e, em sexto lugar no município, a RA de Vila Isabel (0,916). Em contrapartida, a quarta região menos desenvolvida do município encontra-se nessa área: A RA da Rocinha (0,735).

A expectativa de vida é considerada alta: 77,76 anos na RA de Copacabana, 76,83 na da Lagoa, 76,52 em Botafogo, 75,19 anos na RA de Vila Isabel e de 74,73 anos na Tijuca. A Rocinha mais uma vez destoa, apresentando uma marca inferior a 67,91 anos.

A RA da Rocinha, quando comparada às outras da AP2, também ocupa a última posição no que diz respeito à renda per capita mensal de até meio salário mínimo, com um percentual de 32,99 ou 22.879 em valor absoluto.

Por fim, a taxa de alfabetização dos moradores da AP 2.1 (Zona Sul) é de 98%, ou seja, supera a média da cidade (93%). A média dos anos de estudo da população que reside nas RA de Botafogo, Copacabana e Lagoa é de 10 anos, superior a média da cidade que é de 6,8 anos. A exceção é a Rocinha, com marca inferior de 4,1 anos. Na AP 2.2, a taxa de alfabetização dos moradores também é elevada: 98% e a média dos anos de estudo da população que reside nas RA da Tijuca e de Vila Isabel, são respectivamente de 9,3 e 8,9 anos, superior também a média da cidade (IBGE).

III.3.3 A Área de Planejamento 3.0

A Área de Planejamento 3.0 é formada por 80 bairros, distribuídos por 13 Regiões Administrativas, que correspondem, por sua vez, a 16,6 % do território municipal (203,47 km2) e uma população de 2.440.118 habitantes. Assim como a AP2, também possui subdivisões com suas respectivas Regiões Administrativas, conforme pode ser observado na Tabela III.4.

Os bairros que compõem as subáreas 3.1 a 3.7 contaram com as linhas férreas - Estrada de Ferro da Leopoldina e Estrada de Ferro Central do Brasil – como indutor do seu crescimento interno e como meio de integração com o Centro da cidade.

Durante muito tempo, a possibilidade de expansão horizontal representou um grande incentivo para ocupação da AP3. Nos últimos anos, no entanto, sua estrutura começou a apresentar mudanças: a inauguração da Linha Amarela, em 1997, tornou possível a abertura de novas articulações e acessos ao conjunto de bairros afetado, bem como a conexão, mais veloz, entre as AP3 e AP4. A contrapartida é que acabou provocando a segmentação de bairros, cortados pela via expressa.

Tabela III.4 – Área de Planejamento 3, Regiões Administrativas e seus respectivos bairros

Área de Planejamento	Sub-área	Regiões Administrativas	Bairros
3	3.1	X- Ramos e XXX- Complexo da Maré	Ramos, Maré, Bonsucesso, Manguinhos e Olaria.
	3.2	XIII- Méier e XXVIII- Jacarezinho	Méier, Jacaré, Abolição, Água Santa, Cachambi, Encantado, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Lins de Vasconcelos, Piedade, Pilares, Riachuelo, Rocha, Sampaio, São Francisco Xavier, Todos os Santos.
	3.3	XIV- Irajá e XV- Madureira	Irajá, Madureira, Colégio, Vicente de Carvalho, Vila Cosmos, Vila da Penha, Vista Alegre, Bento Ribeiro, Campinho, Cascadura, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Honório Gurgel, Marechal Hermes, Osvaldo Cruz, Quintino Bocaiúva, Rocha Miranda, Turiaçu e Vaz Lobo.
	3.4	XII- Inhaúma e XXIX- Complexo do Alemão	Inhaúma, Complexo do Alemão, Del Castilho, Engenho da Rainha, Higienópolis, Maria da Graça, Tomás Coelho.
	3.5	XI- Penha, XXXI- Vigário Geral	Penha, Vigário Geral, Penha Circular e Brás de Pina, Cordovil, Jardim América e Parada de Lucas.
	3.6	XXII- Anchieta e XXV- Pavuna	Anchieta, Pavuna, Guadalupe, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Acari, Barros Filho, Coelho Neto, Costa Barros e Parque Colúmbia.
	3.7	XX- Ilha do Governador	Freguesia-Ilha do Governador, Bancários, Cacuia, Cidade Universitária, Cocotá, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá e Zumbi.

Fonte: Portal GeoRio

A expectativa de vida na área é considerada média/alta: 70,82 anos, ligeiramente acima da média do município (70,26). As RA's com as marcas mais elevadas são: Irajá (73, 93 anos), Ilha do Governador (72,66anos), Madureira (72,59 anos), Inhaúma (71,82 anos), Ramos (71,68

anos) e Méier (71, 58 anos). Complexo do Alemão (64,38 anos), Complexo da Maré (66, 03 anos) e Jacarezinho (66,30 anos) ocupam os níveis mais baixos.

A taxa de alfabetização dos moradores vem crescendo, chegando a superar a média da cidade (96%), como é o caso da RA do Méier (97%). Complexo da Maré (7,4%), Complexo do Alemão (6,5%) e Jacarezinho (6,1%) mais uma vez apresentaram as taxas mais baixas. No que tange a média de anos de estudo, mais uma vez o Méier sai na frente, com 7,7 anos, atrás estão a RA da Ilha do Governador (7,2 anos) e a RA de Irajá (7,1 anos) de estudo. Os piores índices ficam mais uma vez com o Complexo do Alemão (4,2 anos), Complexo da Maré (4,3 anos) e Jacarezinho (4,7 anos), acompanhadas pela RA da Pavuna (5,5 anos).

III.3.4 A Área de Planejamento 4.0

Formada por dezenove bairros, distribuídos por três Regiões Administrativas (vide Tabela III.5) e duas subáreas, a AP4 corresponde a 24% da área do município (293,79 km2) e conta com uma população de 925.717 habitantes.

Tabela III.5 – Área de Planejamento 4, Regiões Administrativas e seus respectivos bairros

Área de Planejamento	Subárea	Regiões Administrativas	Bairros
4	4.1	XVI- Jacarepaguá (parte) – excluída a área do Decreto 3.046, de 27 de abril de 1981 e XXXIV- Cidade de Deus	Anil, Curicica, Freguesia-Jacarepaguá, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara e Vila Valqueire e Cidade de Deus.
	4.2	XXIV- Barra da Tijuca	Barra da Tijuca, Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena.

Fonte: Portal GeoRio

A AP4 é uma extensa área de baixada, limitada pelos maciços da Tijuca e Pedra Branca e pelo Oceano Atlântico. Preservada durante muito tempo, não tinha conexão com a malha urbana, devido às suas próprias características geográficas, isto é, de base rural, com predominância de sítios e chácaras.

A inserção definitiva da área ao território da cidade somente ocorrerá em meados do século XX, pela implantação de novas conexões rodoviárias. A ocupação se deu pelo eixo litorâneo, vindo da zona sul, expandindo a ação do vetor residencial mais valorizado da cidade, a partir daí, dois vetores passaram a conduzir a urbanização da área. Um mais antigo, por Jacarepaguá e o mais novo, pela Barra da Tijuca. Vale ressaltar que este último, por valores ambientais e potencial de crescimento, foi objeto de um plano de ocupação, realizado em 1969, pelo arquiteto e urbanista Lucio Costa. Este plano, se por um lado, contribuiu para a preservação de diversas áreas naturais, por outro trouxe um modelo de ocupação baseado na segregação de usos, na negação do tecido urbano tradicional e na dependência em relação ao transporte individual. A segregação social também pode ser apontada como resultado desse plano, pois houve o surgimento e expansão das favelas destinadas a abrigar uma mão de obra para a qual o plano não previu alternativas claras.

Desde então a AP4 registra um expressivo crescimento, verificado, sobretudo, na RA da Barra da Tijuca que passou de 5.779 residentes em 1970 para 306.033 em 2013. A ação do mercado imobiliário na região também é expressiva, respondendo em 2004 por 69,3% das unidades lançadas em empreendimentos imobiliários efetuados na cidade.

Considerando o percentual de pessoas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, a RA que ocupa a melhor posição é a da Tijuca, com uma marca de 11,52, seguida pela RA de Jacarepaguá (16,34) e Cidade de Deus (27,43).

Por fim, a taxa de alfabetização dos moradores da AP4 é de 96%, superior, portanto, à média da cidade (93%). A média dos anos de estudo, por sua vez, apresenta o seguinte quadro: Barra da Tijuca (8,6 anos), Jacarepaguá (6,8anos) e Cidade de Deus (5 anos), permitindo-nos concluir que houve uma evolução nos índices de evolução se compararmos com o período de 1991/2000.

III.3.5 A Área de Planejamento 5.0

A área de Planejamento 5 é formada por vinte bairros, quatro subáreas e cinco Regiões Administrativas (vide Tabela III.6). Possui área correspondente a 48,4% do território do município, ou seja, 592,45 km2 e 1.734.302 habitantes.

Conhecida como Zona Oeste a AP5 abrigou durante muito tempo os usos agrícolas e as extensas propriedades que foram se extinguindo com a pressão da urbanização, a partir da década de 1960.

Tabela III.6 – Área de Planejamento 5, Regiões Administrativas e seus respectivos bairros

Área de Planejamento	Subáreas	Regiões Administrativas	Bairros
5	5.1	XVII- Bangu e XXXIII- Realengo	Bangu, Padre Miguel e Senador Camará, Realengo, Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos e Vila Militar.
	5.2	XVIII- Campo Grande	Campo Grande, Inhoaíba, Cosmos, Santíssimo e Senador Vasconcelos.
	5.3	XIX- Santa Cruz	Santa Cruz, Paciência e Sepetiba.
	5.4	XXVI- Guaratiba	Barra de Guaratiba, Guaratiba e Pedra de Guaratiba.

Fonte: Portal GeoRio

Apesar de já contar com uma ferrovia que chegava a Santa Cruz, fatores como ausência de serviços, distância e áreas militares bloqueavam a continuidade da experiência urbana, concentrada, inicialmente, no entorno das estações ferroviárias. Mas, aos poucos a ocupação foi se expandindo, o que é comprovado pelo crescimento populacional da área.

As subáreas que compõem a AP5 tiveram como meio de integração interna e com o Centro da Cidade a linha férrea da Central do Brasil, assim como ocorreu com os bairros da AP3.

A RA de Campo Grande caracteriza-se como a mais populosa da cidade, com 551.473 habitantes, além de representar o grande centro de toda a AP5, estendendo seu raio de influência econômica aos municípios limítrofes: Seropédica e Itaguaí.

A RA de Santa Cruz foi a última a sofrer o processo de urbanização, já a de Guaratiba, possui a menor população da Zona Oeste.

Enfim, a taxa de alfabetização dos moradores (94,8%) é superior a média da cidade (93%). Já a maior média de anos de estudo foi encontrada na RA de Realengo (6,2 anos), a pior média é a de Guaratiba (4,7 anos). Todavia, todas as RA's da AP5 estão abaixo da média municipal (6,8 anos) de estudo.

Uma vez compreendido que o zoneamento da cidade do Rio se dá através da divisão em áreas de planejamento e regiões administrativas, podemos avançar para o próximo posso, que é a análise dos dados.

III.4 Análise dos Dados

Analisar a questão racial da população urbana carioca implica contemplar as diferenças raciais intraurbanas, isto é, a segregação racial residencial, onde os indivíduos do mesmo grupo concentram-se nos mesmos lugares - no caso dos negros, os dados demonstram que eles são maioria da população das favelas ou aglomerados subnormais. Por isso, no primeiro momento, vamos verificar a distribuição espacial da população por cor ou raça e no segundo momento verificar o percentual da população que reside em favelas.

Para alcançar este objetivo foi utilizada a divisão da cidade em Áreas de Planejamento, que representa, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de análise nesta pesquisa.

III.4.1 Segregação racial segundo as Áreas de Planejamento

Com o objetivo de investigar como ocorre a configuração espacial entre as raças na cidade do Rio de Janeiro, foi feita uma análise da distribuição dos negros, pardos e brancos (Tabela III.7) e do Índice de Desenvolvimento Social (IDS), (Tabela III.8), levando em conta a divisão da cidade por Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas, que utilizam, por sua vez, os dados do Censo Demográfico 2010.

Tabela III.7 – População residente por cor ou raça em valores absolutos e relativos segundo as Regiões Administrativas da AP1 – 2010

AP1 / RA	Preta		Parda		Branca	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
I. Portuária	5 815	11,9	21 552	44,3	20 897	42,9
II. Centro	3 613	8,8	12 834	31,2	24 287	59,0
III. Rio Comprido	12 307	15,6	28 342	35,9	36 879	46,7
VII. São Cristóvão	14 925	17,6	34 793	41,0	33 821	39,8
XXI. Paquetá	336	10,4	1 175	35,0	1 840	54,8
XXIII. Santa Tereza	4 590	11,2	13 813	33,7	21 897	53,5

Fonte: Armazém de Dados

Tabela III.8 – IDS segundo as Regiões Administrativas da AP1 – 2010

AP1 / RA	IDS 2000	IDS 2010
I.Portuária	0,57	0,57
II. Centro	0,62	0,63
III. Rio Comprido	0,60	0,59
VII. São Cristóvão	0,59	**0,58**
XXI. Paquetá	0,60	0,59
XXIII. Santa Teresa	0,61	0,61

Fonte: Armazém de Dados

Nas tabelas foram contrastadas duas distribuições espaciais, por cor ou raça, em valores absolutos e relativos – lembrando que a investigação por cor ou raça foi feita de acordo com a autoclassificação da pessoa - e o IDS, que é um índice com base na esperança de vida, nível educacional e conforto e saneamento. Semelhante ao conceito do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), mas substituindo o índice "renda" pelo índice de "conforto e saneamento".

Tabela III.9 – População residente por cor ou raça em valores absolutos e relativos e segundo as Regiões Administrativas da AP2 – 2010

AP2 / RA	Preta		Parda		Branca	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
IV. Botafogo	10 819	4,5	36 250	15,1	190 727	79,6
V. Copacabana	7 645	4,7	24 026	14,9	128 234	79,6
VI. Lagoa	6 979	4,2	20 676	12,3	139 247	83,0
XXVII. Rocinha	7 448	10,7	34 677	50,0	26 672	38,5
VIII. Tijuca	11 260	6,2	34 749	19,1	134 776	74,1
IX. Vila Isabel	16 107	8,5	40 827	21,6	130 960	69,2

Fonte: Armazém de Dados

No caso da AP1, de acordo com as Tabelas III.7 e III.8, o maior número de negros, seja em valor absoluto ou relativo (14.925 e 17,6% respectivamente), encontra-se na RA de São Cristóvão, composta pelos bairros de Benfica, Mangueira e Vasco da Gama, ou seja, lugares com um expressivo número de aglomerados subnormais. Vale ressaltar que São Cristóvão é a RA com o menor IDS (0,58) e com a menor porcentagem de brancos (39,8%).

Tabela III.10 – IDS segundo as Regiões Administrativas da AP2 – 2010

AP2 / RA	IDS 2000	IDS 2010
IV. Botafogo	0,72	0,72
V. Copacabana	0,72	0,71
VI. Lagoa	0,72	0,74
XXVII. Rocinha	0,51	0,54
VIII. Tijuca	0,68	0,68
IX. Vila Isabel	0,67	0,66

Fonte: Armazém de Dados

A maior porcentagem de negros e pardos, no caso da AP2, está na RA da Rocinha (10,7% e 50,0% respectivamente) - que abriga, por sua vez, a maior favela, de mesmo nome, do país - assim como o menor IDS (0,54) e o menor percentual de brancos (38,5%). Em contrapartida, a maior porcentagem de brancos encontra-se na RA da Lagoa (83,0%), que, aliás, teve o maior IDS (0,74) de 2010 (Tabelas III.9 e III.10).

Tabela III.11 – População residente por cor ou raça em valores absolutos e relativos e segundo as Regiões Administrativas da AP3 – 2010

AP3 / RA	Preta		Parda		Branca	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
X. Ramos	15 222	9,9	59 312	38,7	74 491	50,6
XXX. Complexo Maré	14 341	11,1	62 156	47,9	51 580	39,7
XIII. Méier	42 426	10,7	122 567	30,8	230 408	57,9
XVIII Jacarezinho	8 715	23,0	16 342	43,2	12 459	32,9
XIV. Irajá	23 712	11,7	70 793	34,9	106 559	52,5
XV. Madureira	50 325	13,5	147 414	39,6	171 806	46,2
XII. Inhaúma	18 347	13,7	51 267	38,2	63 786	47,5
XXIX Complexo Alemão	11 031	16,0	35 030	50,7	22 578	32,7
XI. Penha	25 397	13,7	67 362	36,3	91 413	49,2
XXXI. Vigário Geral	22 564	16,6	57 438	42,2	54 632	40,1
XXII. Anchieta	21 827	13,8	70 803	44,7	64 210	40,6
XXV. Pavuna	32 329	15,5	99 724	47,5	74 933	35,9
XX. Ilha Governador	16 451	7,7	72 305	34,0	122 297	57,5

Fonte: Armazém de Dados

Na AP3, por sua vez, o maior número de negros em valor absoluto (50.325) encontra-se na RA de Madureira, já em valor relativo, o maior número de negros está na RA do Jacarezinho (23,0%). Os brancos são maioria na RA do Méier – em ambos os valores (230.408 e 57,9%) – e o menor percentual na RA do Complexo do Alemão (32,7%). O menor IDS é do Jacarezinho e Complexo do Alemão (0,54) e o maior é do Méier (0,62), conforme Tabelas III.11 e III.12.

Tabela III.12 – IDS segundo as Regiões Administrativas da AP3 – 2010

AP3 / RA	IDS 2000	IDS 2010
X. Ramos	0,61	0,60
XXX. Complexo Maré	0,55	0,55
XIII. Méier	0,63	0,62
XVIII Jacarezinho	0,55	0,54
XIV. Irajá	0,60	0,61
XV. Madureira	0,58	0,59
XII. Inhaúma	0,58	0,59
XXIX Complexo Alemão	0,54	0,54
XI. Penha	0,60	0,59
XXXI. Vigário Geral	0,55	0,57
XXII. Anchieta	0,54	0,58
XXV. Pavuna	0,53	0,56
XX. Ilha Governador	0,62	0,62

Fonte: Armazém de Dados

A maior porcentagem de negros e pardos da AP4 está presente na RA da Cidade de Deus (20,6% e 52,0%), considerada aglomerado subnormal, e o maior percentual de brancos na RA da Barra da Tijuca (73,8%), assim como lhe pertence o maior IDS de 2010 (0,67), observe Tabelas III.13 e III.14.

Tabela III.13 – População residente por cor ou raça em valores absolutos e relativos e segundo as Regiões Administrativas da AP4 – 2010

AP4 / RA	Preta		Parda		Branca	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
XVI. Jacarepaguá	56 447	9,9	206 389	36,0	305 572	53,4
XXXIV. Cidade de Deus	7 540	20,6	19 001	52,0	9 541	26,1
XXIV. Barra da Tijuca	13 319	4,4	62 818	20,9	221 904	73,8

Fonte: Armazém de Dados

No caso da AP5, é na RA de Bangu e Santa Cruz (14,3%) que encontra-se o maior percentual de negros. Em valor absoluto o maior número de negros e pardos está na RA de Campo Grande (66.219 e 244.698), já o maior percentual de brancos está na RA de Realengo (43,1%), coincidentemente a RA com maior IDS (0,61) (vide Tabelas III.15 e III.16).

Tabela III.14– IDS segundo as Regiões Administrativas da AP4 – 2010

AP4 / RA	IDS 2000	IDS 2010
XVI. Jacarepaguá	0,57	0,60
XXXIV. Cidade de Deus	0,53	0,56
XXIV. Barra da Tijuca	0,61	0,67

Fonte: Armazém de Dados

A análise dos dados demonstra, de forma geral, que os negros ocupam, quase sempre, as Regiões Administrativas menos privilegiadas, com grande número de aglomerados subnormais - como é o caso de São Cristóvão, Rocinha, Cidade de Deus - e com os piores Índices de Desenvolvimento Social (IDS), o que é completamente passível de explicação, já que este índice baseia-se no nível de educação e saneamento, serviços que costumam carecer em áreas mais pobres.

Tabela III.15 – População residente por cor ou raça em valores absolutos e relativos e segundo as Regiões Administrativas da AP5 – 2010

AP5 / RA	Preta		Parda		Branca	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
XVII. Bangu	61 003	14,3	201 271	47,0	161 838	37,8
XXXIII. Realengo	33 804	13,9	102 755	42,3	104 563	43,1
XXVIII. Campo Grande	66 219	12,2	244 698	45,1	226 819	41,8
XIX. Santa Cruz	52 796	14,3	186 665	50,7	124 893	33,9
XXVI. Guaratiba	12 491	10,1	59 272	48,1	50 280	40,8

Fonte: Armazém de Dados

Tabela III.16– IDS segundo as Regiões Administrativas da AP5 – 2010

AP5 / RA	IDS 2000	IDS 2010
XVII. Bangu	0,53	0,57
XXXIII. Realengo	0,61	0,61
XXVIII. Campo Grande	0,50	0,57
XIX. Santa Cruz	0,48	0,54
XXVI. Guaratiba	0,46	0,51

Fonte: Armazém de Dados

O fato do IDS não levar em conta a “renda” na sua composição deixa transparecer que a dinâmica de segregação espacial também opera mediante estratégias de caráter racial e não unicamente econômicos.

Também foi possível inferir que a segregação entre brancos e negros costuma ser maior que a segregação entre brancos e pardos. A RA da Lagoa, por exemplo, possui o maior percentual de brancos (83,0%) e o menor percentual de negros (4,2%), e (12,3%) de pardos, ou seja, uma diferença significativa.

III.4.2 Aglomerados Subnormais segundo as Áreas de Planejamento[20]

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, os negros representam a maioria da população brasileira, 96,7 milhões, o equivalente a (50,7%) da população, contra 91 milhões de brancos (47%), 2 milhões de amarelos (1,1%) e 81,9 mil indígenas (0,4%). No total a população brasileira conta com 190.755.799 milhões de habitantes.

Todavia, é preciso salientar que apesar de ser a maioria, os negros ainda vivem em condições e locais menos favorecidos da cidade.

[20] O IBGE impõe um número mínimo de 51 domicílios para considerar um conjunto como aglomerado subnormal.

Segundo o Mapa Racial da Cidade[21] as regiões mais próximas à praia, como a Zona Sul, por exemplo, possuem uma população significativamente branca, enquanto a grande concentração de negros e pardos está nos morros e favelas, demonstrando como ainda são segregados.

Tabela III.17– Proporção da população das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas da AP1 – 2010

AP1 / RA	População Residente		
	Cidade	Favelas	Proporção
I. Portuária	48 664	21 168	43%
II. Centro	41 142	108	0%
III. Rio Comprido	78 975	28 021	35%
VII. São Cristóvão	84 908	40 250	47%
XXI. Paquetá	3 361	908	27%
XXIII. Santa Teresa	40 926	12 841	31%
Total	**297 976**	**103 296**	**35%**

Fonte: Armazém de Dados

Por isso, neste segundo tópico são analisados o número e a proporção de moradores em favelas, de acordo com as Regiões Administrativas, no entanto, os dados não estão distribuídos por cor ou raça. Vejamos.

A grande presença de moradores em aglomerados subnormais – São Cristóvão e Portuária (em torno 45%), Rio Comprido e Santa Teresa (em torno de 35%) - demonstra como as favelas buscaram a proximidade com os mercados de trabalho. Palco de expressivas reformas urbanas, conforme foi visto, e predomínio das atividades econômicas, o Centro reúne poucos moradores, em 2010, por exemplo, havia somente 108 habitantes em uma única favela (vide Tabela III.17).

Tabela III.18– Proporção da população das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas da AP2 – 2010

AP2 / RA	População Residente		
	Cidade	Favelas	Proporção
IV. Botafogo	239 729	14 998	6%
V. Copacabana	161 191	12 094	8%
VI. Lagoa	167 774	19 002	11%
XXVII. Rocinha	69 356	69 356	100%
VII. Tijuca	181 810	28 004	15%
IX. Vila Isabel	189 310	30 695	16%
Total	**1 009 170**	**174 149**	**17%**

[21] Disponível em: https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/

A AP2 (Zona Sul e adjacências), onde localizam-se os bairros nobres de classes altas e média alta, possui a segunda menor proporção de pessoas vivendo em favelas (17%). De acordo com o IBGE (2012), se a Rocinha não fosse uma "RA-favela" [22], com 69 mil moradores, e Vila Isabel e Tijuca, com 30 e 28 mil, respectivamente, essa percentagem seria bem mais baixa (Tabela III.18).

A AP3 abriga os tradicionais subúrbios surgidos ao longo das estradas de ferro Central do Brasil e Leopoldina, nela localiza-se o maior contingente de moradores em favelas, totalizando mais de 650 mil habitantes. Sempre atraiu as classes trabalhadoras, pois em passado recente concentrava muitas indústrias. Nesta região encontram-se as chamadas RA-favela (Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré) com uma expressiva proporção de moradores (89%, 87% e 58% respectivamente) (Tabela III.19).

Tabela III.19– Proporção da população das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas da AP3 – 2010

AP3 / RA	População Residente		
	Cidade	Favelas	Proporção
X. Ramos	153 177	53 236	35%
XXX. Complexo Maré	129 770	75 720	58%
XIII. Méier	397 782	54 831	14%
XVIII Jacarezinho	37 839	33 836	89%
XIV. Irajá	202 952	29 527	15%
XV. Madureira	372 555	50 133	13%
XII. Inhaúma	134 349	21 250	16%
XXIX Complexo Alemão	69 143	60 500	87%
XI. Penha	185 716	47 710	26%
XXXI. Vigário Geral	136 171	40 783	30%
XXII. Anchieta	158 318	25 080	16%
XXV. Pavuna	208 813	95 065	46%
XX. Ilha Governador	212 574	67 084	32%
Total	**2 399 159**	**654 755**	**27%**

Fonte: Armazém de Dados

A AP4 apresenta uma expressiva variação da proporção de pessoas que residem em favelas: RA de Jacarepaguá (31%), RA da Barra da Tijuca (18%) e (13%) na RA da Cidade de Deus, formada, sobretudo, por conjuntos habitacionais.

[22] A Rocinha é uma das quatro RA-favela criadas na década de 1980 para facilitar a atuação do Poder Público nessas áreas superdensas. As outras foram Complexo do Alemão, Complexo da Maré e Jacarezinho. A RA da Cidade de Deus, surgida na mesma época, é um vasto conjunto habitacional que abrigou população originária de diversas favelas (IBGE, 2012).

Tabela III.20 – Proporção da população das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas da AP4 – 2010

AP4 / RA	População Residente		
	Cidade	Favelas	Proporção
XVI. Jacarepaguá	572 030	177 837	31%
XXXIV. Cidade de Deus	36 515	4 596	13%
XXIV. Barra da Tijuca	300 823	54 401	18%
Total	**909 368**	**236 834**	**26%**

Fonte: Armazém de Dados

A AP5, embora seja, proporcionalmente, a mais pobre de todas as cinco, tinha em 2010 o menor percentual de habitantes vivendo em favelas da cidade (16%). Dois fatores ajudam a explicar esta situação: a não proximidade com os núcleos de trabalho – um dos aspectos determinantes para fixação das favelas - e a presença de loteamentos irregulares de baixa renda na região.

Tabela III.21– Proporção da população das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas da AP5 – 2010

AP5 / RA	População Residente		
	Cidade	Favelas	Proporção
XVII. Bangu	428 035	95 518	22%
XXXIII. Realengo	243 006	28 577	12%
XXVIII. Campo Grande	542 084	65 404	12%
XIX. Santa Cruz	368 534	54 853	15%
XXVI. Guaratiba	123 114	30 387	25%
Total	**1 704 773**	**274 739**	**16%**

Fonte: Armazém de Dados

Se traçarmos um breve paralelo desses dados que acabamos de analisar com os dados do primeiro tópico – população residente por cor ou raça – verificaremos algumas correspondências:

- A RA de São Cristóvão, dentre as RA's da AP1, é a que possui a maior percentual de população vivendo em favelas (47%), o menor IDS (0,58) e a que apresenta o maior número de negros, seja em valor absoluto ou relativo (14.925 e 17,6 respectivamente).

- A maior percentual de brancos da AP2 encontra-se na RA da Lagoa (83,0%), assim como o maior IDS (0,74), coincidentemente, se compararmos as Áreas de Planejamento, a AP2 é a segunda com menor proporção de favelas (174.149).

- No caso da AP4 a maior proporção de “favelados” está na RA de Jacarepaguá (31%), onde concentra-se o maior valor absoluto de negros (56.447).

- Bangu é a segunda RA da AP5 com a maior proporção de favelados (22%), além de apresentar, juntamente com Santa Cruz, o maior percentual de negros (14,3).

Pode-se afirmar que o zoneamento da cidade do Rio de Janeiro em Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas foi um importante instrumental no processo de análise da configuração espacial das raças, bem como na proporção de moradores por aglomerados subnormais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a proposta desta pesquisa consistiu investigar a correspondência entre a disposição espacial da cidade do Rio de Janeiro e a manutenção das desigualdades raciais, começamos caracterizando o seu processo de formação e organização socioespacial.

Mais que simples meios de transportes, os bondes e trens foram importantes vetores no processo de expansão do Rio e separação das classes no espaço urbano, pois concretizaram a dicotomia núcleo-periferia que já vinha ganhando contornos, no que tange à representação ideológica do espaço, desde 1870. De modo bastante esquemático, dizemos que o bonde fez a zona sul, uma vez que os motivos para a ocupação seletiva da área já eram uma realidade, enquanto o trem foi ao encontro das necessidades de localização dos indivíduos de baixa renda.

O projeto de remodelação urbana do prefeito Pereira Passos, do inicio do século XX, contribuiu e muito no processo de separação das classes na medida em que demoliu as moradias populares e afastou os pobres para longe das áreas nobres da cidade. Os morros e as favelas que, inicialmente, apresentaram-se como alternativa de moradia para os desalojados, gradativamente, passaram a ser o foco do discurso higienista, antes reservado aos cortiços. Desse modo, as atenções se voltaram para esse conjunto de aglomerados pobres e, para fins de conhecimento e controle, o poder público fez uso dos recenseamentos com o objetivo de gerar dados sobre o contingente populacional que ali residia. Ficou claro, no entanto, que, mais do que a simples quantificação de barracos e habitantes, o Estado deve intervir através de políticas públicas não só de ordem arquitetônica, mas também de ordem educacional, de saúde e de lazer.

Seguimos construindo um panorama do pensamento social brasileiro acerca da categoria raça e cor e seus impactos nos levantamentos demográficos. Esta tarefa ajudou-nos a perceber que o tratamento dado ao negro no decorrer da história do Brasil e da formação do povo brasileiro não deu conta da verdadeira realidade vivida por ele. Mesmo quando Gilberto Freyre ressalta os aspectos positivos da miscigenação não consegue lhe fazer justiça, pois ao falar da convivência harmoniosa das raças, parece ignorar a situação de marginalidade que os negros e mestiços estavam relegados, e que continuaram, mesmo após a extinção definitiva da escravidão.

Por outro lado, a ideia do encontro das “três raças”, diversas vezes reiterada, aplica um raciocínio uniformizador aos indígenas e africanos, impedindo que enxerguemos suas diversidades étnicas e culturais. Percebemos, também, que os referenciais ideológicos influenciam as práticas políticas, como por exemplo, a construção dos instrumentos de levantamento demográfico, da prática censitária. Ao fazer um histórico dos censos ficou claro

que a inserção ou exclusão das categorias raça/cor nas pesquisas não acontece por acaso, mas está diretamente ligado aos referenciais ideológicos das práticas políticas adotas em diferentes contextos.

Por fim, utilizamos o zoneamento da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a divisão em Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas, e os indicadores censitários raça/cor como instrumento de análise para investigar se as condições habitacionais também são diferenciadas racialmente. Ao traçarmos um panorama sobre o zoneamento da cidade verificamos que a divisão em AP's foi uma das políticas adotadas pelo Estado na tentativa de tornar mais eficiente a gestão e alocação de recursos, mas na prática percebemos que as AP's da Zona Sul e Central é que são privilegiadas. Desse modo, podemos afirmar que o zoneamento do Rio em Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas foi um importante instrumento no processo de análise da configuração espacial das raças, bem como na proporção de moradores por aglomerados subnormais. Os indicadores censitários, por sua vez, foram importantes porque ajudaram a traçar uma tendência.

A conclusão que chegamos é que existe uma correspondência entre a disposição espacial da cidade do Rio de Janeiro de Janeiro e a manutenção das desigualdades raciais, conforme inferiram os dados, e que fatores econômicos não são os únicos envolvidos nesse processo. Dito de outro modo, a maioria dos negros ainda habita os locais menos favorecidos da cidade, como os morros e favelas. A questão que se coloca é a segregação racial como um ciclo vicioso, pois quanto mais os negros e pobres residem em locais distantes e com baixa infraestrutura, mais sujeitos estarão a problemas de ordem socioeconômica e à segregação.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação, embelezamento.* Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1930.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 2.* São Paulo: Companhia das letras**,** 1997. pp. 295-310.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Alternativas da produção imobiliária em grandes centros urbanos: o exemplo do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *Repensando a Habitação no Brasil***.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. pp. 169-189.

ANTUNES, Laura. Censo feito em 1906 é relançado nesta quinta-feira com curiosidades sobre a história carioca. Disponível em: <http://oglobo.com/rio/censo-feito-em-1906-relancado-nesta-quinta-feira-com-curiosidades-sobre-historia-carioca-9736971> Acesso em: 07 abr. 2014.

ARMAZÉM DE DADOS: banco de dados. Disponível em: <www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>.Acesso em: 15 out. 2015.

BARIANI, Edison. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. Salvador: Caderno CRH, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792007000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 08 nov. 2014.

BENCHIMOL, Jaime Larry. O Haussmanismo na Cidade do Rio de Janeiro. In: AZEVEDO (Org.). *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade.* Rio de Janeiro: Departamento Cultural da UERJ – Anais de Seminário. 2002. pp.125-158.

BORGES, M. V., O Zoneamento na Cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução, e aplicação, Dissertação de M.Sc., UFRJ/RJ/IPPUR, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento II: Da Enciclopédia à Wikipédia.* Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAMPOS, Andrelino de Oliveira. *Do Quilombo à Favela: A Produção do Espaço Criminalizado.* Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2005.

CAVALLIERI, Fernando & VIAL, Adriana. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. 2012.

CODIGO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL - Decreto N. 6.000, de 1 de Julho de 1937. Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro – Brasil.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 15 Out.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

COSTA, Hilton; Horizontes Raciais: A idéia de raça no pensamento social brasileiro – 1880-1920, Dissertação de M. Sc., UFRGS/RS/PPGH, Porto Alegre, RS, Brasil, 2004.

FILHO, Manuel Alves. "O Brasil inventado por Varnhagen", *Jornal da UNICAMP,* n. 443, pp. 1-4, out. 2009.

GIACCHERINO, Irene Rossetto & PAIXÃO Marcelo Jorge de Paula. Levantamento das fontes de dados estatísticos sobre a variável cor ou raça no Brasil contemporâneo: terminologias classificatórias, qualidade das bases de dados e implicações para as políticas públicas. *LAESER UFRJ*. Rio de Janeiro: 2011, pp.1-37.

GONTIJO, Rebeca. “Manoel Bomfim, pensador da História na Primeira República”, *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, pp. 129-145, jul. 2003.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As favelas do Distrito Federal: Revista Brasileira de Estatística, 1953. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111. Acesso em: 15 ago. 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos*. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*, Estudos Históricos, n.1 Rio de Janeiro, 1988.

HOCHMAN, Gilberto e LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da República In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 1996. pp. 23-40.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Histórico da Investigação sobre Cor ou Raça nas Pesquisas Domiciliares do IBGE. In: *Características Étnico-raciais da População – um estudo das categorias de classificação de cor ou raça.* Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE: banco de dados. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 ago. 2015.

MAIO, Marcos Chor. A Medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma Trajetória Científica. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1995. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csp/v11n2/v11n2a05>. Acesso em: 23 out. 2014.

MARTÍNEZ - ECHAZÁBAL, LOURDES. O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual? In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 1996. pp. 107-124.

MARTIUS, Carlos Frederico Von. “Como se deve escrever a História do Brasil”, *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 24, pp. 1-20 jan.1845.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. Classificação Oficial e Extra-Oficial: Raça e Cor em Debate. In: *Temas Brasileiros*. São Paulo: Perspectivas, 2006, n. 29, p.133-148.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de & SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. “O IBGE e as pesquisas populacionais”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, pp. 291-302, jul/dez 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O Sistema Classificatório de “Cor ou Raça” do IBGE*. Brasília: novembro de 2003.

PORTAL GEO RIO: banco de dados. Disponível em: <portalgeo.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2015.

RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIO COMO VAMOS: banco de dados. Disponível em: <riocomovamos.org.br/indicadores>. Acesso em: 06 nov. 2015.

SANTOS, R. F. dos., Situação atual e perspectivas de desenvolvimento da Área de Planejamento 3 da cidade do Rio de Janeiro, Dissertação de M.Sc., PUC/RJ/PPEUA, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100013>. Acesso em: 18 out. 2014.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização In: MAIO, Chor Marcos e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade***.** Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 1996. pp. 107-124.

SENRA, Nelson. "Informação Estatística como Objeto de Estudo: Uma primeira tentativa de formalização", *DataGramaZero-Revista da Informação*, v. 6, n. 4, pp. 408-425, ago. 2003.

SILVA, Nelson do Valle. "Uma nota sobre "raça social" no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos,* 26, 1994, pp. 67-80.

SOUZA, Ricardo Luíz de. Método, raça e identidade em Sílvio Romero. Minas Gerais: Revista de História Regional, 2004. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2193/167>. Acesso em: 18 out. 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

UEMORI, Celso Noboru. Darwin por Manoel Bomfim. São Paulo: ANPUH, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000200003>. Acesso em: 30 out. 2014.

VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, pp. 5-34, Out. 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Escravidão D'Africanos, Perigos Ameaçadores. *In: História Geral do Brasil – Tomo Primeiro*. Rio de Janeiro: 2ª edição, 1855. pp. 218-219.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As Tradições Populares na Belle Époque Carioca.* Rio de Janeiro: FUNART/ Instituto Nacional do Folclore, 1988. Educação.